



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

ed.25

JULHO/2023



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

ed.25

JULHO/2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da EDITORA INTEGRALIZE, (SC) Brasil

International Integralize Scientific. 25ª ed. Julho/2023. Florianópolis - SC

Periodicidade Mensal

Texto predominantemente em português, parcialmente em inglês e espanhol

ISSN/2675-5203

1 - Ciências da Administração

2 - Ciências Biológicas

3 - Ciências da Saúde

7 - Linguística, Letras e Arte

8 – Ciências Jurídicas

4 - Ciências Exatas e da Terra

5 - Ciências Humanas/ Educação

6 - Ciências Sociais Aplicadas

9 – Tecnologia

10 – Ciências da Religião /Teologia



**Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Editora Integralize - SC – Brasil**

Revista Científica da EDITORA INTEGRALIZE- 25ª ed. Julho/2023
Florianópolis-SC

PERIODICIDADE MENSAL

Texto predominantemente em Português,
parcialmente em inglês e espanhol.
ISSN/2675-5203

1. Ciências da Administração
2. Ciências Biológicas
3. Ciências da Saúde
4. Ciências Exatas e da Terra
5. Ciências Humanas / Educação
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Jurídicas
8. Linguística, Letras e Arte
9. Tecnologia
10. Ciências da Religião / Teologia



INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

EXPEDIENTE

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

ISSN/2675-5203

É uma publicação mensal, editada pela
EDITORA NTEGRALIZE | Florianópolis - SC

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande, CEP 88032-005.

Contato: (48) 99175-3510

<https://www.integralize.online>

Diretor Geral

Luan Trindade

Diretor Financeiro

Bruno Garcia Gonçalves

Diretora Administrativa

Vanessa Sales

Diagramação

Balbino Júnior

Conselho Editorial

Marcos Ferreira

Editora-Chefe

Dra. Vanessa Sales

Editor

Dr. Diogo de Souza dos Santos

Bibliotecária

Rosangela da Silva Santos Soares

Revisores

Dr. Antônio Jorge Tavares Lopes

Dra. Arethuza Karla A. Cavalcanti

Dr. Tiago Moy

Dra. Gleice Franco Martins

Permitida a reprodução de pequenas partes dos artigos, desde que citada a fonte.



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

**INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC
ISSN / 2675-5203**

É uma publicação mensal editada pela
EDITORA INTEGRALIZE.
Florianópolis – SC
Rodovia SC 401, 4150, bairro Saco Grande, CEP 88032-005
Contato (48) 4042 1042
<https://www.integralize.online/acervodigital>

EDITORA-CHEFE

Dra. Vanessa Sales

Os conceitos emitidos nos artigos são de
responsabilidade exclusiva de seus Autores.



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

CIÊNCIAS HUMANAS

HUMAN SCIENCES

JULHO – CIÊNCIAS HUMANAS

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EFETIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA ESCOLA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO, NA CIDADE DE PONTE DE TABATINGA - BA.....10

Autora: **Alda Cristina Menezes da Silva**

THE NEED FOR INCLUSIVE AND EFFECTIVE EDUCATION IN CHILDHOOD EDUCATION AT ESCOLA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO, IN THE CITY OF PONTE DE TABATINGA - BA

LA NECESIDAD DE UNA EDUCACIÓN INCLUSIVA Y EFICAZ EN LA EDUCACIÓN INFANTIL EN LA ESCOLA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO, EN LA CIUDAD DE PONTE DE TABATINGA - BA

O ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS, NA ESCOLA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO.....21

Autora: **Alda Cristina Menezes da Silva**

TEACHING ENVIRONMENTAL SCIENCES IN ELEMENTARY EDUCATION II AT ESCOLA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO

ENSEÑANZA DE CIENCIAS AMBIENTALES EN EDUCACIÓN PRIMARIA II EN LA ESCOLA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COM A ESCOLA E A COMUNIDADE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA PROBLEMATIZAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO.....27

Autora: **Alda Cristina Menezes da Silva**

COMMUNITY-BASED TOURISM WITH THE SCHOOL AND THE COMMUNITY FROM THE EXPERIENCE OF PROBLEMATIZATION AT THE JOANA ALMEIDA PINTO MUNICIPAL SCHOOL

TURISMO COMUNITARIO CON LA ESCUELA Y LA COMUNIDAD DESDE LA EXPERIENCIA DE PROBLEMATIZACIÓN EN LA ESCUELA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO

UMA REFLEXÃO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA.....41

Autora: **Daiana Ribeiro da Silva**

A REFLECTION ON AUTISTIC SPECTRUM DISORDER - ASD

UNA REFLEXIÓN SOBRE EL TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA - TEA

ESTIMULAÇÃO PRECOCE EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA, NA FAIXA ETÁRIA DE 1 A 3 ANOS.....52

Autora: **Daiana Ribeiro da Silva**

EARLY STIMULATION IN CHILDREN WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER WITH AN AGE RANGE FROM 1 TO 3 YEARS.

ESTIMULACIÓN TEMPRANA EN NIÑOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA CON UN RANGO DE EDAD DE 1 A 3 AÑOS.

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL, NO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA - TO.....60

Autora: **Adriana Ribeiro da Silva e Daiana Ribeiro da Silva**

EVALUATION OF THE LEARNING OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN ELEMENTARY EDUCATION IN STATE SCHOOLS IN THE MUNICIPALITY OF ARAGUAÍNA - TO

EVALUACIÓN DEL APRENDIZAJE DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD INTELLECTUAL EN EDUCACIÓN PRIMARIA EN ESCUELAS ESTATALES DEL MUNICIPIO DE ARAGUAÍNA - A

A EFICÁCIA CIENTÍFICA DA TERAPIA ABA NO DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA.....75

Autora: **Deocenira Corrêa da Conceição**

THE SCIENTIFIC EFFECTIVENESS OF ABA THERAPY IN THE DEVELOPMENT OF AUTONOMY IN CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER - ASD

LA EFICACIA CIENTÍFICA DE LA TERAPIA ABA EN EL DESARROLLO DE LA AUTONOMÍA EN NIÑOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA - TEA

UMA REFLEXÃO SOBRE ESCOLA E AFETIVIDADE.....83

Autora: **Deocenira Corrêa da Conceição**

A REFLECTION ON SCHOOL AND AFFECTIVITY

UNA REFLEXIÓN SOBRE LA ESCUELA Y LA AFECTIVIDAD

INCLUSÃO: O PAPEL DOCENTE NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE.....92

Autora: **Deocenira Corrêa da Conceição**

INCLUSION: THE TEACHER'S ROLE IN SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE - AEE

INCLUSIÓN: EL PAPEL DEL DOCENTE EN EL SERVICIO EDUCATIVO ESPECIALIZADO - AEE

A RELAÇÃO ENTRE A PSICOLOGIA E A PEDAGOGIA.....104

Autores: **Antonio Ferreira de Sousa e Valdivina Joaquim da Silva Dias**

THE RELATIONSHIP BETWEEN PSYCHOLOGY AND PEDAGOGY

LA RELACIÓN ENTRE PSICOLOGÍA Y PEDAGOGÍA

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EFETIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA ESCOLA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO, NA CIDADE DE PONTE DE TABATINGA - BA

THE NEED FOR INCLUSIVE AND EFFECTIVE EDUCATION IN CHILDHOOD EDUCATION AT ESCOLA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO, IN THE CITY OF PONTE DE TABATINGA - BA

LA NECESIDAD DE UNA EDUCACIÓN INCLUSIVA Y EFICAZ EN LA EDUCACIÓN INFANTIL EN LA ESCOLA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO, EN LA CIUDAD DE PONTE DE TABATINGA - BA

Alda Cristina Menezes da Silva

DA SILVA, Alda Cristina Menezes. **A necessidade de uma educação inclusiva e efetiva na Educação Infantil da Escola Municipal Joana Almeida Pinto, na cidade de Ponte de Tabatinga - BA.** Revista International Integrate Scientific, Ed. n.25, p. 09 – 19, julho/2023. ISSN/2675 – 5203.

RESUMO

Segundo o MEC há um aumento de crianças com deficiência na educação infantil e o direito de igualdade e equidade configura-se em oportunidade para todos. As várias deficiências agrupam-se em quatro, de acordo com o art. 2 da Lei Brasileira de Inclusão. No entanto, quando uma pessoa tem duas ou mais deficiências, é considerada pessoa com múltiplas deficiências. Assim, questiona-se: os professores estão preparados para lidar com a educação inclusiva? Quais os recursos disponíveis nas Escolas atualmente? O que precisa mudar para que a Educação Inclusiva não seja um problema na Educação Infantil? O objetivo geral é analisar a importância da Educação Inclusiva no sistema regular de ensino desde a educação infantil. Os objetivos específicos são: reconhecer que as crianças com deficiências necessitam ser incluídas no processo de ensino-aprendizagem; avaliar o desenvolvimento dos alunos com deficiências nas turmas de educação infantil. O artigo norteou-se sob a perspectiva da Fenomenologia, na busca da essência da inclusão de alunos com deficiências na educação infantil, um fenômeno inovador, numa abordagem qualitativa. Mas, para que o trabalho com alunos com deficiência não seja um fardo, o professor precisa gostar do que faz, pois é um trabalho melindroso e precisa de doação, criatividade e amor.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, transtorno autismo infantil, dislexia infantil, surdos.

ABSTRACT

According to the MEC, there is an increase in children with disabilities in early childhood education and the right to equality and equity represents an opportunity for everyone. The various deficiencies are grouped into four, in accordance with art. 2 of the Brazilian Inclusion Law. However, when a person has two or more disabilities, they are considered to have multiple disabilities. Therefore, the question arises: are teachers prepared to deal with inclusive education? What resources are currently available in schools? What needs to change so that Inclusive Education is not a problem in Early Childhood Education? The general objective is to analyze the importance of Inclusive Education in the regular education system since early childhood education. The specific objectives are: recognizing that children with disabilities need to be included in the teaching-learning process; evaluate the development of students with disabilities in early childhood education classes. The article was guided by the perspective of Phenomenology, in search of the essence of the inclusion of students with disabilities in early childhood education, an innovative phenomenon, in a qualitative approach. But, for working with students with disabilities not to be a burden, the teacher needs to enjoy what they do, as it is a delicate job and requires dedication, creativity and love.

Keywords: Inclusive Education, childhood autism disorder, childhood dyslexia, deaf people.

RESUMEN

Según el MEC, hay un aumento de niños con discapacidad en la educación infantil y el derecho a la igualdad y la equidad representa una oportunidad para todos. Las distintas deficiencias se agrupan en cuatro, de acuerdo con el art. 2 de la Ley de Inclusión brasileña. Sin embargo, cuando una persona tiene dos o más discapacidades, se considera que tiene pluridiscapacidad. Por tanto, surge la pregunta: ¿están los docentes preparados para afrontar la educación inclusiva? ¿Qué recursos están disponibles actualmente en las escuelas? ¿Qué hay que cambiar para que la Educación Inclusiva no sea un problema en Educación Infantil? El objetivo general es analizar la importancia de la Educación Inclusiva en el sistema educativo regular desde la educación infantil. Los objetivos

específicos son: reconocer que los niños con discapacidad deben ser incluidos en el proceso de enseñanza-aprendizaje; evaluar el desarrollo de los estudiantes con discapacidad en las clases de educación infantil. El artículo fue guiado por la perspectiva de la Fenomenología, en busca de la esencia de la inclusión de estudiantes con discapacidad en la educación infantil, un fenómeno innovador, en un enfoque cualitativo. Pero, para que trabajar con alumnos con discapacidad no sea una carga, el docente necesita disfrutar de lo que hace, ya que es un trabajo delicado y requiere dedicación, creatividad y amor.

Palabras clave: Educación Inclusiva, trastorno de autismo infantil, dislexia infantil, personas sordas.

INTRODUÇÃO

O presente estudo traz como título “A necessidade de uma educação Inclusiva e Efetiva na Educação Infantil na escola municipal em Jandaíra, Bahia”, sendo o primeiro contato da criança com a experiência escolar. Segundo o MEC há um aumento de crianças com deficiência na educação infantil o direito de igualdade e equidade configura-se em oportunidade para todos.

[...] a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. (BRASIL, 1988). Nesse sentido, a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, assim como, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 205).

Ao se afirmar que [...] a educação é direito de todos, compreende-se que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo, independentes dos fatores físicos e psíquicos, no sentido que a escola é uma instituição social e desempenha um papel determinado para sociedade. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, GRIFO NOSSO).

Que por sua vez, é formada por diversos interesses e por diversos sujeitos, sendo composta por sujeitos internos como os professores, alunos e funcionários e por sujeitos externos como os pais de alunos, as organizações sociais da comunidade e as administrações do sistema de ensino como secretária de educação.

Nesse sentido, se faz necessário saber que deficiência não é doença e sim, um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial no qual a pessoa pode encontrar uma ou mais barreiras, dificuldades e desigualdades em sua participação plena e efetiva na sociedade comparado com as demais pessoas.

Dentro desse contexto, questiona-se: os professores estão preparados para lidar com a educação inclusiva? Quais os recursos disponíveis nas Escolas atualmente? O que precisa mudar para que a Educação Inclusiva não seja um problema na Educação Infantil?

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo central, analisar a importância da Educação Inclusiva no sistema regular de ensino desde a educação infantil.

Os objetivos específicos que versam esse estudo são: reconhecer que as crianças com deficiências necessitam ser incluídas no processo de ensino-aprendizagem; avaliar o desenvolvimento dos alunos com deficiências nas turmas de educação infantil.

Assim, quando se fala em “Inclusão”, a educação de alunos com deficiência é amparada por lei, pela legislação brasileira, todos têm os mesmos direitos e deveres.

Resolução CNE/CEB nº 2: institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica afirma:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (CNE/CEB nº2, 2001, p.1) [...].

Sendo assim, os projetos devem ser desenvolvidos nas escolas, para construir um universo que favoreça o crescimento desses direitos/deveres valorizando as diferenças e o potencial de todos. Justifica-se este tema entendendo que, cabe ao espaço escolar, possibilitar que os alunos interajam com a diversidade e diferenças, independentemente de sua condição mental, física ou sensorial.

O estudo aqui realizado, norteou-se sob a perspectiva da Fenomenologia, na busca da essência da inclusão de alunos com deficiências na educação infantil, como um fenômeno inovador, numa abordagem qualitativa.

A Fenomenologia surgiu no século XX, passando a ser conhecida com a publicação da obra “Investigações lógicas”, de Edmund Husserl, filósofo considerado “Pai da Fenomenologia”. Para ele o destaque do “eu” era fazer a Filosofia de um jeito renovado, levando em consideração o que era vivido e visto pela consciência das pessoas. A Fenomenologia, “[...] se preocupa com a descrição direta dos fatos analisados, não existindo uma realidade única, (TRIVIÑOS, 1992, p. 32).

TIPOS DE DEFICIÊNCIAS

As várias deficiências agrupam-se em quatro conjuntos distintos, de acordo com o Art. 2 da Lei Brasileira de Inclusão, sendo elas: física, mental e sensorial. No entanto, quando uma pessoa tem duas ou mais deficiências, é considerada como uma pessoa com múltiplas deficiências.

DEFICIÊNCIA FÍSICA

No Brasil, o Decreto Nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, em seu art. 3º, inciso I, caracterizar e delimitar a deficiência como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

A deficiência física, altera o corpo da pessoa de forma completa ou parcial. De acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF, 2010 APUD Pessoa 2020, p. 11), Incapacidade e Saúde, ou seja, a Deficiência Física é uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano.

Nesse sentido, podemos citar alguns tipos: paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membros com deformidade congênita ou adquirida.

Não entra nesse contexto, as deformidades estéticas ou as que produzem dificuldades de desempenho de funções. Já a paraplegia é a deficiência com a perda total dos membros inferiores. Para Pessoa (2020, p.09) “[...] alterações como a deficiência física (DF), podem alterar a forma com o que o indivíduo lida com seu corpo, a forma com que ele interage com

pessoas e o ambiente”.

DEFICIÊNCIA MENTAL

A deficiência mental atinge o funcionamento intelectual, deixando a pessoa debilitada ou com limitações. Esses sintomas podem ser associados a duas ou até mais áreas de habilidades.

Dessa forma, a pessoa pode ser prejudicada em algumas áreas como: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, sociabilização com a comunidade, saúde, segurança e lazer. Por sua vez, algumas pessoas com esses sintomas não conseguem nem trabalhar nem avançar em habilidades acadêmicas ou trabalhistas.

DEFICIÊNCIA SENSORIAL

Essa deficiência é classificada pelo não funcionamento total ou parcial de um dos cinco sentidos de uma pessoa. A surdez – deficiência auditiva, a cegueira – deficiência visual, deficiências que afetam o tato, o paladar e o olfato também entram nessa categoria.

Muitos alunos com deficiências sensoriais, têm dificuldade de interagir com a aprendizagem e mostram resistência na participação de algumas atividades ou até mesmo desistem dos estudos nos primeiros meses do ano letivo. A falta de perspectiva de vida tem trazido consequências ruins para o desenvolvimento do ensino/aprendizagem desses alunos, muitos por não ter uma boa estrutura familiar ou simplesmente por não terem o hábito de estudar.

Por sua vez, leis, decretos e declarações têm sido criados para assegurar os direitos das pessoas com qualquer tipo de deficiência, como afirma Jorge (2015, p.06).

[...] leis, decretos, declarações são aperfeiçoados para que a inclusão aconteça de fato. Seminários, congressos e convenções são realizados com frequência buscando traçar caminhos e criar estratégias pedagógicas diferenciadas para que os alunos especiais sejam realmente atendidos na sociedade e na escola. (JORGE, 2015, p.06)

Nesse sentido, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) surge com a perspectiva de apoiar a implementação da Educação Especial tão focada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Libras é considerada um sistema de signos compartilhado por comunidade linguística comum.

Denomina-se Surdez a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum. Muitas pessoas desenvolvem problemas auditivos ao longo de sua vida, por causa de acidentes ou doenças. (BALLANTYNE; MARTIN. 1995).

No entanto, há uma raiz, com fundamentos e pesquisa. Profissionais ligados à educação dos surdos e médicos especialistas ligados à área têm utilizado abertamente o termo deficiente auditivo (DA). É muito importante salientar que o surdo difere do ouvinte, não apenas porque

não ouve, mas porque desenvolve potencialidades psicoculturais próprias. Geralmente pessoas com surdez leve, moderada ou acentuada referem-se a si mesmas com tendo uma deficiência auditiva. Já as que têm surdez severa, profunda ou anacusia preferem ser consideradas surdas.

A SURDEZ NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É através da linguagem que o pensamento se organiza, se estrutura e a expressão humana acontece. Assim, o professor de turmas de educação infantil, sente dificuldade quando não tem uma noção básica da língua brasileiras de sinais. Nesse sentido, usar a língua de sinais é falar com as mãos e ouvir com olhos, é interagir com uma cultura que percebe o mundo através dos sinais, que experimenta deslumbramento quando entende e se faz entender, que convida, que troca, que aceita, que oferece.

Trabalhar com alunos deficientes, permite ao educador conhecer o diferente, significa: mudar, flexibilizar, preparar para receber o novo, e tornar possível uma convivência harmoniosa. Diante dessas interações, há maiores possibilidades de mostrar aos educadores e demais interessados pelas questões educacionais que entender a inclusão de Surdos equivale a reconhecer uma diferença e não deficiência. Diferença de cultura resultante da língua diferente. Uma diferença que se não for aceita e compreendida leva à segregação.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

É classificada pela limitação cognitiva, ou seja, impacto no desenvolvimento da aprendizagem, nesse sentido a pessoa tanto tem dificuldade para aprender quanto de realizar tarefas do dia a dia, interagindo com o meio no qual ela vive. uma pessoa com deficiência (PCD), é vital a consideração acerca de fatores como o ambiente de criação, a diversidade linguística e as diferenças culturais, no que tange à comunicação, comportamento e interação social.

Assim, para Toscano (2017, p.18), quando uma pessoa é portadora de uma deficiência é vital a consideração acerca de fatores como ambiente e criação, assim como, a diversidade linguística e as diferenças culturais. Nesse sentido, ainda de acordo a Toscano (2017):

[...] comunicação é também comportamento e interação social, e à combinação desses aspectos com determinados desvios do corpo, definem “deficiência”, que converge com a filosofia mais recente acolhida pela OMS e adaptada pelo legislador brasileiro. (TOSCANO, 2017, p.19)

Assim sendo, as matrículas para alunos com deficiência têm crescido cada vez mais nas escolas, sejam elas públicas ou privadas, levando todos a compreender a hashtag que ser diferente é normal.

MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS

Classificada pela associação de duas ou mais deficiências seja ela, mental, física ou auditiva, as múltiplas deficiências comprometem o desenvolvimento do indivíduo em adaptar-se, ou seja, interagir em sociedade.

[...]Os portadores de deficiência precisam ser considerados a partir de suas potencialidades de aprendizagem. Sobre esse aspecto é facilmente compreensível que a escola não tenha de consertar o defeito, valorizando as habilidades que o deficiente não possui, mas, ao contrário, trabalhar sua potencialidade, com vistas ao seu desenvolvimento. (CARNEIRO, 1997, p. 33 apud JORGE, 2015, p.26).

Assim, pessoas com múltiplas deficiências sentem menor capacidade de unir habilidades para resolver problemas ou assumir responsabilidades educacionais. Nesse sentido, a escola necessita adaptar-se para saber conviver com as diferenças.

SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O termo síndrome Down é uma trissomia do cromossomo 21, levando o indivíduo a ter 47 cromossomos nucleares ou ao invés de 46, assim ele tem um cromossomo a mais que uma pessoa comum.

A criança com Down, consegue adaptar -se com facilidade ao se conecta-se com a educação pela facilidade de sociabilização e, demonstram afeto constantemente, como afirma Toscano (2017):

[...] à personalidade das pessoas com Síndrome de Down, são atribuídas comumente traços como a obstinação, a facilidade do trato, a demonstração de afeto constante e a sociabilidade. Outras vertentes salientam a sua alegria, obediência e submissão. Há ainda, inúmeras divulgações e bibliografias científicas a respeito das características emocionais deste grupo, que muitas vezes se embasam em qualitativos fixos, correndo o risco de constituir estereótipos que podem dar vazão a mitos creditados pelo resto da população. (TOSCANO, 2017, p,26).

Nesse sentido, é possível a socialização e comunicação entre educador e o educando que seja portador da síndrome De Down, assim como também de todos que fazem parte do contexto escolar.

O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

As escolas não estão devidamente preparadas para lidar com crianças com deficiências, quando a criança sofre de espectro autista, para a Educação se torna um palco para diversos problemas em todos os seus aspectos.

Por sua vez, nem toda a escola se encontra preparada para receber um aluno autista, embora, mudanças significativas tenham se efetivado através de projetos de intervenção, que muitas das vezes só possuem um ou dois psicopedagogos para lidar com todas as situações.

No sentido que, o transtorno do Espectro Autista (TEA), é caracterizado por alterações cognitivas, que afetam as interações sociais. Como afirma Caetano e Gurgel (2018, p.03):

[...] o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do desenvolvimento caracterizado por alterações na capacidade cognitiva e nas interações sociais que pode levar ainda a uma seletividade alimentar. Essa desordem apresenta diversidade de manifestações clínicas de alta complexidade, as quais podem estar relacionadas com inúmeras interações entre os genes, fatores epigenéticos e a exposição aos fatores

ambientais (1). A etiologia do TEA ainda é desconhecida, apesar de haver inúmeras hipóteses e já terem se passado mais de 70 anos desde os primeiros estudos e publicações sobre o tema. (CAETANO; GURGEL, 2018, p.03)

E nesse sentido, mesmo as escolas estando munidas de planejamentos, que nem sempre saem do papel, enfrentam medidas, com o desejo maior de reverter o quadro de exclusão social, uma delas é aceitando as matrículas, mesmo sem saber lidar com as diversas situações que podem ocorrer.

O professor, por sua vez, busca novas propostas de educação que se contrapõem, então, ao seu planejamento. Lidar com o diferente/normal é ir em busca de métodos diferenciados, a fim de tornar o ambiente mais agradável e, ao mesmo tempo, eficaz e sociável para todos. Mas preparados para qualquer intervenção. Para Caetano e Gurgel (2018, p.02),

[...] as principais intervenções de promoção da saúde apontadas pela literatura, relacionadas aos autistas, consideram aspectos importantes de seu contexto (motoras, cognitivas, comunicação, expressão, socialização, psíquicas e nutricionais), visando à prevenção do agravo da deficiência e ao favorecimento de competências sociais para sua autonomia e independência, que visam melhorar suas vidas em geral. (CAETANO; GURGEL, 2018, p.02)

Nesse sentido, o faz de conta e a questão motora assume um ponto importante nas atividades realizadas pelas crianças na educação infantil. Mas é muito importante que ao planejar situações que envolvam o movimento a Instituição reflita sobre o espaço que dispõe para desenvolver as atividades com segurança.

Por sua vez, o brincar está a nossa volta desde que nascemos, porém, o aprendizado da leitura do mundo pode-se dar de maneira natural, pois realizamos a leitura do ambiente no qual estamos inseridos e daquilo que dele faz parte, antes mesmo da alfabetização ao fazermos a leitura sonora, visual e gráfica de memória, é significativa, inclusive para crianças que possuem (TEA).

DISLEXIA E EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA

A criança com dislexia tem dificuldade de assimilação e de interação, além de manifestar problemas emocionais, sociais ou comportamentais. Nesse sentido, é importante salientar que a afetividade colabora com o desenvolvimento da criança. O professor de educação infantil além de instruir seus alunos, deve contribuir positivamente para que a criança tenha desde cedo uma relação de prazer com o conhecimento e a escola. (HEPNER; GASPEROTO, 2019).

Nesse sentido, as brinquedotecas são espaços criados para atender necessidades lúdicas e afetivas da criança. Mas não é apenas um lugar que tem muitos brinquedos, pois é uma instituição baseada numa proposta educacional, com uma atmosfera muito especial, onde o mágico, o lúdico, a criatividade e o afeto têm prioridade. Um espaço criado com o objetivo de desenvolver a criatividade, a intelectualidade, o raciocínio, a emoção, a psicomotricidade e etc. Uma vez que o aluno se sinta amado e capaz ele só irá ampliar seus valores e agrupar-se de um modo sadio com as pessoas, mesmo que este tenha distúrbio para a aprendizagem.

É necessário promover ambientes de aprendizagem de qualidade, que colaborem para o desenvolvimento, nessas idades, de uma percepção adequada de si e dos outros, também é imprescindível estabelecer relações positivas com os colegas e adultos, ser sensível às necessidades dos outros, e desenvolver as CSE para lidar com suas próprias emoções e as dos outros. Tudo isso são dimensões que podem ser aprendidas e não devem ser negligenciadas durante os primeiros anos de vida (ELIAS, 2003 apud PEREIRA e SILVA, 2020, p. 141).

O lúdico faz parte das atividades essenciais da dinâmica humana, trabalhando com a cultura corporal, movimento e expressão. Os conteúdos trabalhados com a ludicidade são relevantes para a aprendizagem, isto porque é imprescindível incutir nos alunos a noção de que aprender pode ser divertido. As iniciativas lúdicas nas escolas potencializam a criatividade, e contribuem para o desenvolvimento dos educandos. A ludicidade leva a descobertas, Vygotsky (1998) acentua o papel ao ato de brincar na constituição do pensamento infantil:

É brincando, jogando, que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor, seu modo de aprender e entrar em uma relação cognitiva com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos. Ainda podemos dizer que o ato de brincar acontece em determinados momentos do cotidiano infantil.(VYGOTSKY, 1998, s/p)

De acordo com a Associação Brasileira de Dislexia, é nas instituições de ensino infantil que emergem os primeiros sinais de dislexia, pois são locais onde a leitura e a escrita começam a ser utilizadas e, principalmente, valorizadas. (PEREIRA e SILVA, 2020, p. 143).

Nesse sentido, a dislexia é definida como um Transtorno Específico de Aprendizagem (TEAp), de origem neurobiológica e evolutiva, caracterizada por dificuldades na precisão e na fluência na leitura de palavras, e por prejuízo nas habilidades de decodificação e ortografia (LEITÃO et al., 2017; MARTINS; CÁRNIO, 2020 apud PEREIRA e SILVA, 2020, p. 143).

Assim sendo, as instituições de educação infantil devem favorecer um ambiente físico saudável onde as crianças se sintam protegidas e acolhidas, e ao mesmo tempo seguras para se arriscar e enfrentar desafios. Quanto mais rico e desafiador for esse ambiente, mais ele possibilitará a ampliação de conhecimentos acerca de si mesmos, dos outros e do meio em que vive.

A PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL ENFOQUE PSICOPEDAGÓGICO COM CRIANÇAS HIPERATIVAS

As atividades desenvolvidas na educação infantil, são voltadas para a coordenação motora, equilíbrio e ritmo dos educandos, sejam pelas brincadeiras, ou desenvolvimento de atividades escritas ou orais.

Seguindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) existem inúmeras formas de aplicar a psicomotricidade, dentro de campos de experiências por meio de linhas traçadas entre o conviver e o brincar, explorar, expressar e conhecer-se. (ETAPAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL -BNCC, 2017).

Levando em consideração que o ser humano é um complexo de emoções e que muitas dessas emoções são transmitidas através do comportamento corporal, porque elas já fazem essa interação no seu círculo social. Nesse sentido, inserir o brincar na sala de aula é uma alternativa eficaz para melhorar a aprendizagem, socialização, o contato físico e a auto estima da criança.

O ser humano é um complexo de emoções e ações propiciadas por meio do contato corporal, nas atividades psicomotoras que também favorecem o desenvolvimento afetivo entre as pessoas, o contato físico, as emoções e as ações. O objetivo da Psicomotricidade é desenvolver as possibilidades motoras e criativas do ser humano em sua globalidade, partindo do seu corpo, levando a centralizar sua atividade e a procura do movimento e do ato. (SANTOS, 2017, GRIFO NOSSO).

Desenvolvendo a psicomotricidade, a criança vai ficando mais segura de si, tanto passa a se comunicar com mais facilidade, quanto passa a valorizar a companhia dos colegas, entre outros fatores. Tudo isso são elementos que quando bem elaborados proporcionarão experiências, possibilitando a conquista e a formação da identidade da criança. Portanto, os jogos e brincadeiras são excelentes recursos para facilitar a psicomotricidade diminuindo a hiperatividade em sala de aula.

Partindo desses conceitos, podemos afirmar que aprender brincando é essencial para o desenvolvimento da criança e há muitas formas de desenvolver brincadeiras no contexto escolar, basta o professor ter força de vontade e criatividade. Uma boa ideia é construir jogos com material sucateado, desenvolvendo desde cedo no aluno a responsabilidade em cuidar da natureza, enfocando a importância da preservação ambiental, ocupando o seu tempo, chamando a sua atenção para desenvolver o aprender fazendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abrir espaço, criar novos métodos têm trazido resultados positivos para facilitar o aprendizado de crianças com deficiências. A inovação pedagógica, ou seja, a utilização de brincadeiras, tem ajudado professor e aluno a ter reciprocidade. Mas, conclui-se que mesmo fazendo uso desses recursos materiais, o recurso humano é indispensável e a necessidade da fala do professor é essencial para o desenvolvimento da aprendizagem.

Os processos metodológicos mostram a importância do conhecimento-interação e dos benefícios da prática da língua de sinais, do braille, e outros procedimentos que são usados para facilitar a comunicação e acontecer a aprendizagem. Percebe-se que a resistência ao novo é uma problemática, já que muitos educadores têm dificuldade em interagir com o novo, por sua vez o alunado se dedica mais quando se tem inovação, seja através de brinquedos, vídeos, jogos e etc.

Com boa vontade e criatividade é possível construir um espaço de aprendizagem, sendo possível desenvolver jogos e brinquedos com material sucateado. Diante de dados colhidos em pesquisas, o brincar é importante para uma melhor aprendizagem, pois o aluno passa a atribuir o significado dos conteúdos ensinados, mesmo com dificuldades, e as atividades passam a ser

prazerosas e interativas. Resultados de estudos mostram que aprender brincando é fundamental e importante. Essas atividades podem ser aplicadas aos alunos com deficiências ao longo de vários dias, semanas ou meses através de didáticas variadas e assim pode ser possível desenvolver o aprender a aprender.

No entanto, ao trabalhar com a ludicidade com uma turma com alunos diferentes, o professor pode analisar e discutir seus procedimentos e as crianças podem experimentar diferentes maneiras de aprender, desse modo a escola passa a ser um lugar motivador para essas crianças que têm o direito de ser incluídas, no ensino regular.

Com a prática o professor passa a compreender tanto seus alunos quanto às suas dificuldades, e aprende a diagnosticar e superar as problemáticas que possam surgir no cotidiano escolar. Mas para que o trabalho com alunos com deficiência não seja um fardo, o professor precisa gostar do que faz, pois é um trabalho melindroso e precisa de doação, criatividade e amor.

REFERÊNCIAS

- Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192#:~:text=Os%20sistemas%20de%20ensino%20devem%20matricular%20os%20alunos,e%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20qualidade. Acesso em: 12/05/2023.
- BNCC. O que trata a BNCC acerca da educação inclusiva? Disponível em: <https://www.redepedagogica.com.br/post/o-que-trata-a-bncc-acerca-da-educa%C3%A7%C3%A3o-inclusiva#:~:text=%C3%89%20importante%20mencionar%20que%20a%20BNCC%20faz%20refer%C3%Aancia,em%20todas%20as%20etapas%20e%20modalidades%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15/04/2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 28 mai. 2020.
- _____. LDB, Lei nº9. 394. Diretrizes e Bases da educação nacional.
- _____. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman & view=download alias=2298-rceb005-09 category_slug=dezembro-2009-pdf & Itemid=30192. Acesso em: 23 mai. 2023.
- _____. Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de novembro de 2009, Seção 1, p. 8. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 23 mai. 2023.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Declaração de Salamanca. Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2022.
- Constituição da República Federativa do Brasil.
- CAETANO, Maria Vanuza; GURGEL, Daniel Cordeiro. PERFIL NUTRICIONAL DE CRIANÇAS PORTADORAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini. - São Carlos : UFSCar, 2005.
- CNE/CEB nº2, 2001 - Diretrizes Operacionais Da Educação Especial Para o
- CURY, Augusto Jorge. Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- DOS SANTOS, Lorryne Caroline. Publicidade Inclusiva [manuscrito]: uma análise discursiva da representatividade das pessoas com deficiências sensoriais em anúncios publicitários televisivos / Lorryne Caroline Dos Santos. 2020.135 f.
- FERREIRA, Windyz B. Direitos da pessoa com deficiência e inclusão nas escolas – Lei 7853 – Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_ferreira_direitos_deficiencia.pdf. Acesso em: 20/05/2023.
- HEFNER, Silmara; GASPEROTO; Helder Henrique Jacovetti. A INFLUÊNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Revista Psicologia & Saberes. v. 8, n. 12, 2019.
- HUSSERL, E. A ideia da fenomenologia. Tradução de Artur Mourão. Lisboa. Edições 70, 2000. 133 p.

- JORGE, Marilourdes Ruggeri. A Leitura como instrumento no Processo de Inclusão Escolar: Uma proposta de inserção efetiva dos alunos especiais na rede escolar comum - Monografia de especialização, Universidade Tecnológica Federal do Paraná: Curitiba, 2015.
- M. C Martin; Anthony Martin; J BALLANTYNE – Surdez. 995 - Porto Alegre: Artes Médicas.
- MARTINS, Thiago Vaceli. Delineamentos jurídico-normativos da educação inclusiva: problematização a partir das noções foucaultianas de governamentalidade e biopolítica / Thiago Vaceli Martins. - Marília, 2022.
- MEC - Ministério da Educação e Cultura da Declaração dos Direitos de Todos, 1994.
- MEC- Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>. Acesso em dez. 2022.
- PEREIRA, Mara Dantas Pereira; SILVA, Joilson Pereira da. Dislexia e educação infantil inclusiva: reflexões acerca do desenvolvimento das competências socioemocionais. Revista Humanidades e Inovação - ISSN 2358-8322 - Palmas - TO - v.9, n.12, 2020.
- Pessoa, Marisa Pereira. A relação da prática de atividade física com a imagem e estima corporal de pessoas com deficiência física / Marisa Pereira Pessoa. 2020.70 f.: il.; 31 cm.
- PFDC - O ACESSO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA ÀS ESCOLAS E CLASSES COMUNS DA REDE REGULAR- Disponível em: <http://www.adiron.com.br/arquivos/cartilhaatual.pdf> PFDC- <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes-da-pfdc>. Acesso em 02/01/2023.
- Revista Brasileira em Promoção da Saúde, vol. 31, núm. 1, 2018, Janeiro-Março, pp. 1-11- Universidade de Fortaleza, Brasil.
- SANTOS, Mônica P. A Inclusão da Criança com Necessidades Educacionais Especiais. Artigo 63, 2007.
- SALAMANCA. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10/01/23.
- SOUZA, R.M.P.S. Pessoas com Deficiências: Análise de Leis Brasileiras quanto às questões envolvendo o ensino de ciências, saúde e Atividade Física. (Graduação em Ciências Biológicas), Relatório final apresentado à Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.
- TOSCANO FILHO, Antonio Albuquerque. Garantia do casamento às pessoas com Síndrome de Down no Brasil, à luz da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU / Antonio Albuquerque Toscano Filho. - João Pessoa, 2017.131 f.
- TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1992.
- VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes Editora LTDA, 1998.

O ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS, NA ESCOLA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO

TEACHING ENVIRONMENTAL SCIENCES IN ELEMENTARY EDUCATION II AT ESCOLA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO

ENSEÑANZA DE CIENCIAS AMBIENTALES EN EDUCACIÓN PRIMARIA II EN LA ESCOLA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO

Alda Cristina Menezes da Silva

DA SILVA, Alda Cristina Menezes. **O ensino das ciências ambientais no Ensino Fundamental - anos finais, na Escola Municipal Joana Almeida Pinto.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.25, p. 20 – 25, julho/2023. ISSN/2675 – 5203.

RESUMO

A educação é considerada um dos mecanismos mais importantes para o desenvolvimento de um país. É através de uma boa educação que os cidadãos produzem conhecimentos e crescimento pessoal. Podendo ter uma renda melhor e melhorando sua qualidade de vida. O presente estudo tem como foco apresentar informações com as observações voltadas para o tema Ensino das Ciências Ambientais do 7º Ano “A e 8º Ano A”, na Escola Municipal Joana Almeida Pinto. Portanto, aborda a realidade da educação na instituição de ensino, observando o rendimento dos alunos durante a execução das aulas e o desempenho do professor em busca dos meios necessários para atingir seus objetivos com relação à aprendizagem. Possibilitando a compreensão das ações praticadas dentro da instituição para melhoria do ensino/aprendizagem, mostrando uma prévia realidade sobre o exercício da profissão através do Ensino das Ciências Ambientais. As questões norteadoras do trabalho foram: O lúdico acontece naturalmente e facilita o relacionamento entre os educandos e o Meio Ambiente? O objetivo geral deste estudo é analisar a importância do lúdico e da inovação para facilitar a aprendizagem das Ciências Ambientais. Com esses mecanismos a escola pode representar a vida tal como ela é vivida pelo aluno em seu ambiente social e natural? O aluno tem que ter interesse real no que aprende, deve existir um ponto de contato entre o que ele sabe e o que ele deve aprender sobre o Meio Ambiente? Para realizar esse estudo foi preciso investigar a realidade educacional metodológica e organizativa referentes à transmissão-assimilação de saberes e modos de ação. Visando o entendimento global e intencionalmente dirigido, através do método “Experimental” com o objetivo de descobrir os problemas educativos e sugerindo uma solução que facilite a compreensão dos alunos da Escola Municipal Joana Almeida Pinto com o Meio Ambiente. O objetivo geral é investigar a contribuição das Ciências Ambientais para o desenvolvimento do indivíduo na construção do conhecimento sobre o Meio Ambiente.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Educação. Meio Ambiente.

ABSTRACT

Education is considered one of the most important mechanisms for the development of a country. It is through a good education that citizens produce knowledge and personal growth. Being able to have a better income and improving your quality of life. The present study focuses on presenting information with observations focused on the theme of Teaching Environmental Sciences in the 7th Year “A and 8th Year A”, at Escola Municipal Joana Almeida Pinto. Therefore, it addresses the reality of education in the educational institution, observing the students' performance during classes and the teacher's performance in search of the necessary means to achieve their objectives in relation to learning. Enabling the understanding of the actions taken within the institution to improve teaching/learning, showing a previous reality about the exercise of the profession through the Teaching of Environmental Sciences. The guiding questions of the work were: Does play happen naturally and facilitate the relationship between students and the environment? The general objective of this study is to analyze the importance of fun and innovation to facilitate the learning of Environmental Sciences. With these mechanisms, can the school represent life as it is lived by the student in their social and natural environment? The student must have a real interest in what he learns, must there be a point of contact between what he knows and what he should learn about the Environment? To carry out this study, it was necessary to investigate the methodological and organizational educational reality regarding the transmission-assimilation of knowledge and modes of action. Aiming at global and intentionally directed understanding, through the “Experimental” method with the aim of discovering educational problems and suggesting a solution that facilitates the understanding of students at Escola Municipal Joana Almeida Pinto with the Environment. The general objective is to investigate the contribution of Environmental Sciences to the development of the individual in the construction of knowledge about the Environment.

Keywords: Sustainability. Education. Environment.

RESUMEN

La educación es considerada uno de los mecanismos más importantes para el desarrollo de un país. Es a través de una buena educación como los ciudadanos producen conocimiento y crecimiento personal. Pudiendo tener mejores ingresos y mejorando tu calidad de vida. El presente estudio se enfoca en presentar información con observaciones enfocadas en la temática de Enseñanza de Ciencias Ambientales en el 7° Año “A y 8° Año A”, de la Escola Municipal Joana Almeida Pinto. Por lo tanto, aborda la realidad de la educación en la institución educativa, observando el desempeño de los estudiantes durante las clases y el desempeño del docente en busca de los medios necesarios para lograr sus objetivos en relación al aprendizaje. Posibilitando la comprensión de las acciones realizadas al interior de la institución para mejorar la enseñanza/aprendizaje, mostrando una realidad previa sobre el ejercicio de la profesión a través de la enseñanza de las Ciencias Ambientales. Las preguntas orientadoras del trabajo fueron: ¿El juego ocurre de forma natural y facilita la relación entre los estudiantes y el entorno? El objetivo general de este estudio es analizar la importancia de la diversión y la innovación para facilitar el aprendizaje de las Ciencias Ambientales. Con estos mecanismos, ¿puede la escuela representar la vida tal como la vive el estudiante en su entorno social y natural? El estudiante debe tener un interés real por lo que aprende, ¿debe existir un punto de contacto entre lo que sabe y lo que debe aprender sobre el Medio Ambiente? Para realizar este estudio fue necesario investigar la realidad educativa metodológica y organizacional en cuanto a la transmisión-asimilación de conocimientos y modos de acción. Orientado a la comprensión global y dirigida intencionalmente, a través del método “Experimental” con el objetivo de descubrir problemas educativos y sugerir una solución que facilite la comprensión de los estudiantes de la Escola Municipal Joana Almeida Pinto con el Medio Ambiente. El objetivo general es investigar el aporte de las Ciencias Ambientales al desarrollo del individuo en la construcción de conocimientos sobre el Medio Ambiente.

Palabras clave: Sostenibilidad. Educación. Medio ambiente.

INTRODUÇÃO

A educação é considerada um dos mecanismos mais importantes para o desenvolvimento de um país. É através de uma boa educação que os cidadãos produzem conhecimentos e crescimento pessoal. Podendo ter uma renda melhor e melhorando sua qualidade de vida.

O presente estudo tem como foco apresentar informações com as observações voltadas para o tema Ensino das Ciências Ambientais do 7º Ano “A e 8º Ano A”, na Escola Municipal Joana Almeida Pinto.

Portanto, aborda a realidade da educação na instituição de ensino, observando o rendimento dos alunos durante a execução das aulas e o desempenho do professor em busca dos meios necessários para atingir seus objetivos com relação à aprendizagem. Possibilitando a compreensão das ações praticadas dentro da instituição para melhoria do ensino/aprendizagem, mostrando uma prévia realidade sobre o exercício da profissão através do Ensino das Ciências Ambientais.

Segundo Franco (2002), "a docência é uma profissão com identidade e estatuto epistemológico próprios, e que em si, o ensino é uma das manifestações da práxis educativa" De acordo com o Título II (Referenciais Conceituais) da Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010, especificamente nos artigos 4,5 e 6, que cabe ao Poder Público, a sociedade, a família e a escola ser responsáveis por garantir uma educação igualitária, acessível a todos.

No entanto, o que reza essa Resolução está longe de ser o que acontece na prática principalmente no tocante a qualidade de ensino/aprendizagem, no educar e cuidar centralizado no desenvolvimento sócio cognitivo do educando através da ética e do diálogo reflexivo sobre o Meio Ambiente.

No entanto, faz-se necessário que a educação seja levada a sério e que a teoria e a prática caminhem juntas em favor de possibilitar a compreensão do aluno e que esta educação tenha efeito significativo em sua vida. A escola deve procurar organizar mais reuniões entre professores e os pais dos alunos, para que ambos conversem sobre a importância da sustentabilidade dos ecossistemas em sua comunidade.

Por outro lado, o professor deve procurar chamar a atenção dos alunos, criando dinâmicas, planejando aulas criativas, inovando na sua explicação, fugindo do tradicionalismo, criando jogos de ensino e aprendizagem, e principalmente usando em suas explicações exemplos que tenham haver com o dia a dia do aluno, fazendo que com isso ele possa participar das atividades interativas voltadas para o meio ambiente.

Assim, todos trabalham juntos, em busca de um objetivo que pode ser possível torná-lo realidade, para isso é preciso unir professores, pais e alunos para que haja uma união mútua e eficaz e juntos corrigirem os seus erros e defeitos e planejem melhorias de forma coletiva.

A prática do ensino das Ciências Ambientais é, portanto, um mecanismo para melhorar a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental II, na escola municipal Joana Almeida Pinto. As questões norteadoras do trabalho foram: O lúdico acontece naturalmente e facilita o relacionamento entre os educandos e o Meio Ambiente? O objetivo geral deste estudo é analisar a importância do lúdico e da inovação para facilitar a aprendizagem das Ciências Ambientais.

Com esses mecanismos a escola pode representar a vida tal como ela é vivida pelo aluno em seu ambiente social e natural? O aluno tem que ter interesse real no que aprende, deve existir um ponto de contato entre o que ele sabe e o que ele deve aprender sobre o Meio Ambiente?

Para realizar esse estudo foi preciso investigar a realidade educacional metodológica e organizativa referentes à transmissão-assimilação de saberes e modos de ação. Visando o entendimento global e intencionalmente dirigido, através do método “Experimental” com o objetivo de descobrir os problemas educativos e sugerindo uma solução que facilite a compreensão dos alunos da Escola Municipal Joana Almeida Pinto com o Meio Ambiente.

O objetivo geral é investigar a contribuição das Ciências Ambientais para o desenvolvimento do indivíduo na construção do conhecimento sobre o Meio Ambiente. Tendo como objetivos específicos: Sensibilizar os alunos sobre a importância do Meio Ambiente na aprendizagem a partir de uma interação interdisciplinar. Analisar como o ensino das Ciências Ambientais é desenvolvido e aplicado pelos educadores aos alunos com dificuldade de aprendizagem.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de conhecer-se, conscientizar-compreender e admitir que favorece o aprendizado dos alunos sobre o Meio Ambiente. Espera-se que o estudo possa contribuir e esclarecer a importância de permitir ao discente que compreenda a importância do Meio Ambiente e da sua sustentabilidade em seu processo de aprendizagem, isso significa: mudar, flexibilizar, preparar para que adquiram o conhecimento de forma prazerosa.

Para desenvolver o presente projeto sobre o Ensino das Ciências Ambientais, a proposta metodológica esteve centrada em pesquisa de método indutivo, com caráter

qualitativo, a partir de observações na Escola Municipal Joana Almeida Pinto, que induz o pesquisador a se aprofundar no objeto de estudo.

O trabalho também está baseado em técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, tendo como instrumentos sites, conceitos e métodos, livros e trabalhos científicos.

Foram usados estudos anteriores sobre o tema, como por exemplo: artigos científicos e informações em fontes genéricas, publicações em jornais e sites da internet.

PLANEJAMENTO -PLANO DE AÇÃO E PORTFÓLIOS

Com um planejamento voltado para as disciplinas além de portfólios, frequências, projetos, cargas horárias. No entanto, o novo período do projeto como mecanismo de aprendizagem, exigiu novas possibilidades de ensino, utilizando o lúdico através da literatura e a inovação através das novas tecnologias. Segundo o Parecer número 21, de 2001, do Conselho Nacional de Educação, que define essa experiência.

Com o um tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário [...] é o momento de efetivar um processo de ensino/aprendizagem que tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização. (CNE, 2010, s/p).

Durante o projeto, nas aulas de português, é preciso realizar a leitura de textos, produção de texto e discussão sobre o conteúdo aplicados e propostos pela grade curricular de ensino. As aulas de preferência devem ser expositivas usando a técnica de perguntas e respostas. Estas atividades desenvolvidas no período da prática do projeto, ajudam o docente no completo domínio sobre todos os conteúdos abordados. É preciso também fazer o uso de livros didáticos e exercícios para os alunos praticarem. Sempre procurando intercalar a metodologia tradicional e a renovada, se possível, usar retroprojektor, diálogo, dinamicidade, quadro branco, pincel, apagador, o livro didático e dedicação.

Outro aspecto interessante é abordar a importância da criatividade através de paródias, desenhos, textos, onde é possível verificar que a maioria dos discentes apresentaram interesses nesses mecanismos, mas que depois assimilam positivamente. Portanto, para que o educando compreenda, assimile e obtenha o conhecimento é preciso que haja uma relação de dar e receber entre professor e aluno. É o que a docente procura e tenta fazer com suas turmas.

Para isso é preciso que a família e escola trabalhem juntas com o mesmo objetivo. É essencial trabalhar em grupo, pois além da troca de experiência pode-se fazer muitas observações no decorrer das aulas. O professor precisa ser criativo para acompanhar a diversidade da turma, ou seja, o nível cognitivo, pois muitos alunos se encontram no 7º e 8º Ano sem saber ler nem escrever direito. Muitas vezes o fato de não haver materiais didáticos disponíveis para professores/alunos na escola é desestimulante, o que faz com que professores sejam obrigados a comprar materiais com recursos tirados do seu próprio bolso para utilizá-los nas suas aulas.

Os educadores também utilizam os parâmetros curriculares nacionais de suas disciplinas na montagem do plano de curso do início do ano letivo chamado de “Plano de Ação”, eles procuram utilizar a interdisciplinaridade para que haja um bom entendimento da disciplina, e os temas transversais vão sendo tocados de acordo com os conteúdos que o educador utiliza em sala de aula, como em textos, contas de matemática e conversas feitas com seus alunos.

Uma boa relação com o aluno, pois como todo bom educador deve utilizar o diálogo como eixo fundamental para nortear o significado da aprendizagem, como uma troca de experiência, visto que é impossível conceber um crescimento cognitivo, intelectual e humano que não seja fruto de interações entre pessoas, sempre presumindo a vivência real e a existência de saberes nos dois sujeitos integrantes do processo de ensino-aprendizagem”. Segundo Freire (2005) mediação é o diálogo aberto:

[...] é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias e serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 2005, p. 91)

Entre os seus objetivos o professor deve levar em consideração, resgatar os valores éticos e de cidadania nos alunos, lhes ensinando de forma lúdica e inovadora a importância do respeito ao outro, assim como a importância de aceitar e respeitar as diferenças. Trabalhando de forma interdisciplinar com o intuito de facilitar isso e integrar as diversas disciplinas compreendendo os conteúdos curriculares utilizando o Ensino das Ciências Ambientais. A comunicação com os alunos precisa ser feita de forma espontânea, respeitando a regionalidade e inserindo a língua formal como aprimoramento do desenvolvimento do ensino/aprendizagem.

Estudo realizado na Escola Municipal Joana Almeida Pinto, localizada no Povoado Ponte de Itabatinga na Zona Rural S/Nº Município de Jandaíra/BA. CNPJ: 02.110.125/0001-08 CEP: 48.310.000, é um mecanismo de conscientização ambiental na Escola Pública Municipal a gestão está vinculada à secretaria Municipal de Educação do Município de Jandaíra/BA.

Por sua vez, a gestão procura desenvolver uma gestão democrática, participativa e dinâmica, com a participação de todos. A direção trabalha: Democracia e participação, onde todos têm plena liberdade de expressão. Há uma relação cordial entre direção, professores e educadores, gerando assim satisfação nos trabalhos, mesmo com as dificuldades que ambos passam para atender melhor possível o educando, e assim ouvir todos os seus questionamentos não só deles, mas também da comunidade em geral.

A escola tem trabalhado alguns projetos em prol do meio ambiente, horta na escola, planta uma árvore, trilhas e inclusão digital através de uma sala anexa à Escola que faz parte de um Projeto Federal. Aulas interativas podem alcançar bons resultados no desenvolvimento da aprendizagem e facilitar a adaptação do aluno no contexto escolar.

Portanto, ao introduzir ações educativas lúdicas e inovadoras, é primordial que haja acompanhamento do docente nas atividades propostas. A condução eficaz do processo

ensino – aprendizagem tanto com o lúdico como com a inovação, só é possível se houver procedimentos estabelecidos, que tenham como função controlar e coordenar cada atividade.

A compreensão do comportamento, pensamentos e ações dos professores podem tornar as salas de aulas espaços motivadores da aprendizagem, pois alunos participativos minimizam as dificuldades na aprendizagem, e se pode ampliar a predisposição do alunado em interagir com os conteúdos aplicados de forma descontraída.

Os alunos possuem dificuldades de aprendizagem. Além do livro didático os educadores fazem uso de pesquisa de campo, pesquisas em casa ou na internet, também trazem cartazes, conteúdos no retroprojeto, músicas, filmes para poderem tornar as aulas mais interessantes, trazem mensagens educativas e criativas como motivação da semana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso ensinar com amor, sem máscaras e não só pelo dinheiro, por isso é importante gostar do que se está fazendo. Essa é uma das razões pela qual devemos sempre sermos verdadeiros com nossos alunos e acima de tudo com nós mesmos, pois estar em sala de aula é uma lição que temos a cada dia, e seu trabalho depende da ação, pois aprendemos e crescemos com os alunos e, estes por vezes, nos tem como espelho para a suas vidas futuras.

Por isso, um bom profissional não pode ficar parado no tempo, ele tem que estar sempre renovando. O professor deve sempre estar se aperfeiçoando de forma contínua, deve ser consciente de que ele é um agente transformador e que não pode estar à frente na formação de alguém se não levar a sério a sua própria formação.

O educador/professor precisa ir em busca de novos conhecimentos, precisa criar e recriar novas técnicas para que seus aprendizes não sejam meros repetidores e sim construtores de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Parecer CNE/CP 009/2001. Brasília, DF, maio de 2001.
- FRANCO, M. L. B. Qualidade total na formação profissional: do texto ao contexto. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1995. BRASIL.
- FREIRE, Paulo. (1996). Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.
- TARDIFF, Maurice. (2002). Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, Vozes.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COM A ESCOLA E A COMUNIDADE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA PROBLEMATIZAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO

COMMUNITY-BASED TOURISM WITH THE SCHOOL AND THE COMMUNITY FROM THE EXPERIENCE OF PROBLEMATIZATION AT THE JOANA ALMEIDA PINTO MUNICIPAL SCHOOL

TURISMO COMUNITARIO CON LA ESCUELA Y LA COMUNIDAD DESDE LA EXPERIENCIA DE PROBLEMATIZACIÓN EN LA ESCUELA MUNICIPAL JOANA ALMEIDA PINTO

Alda Cristina Menezes da Silva

DA SILVA, Alda Cristina Menezes. **Turismo de base comunitária com a escola e a comunidade a partir da experiência da problematização na Escola Municipal Joana Almeida Pinto.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.25, p. 26 – 40, julho/2023. ISSN/2675 – 5203.

RESUMO

O presente estudo retrata o “Turismo de Base Comunitária com a Escola e a Comunidade a partir da Metodologia da Problematização na Escola Municipal Joana Almeida Pinto”. Ao pensar na implantação do TBC em uma comunidade, deve-se levar em consideração que a proteção do meio ambiente e o êxito do desenvolvimento dessa modalidade de turismo devem ser inseparáveis, já que a característica distinta da gestão do TBC é sua dimensão humana integrada ao meio ambiente, social e cultural (TAKAHASHI, 2016). Diante do exposto, três questões nortearam a pesquisa e colaboraram com a investigação do problema: (i) Quais as características socioambientais da comunidade onde está localizada a Escola Municipal Joana Almeida Pinto (Ponte de Itabatinga)? (ii) Como o uso da Metodologia da Problematização poderá promover reflexões sobre a implementação, organização e fortalecimento do Turismo de Base Comunitária, junto à Escola Municipal Joana Almeida Pinto e à comunidade de Ponte de Itabatinga? (iii) De que modo a criação de um produto didático poderá auxiliar na propagação de saberes através da Metodologia da Problematização, evidenciando a organização e o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária? objetivo geral deste estudo é analisar o uso da Metodologia Ativa da Problematização, junto aos estudantes da Escola Municipal Joana Almeida Pinto e pessoas da comunidade, no processo de reflexão para implementar o Turismo de Base Comunitária, na comunidade de Ponte de Itabatinga, Município de Jandaíra, no estado da Bahia. Tendo como objetivos específicos conhecer a importância de valorizar a cultura do saber fazer da comunidade; compreender como cada um pode contribuir com o desenvolvimento local; investigar qual a participação da comunidade com a escola municipal Joana Almeida Pinto. O estudo aqui realizado norteou-se sob a perspectiva da Fenomenologia, na busca da essência da gestão do TBC como um fenômeno inovador, numa abordagem qualitativa, utilizando-se da problematização (Arco de Magueréz) como prática necessária para atingir a finalidade da pesquisa. Nesse sentido, é preciso realizar um trabalho pedagógico interdisciplinar, nos quais os alunos e a comunidade sejam os protagonistas. A escola deve ser vista, assim, como um ambiente de formação de cidadãos reflexivos e críticos, apropriando-se de um papel fundamental na construção de uma relação saudável entre natureza e sociedade, e, conforme Carvalho (2012), o professor pode assumir um papel relevante na formação desses estudantes, utilizando da sua experiência e refletindo sobre ela a fim de reconhecer problemas e propor soluções.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Escola. Comunidade. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This study portrays the "Community-Based Tourism with the School and the Community from the Methodology of Problematization in the Joana Almeida Pinto Municipal School. When thinking about the implementation of TBC in a community, it should be taken into account that the protection of the environment and the success of the development of this type of tourism must be inseparable, since the distinctive characteristic of TBC management is its human dimension integrated with the environment, social and cultural (TAKAHASHI, 2016). In view of the above, three questions guided the research and collaborated with the investigation of the problem: (i) What are the socio-environmental characteristics of the community where the Joana Almeida Pinto Municipal School (Itabatinga Bridge) is located? (ii) How can the use of the Problematization Methodology promote reflections on the implementation, organization and strengthening of Community-Based Tourism, together with the Joana Almeida Pinto Municipal School and the community of Ponte de Itabatinga? (iii) How can the creation of a didactic product help in the propagation of knowledge through the Methodology of Problematization,

evidencing the organization and strengthening of Community-Based Tourism? The general objective of this study is to analyze the use of the Active Methodology of Problematization, together with the students of the Joana Almeida Pinto Municipal School and people from the community, in the process of reflection to implement Community-Based Tourism in the community of Ponte de Itabatinga, Municipality of Jandaíra, in the state of Bahia. Having as specific objectives to know the importance of valuing the culture of know-how of the community; understand how each can contribute to local development; to investigate the participation of the community with the Joana Almeida Pinto municipal school. The study carried out here was guided from the perspective of Phenomenology, in the search for the essence of the management of TB as an innovative phenomenon, in a qualitative approach, using problematization (Arco de Maguerez) as a necessary practice to achieve the purpose of the research. In this sense, it is necessary to carry out an interdisciplinary pedagogical work, in which the students and the community are the protagonists. The school should be seen, therefore, as an environment of formation of reflective and critical citizens, appropriating a fundamental role in the construction of a healthy relationship between nature and society, and, according to Carvalho (2012), the teacher can assume a relevant role in the formation of these students, using their experience and reflecting on it in order to recognize problems and propose solutions.

Keywords: Community-Based Tourism. School. Community. Sustainability.

RESUMEN

El presente estudio retrata el “Turismo Comunitario con la Escuela y la Comunidad desde la Metodología de la Problematización en la Escuela Municipal Joana Almeida Pinto. Al pensar en implementar TBC en una comunidad, se debe tener en cuenta que la protección del medio ambiente y el desarrollo exitoso de este tipo de turismo deben ser inseparables, ya que la característica distintiva de la gestión de TBC es su dimensión humana integrada a la ambiental, sociales y culturales (TAKAHASHI, 2016). Teniendo en cuenta lo anterior, tres preguntas guiaron la investigación y colaboraron con la investigación del problema: (i) ¿Cuáles son las características socioambientales de la comunidad donde se ubica la Escola Municipal Joana Almeida Pinto (Ponte de Itabatinga)? (ii) ¿Cómo el uso de la Metodología de Problematización puede promover reflexiones sobre la implementación, organización y fortalecimiento del Turismo de Base Comunitaria, en conjunto con la Escuela Municipal Joana Almeida Pinto y la comunidad de Ponte de Itabatinga? (iii) ¿Cómo puede la creación de un producto didáctico ayudar en la propagación del conocimiento a través de la Metodología de la Problematización, destacando la organización y fortalecimiento del Turismo de Base? El objetivo general de este estudio es analizar el uso de la Metodología de Problematización Activa, junto con estudiantes de la Escola Municipal Joana Almeida Pinto y personas de la comunidad, en el proceso de reflexión para implementar el Turismo de Base Comunitaria, en la comunidad de Ponte de Itabatinga, Municipio de Jandaíra, en el estado de Bahía, Los objetivos específicos son comprender la importancia de valorar la cultura del saber hacer de la comunidad; entender cómo cada persona puede contribuir al desarrollo local; investigar la participación de la comunidad con la escuela municipal Joana Almeida Pinto. El estudio aquí realizado estuvo guiado por la perspectiva de la Fenomenología, en busca de la esencia de la gestión del TBC como fenómeno innovador, en un enfoque cualitativo, utilizando la problematización (Arco de Maguerez) como práctica necesaria para alcanzar el propósito de la investigación. En este sentido, es necesario realizar un trabajo pedagógico interdisciplinario, en el que los estudiantes y la comunidad sean los protagonistas. La escuela debe ser vista, por tanto, como un ambiente para la formación de ciudadanos reflexivos y críticos, desempeñando un papel fundamental en la construcción de una relación sana entre la naturaleza y la sociedad, y, según Carvalho (2012), el docente puede asumir un papel relevante en la formación de estos estudiantes, utilizando su experiencia y reflexionando sobre ella para reconocer problemas y proponer soluciones.

Palabras clave: Turismo Comunitario. Escuela. Comunidad. Sostenibilidad

INTRODUÇÃO

O presente estudo retrata o “Turismo de Base Comunitária com a Escola e a Comunidade a partir da Metodologia da Problematização na Escola Municipal Joana Almeida Pinto”. Definido como tendência, o turismo sustentável é um caminho que tem contribuído para diminuir impactos negativos socioambientais, socioculturais e socioeconômicos. Nesse sentido, Macedo (2018, p. 61) afirma que “[...] o estudo do turismo deve ser direcionado para a sustentabilidade, conceito essencial para alcançar metas de avançar sem esgotar os recursos naturais e culturais nem deteriorar o meio ambiente”. Ao pensar na implantação do TBC em uma comunidade, deve-se levar em consideração que a

proteção do meio ambiente e o êxito do desenvolvimento dessa modalidade de turismo devem ser inseparáveis, já que a característica distinta da gestão do TBC é sua dimensão humana integrada ao meio ambiente, social e cultural (TAKAHASHI, 2016).

Nessa lógica de pensamento, acredita-se que a contribuição do TBC está justamente na participação da comunidade no fazer da atividade turística.

[...] A Comunidade é parte integral do desenvolvimento de um turismo sustentável, é preciso levar em consideração a proteção dos recursos, através de uma gestão participativa, valorizando a identidade de um povo e incluindo todos no processo do TBC (ALVES, 2017, p. 61).

Para Maldonado (2009), o TBC colabora também com o desenvolvimento de políticas públicas, incentivando as pessoas a militarem por seus direitos através de discussões coletivas em prol de todos os que estão inseridos no contexto. Assim, a autogestão dos recursos patrimoniais comunitários é uma das características desse tipo de turismo, que se alicerça na cooperação, equidade entre os membros da comunidade e distribuição dos benefícios gerados pelo turismo.

Diante do exposto, três questões nortearam a pesquisa e colaboraram com a investigação do problema: (i) Quais as características socioambientais da comunidade onde está localizada a Escola Municipal Joana Almeida Pinto (Ponte de Itabatinga)? (ii) Como o uso da Metodologia da Problematização poderá promover reflexões sobre a implementação, organização e fortalecimento do Turismo de Base Comunitária, junto à Escola Municipal Joana Almeida Pinto e à comunidade de Ponte de Itabatinga? (iii) De que modo a criação de um produto didático poderá auxiliar na propagação de saberes através da Metodologia da Problematização, evidenciando a organização e o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária?

objetivo geral deste estudo é analisar o uso da Metodologia Ativa da Problematização, junto aos estudantes da Escola Municipal Joana Almeida Pinto e pessoas da comunidade, no processo de reflexão para implementar o Turismo de Base Comunitária, na comunidade de Ponte de Itabatinga, Município de Jandaíra, no estado da Bahia.

Tendo como objetivos específicos conhecer a importância de valorizar a cultura do saber fazer da comunidade; compreender como cada um pode contribuir com o desenvolvimento local; investigar qual a participação da comunidade com a escola municipal Joana Almeida Pinto.

O estudo aqui realizado norteou-se sob a perspectiva da Fenomenologia, na busca da essência da gestão do TBC como um fenômeno inovador, numa abordagem qualitativa, utilizando-se da problematização (Arco de Maguerez) como prática necessária para atingir a finalidade da pesquisa.

A Fenomenologia surgiu no século XX, passando a ser conhecida com a publicação da obra “Investigações lógicas”, de Edmund Husserl, filósofo considerado “Pai da Fenomenologia”. Para ele o destaque do “eu” era fazer a Filosofia de um jeito renovado, levando em consideração o que era vivido e visto pela consciência das pessoas. A Fenomenologia, “[...] se preocupa com a descrição direta dos fatos analisados, não existindo

uma realidade única, mas sim diversas formas de interpretações e comunicações.” (TRIVIÑOS, 1992, p. 32).

Nessa perspectiva, os caminhos da pesquisa foram construídos com base na percepção fenomenológica, a partir da realização de leituras e pesquisas (bibliográfica/documental), realização de entrevista semiestruturada e execução das etapas do Arco de Maguerez, justificando a existência do eu, ao ter um contato estreito com a situação na qual os fenômenos ocorrem, ou seja, com o desenvolvimento das ações da pesquisa, visitas de campo, trabalhos em grupos, entre outras ações. Dessa forma, as pessoas passaram a compreender o objeto estudado através da troca de experiências vividas.

Nesse sentido, justifica-se que, através do Turismo de Base Comunitária, o saber fazer de um povo é aproveitado por meio da inclusão social, ou seja, as pessoas da comunidade são inseridas na gestão do TBC através de políticas públicas que incentivam o diálogo entre todos e os encontros interculturais de qualidade com os visitantes.

TURISMO COMO PERSPECTIVA DE OPORTUNIDADES DE TRABALHO E RENDA

O TBC pode melhorar a condição social das pessoas com sustentabilidade, proporcionando autonomia e busca pelo crescimento individual e coletivo.

Sobre esse aspecto, Alexandre (2018) defende que é preciso também que haja envolvimento e compromisso por parte das pessoas para conservar os atrativos naturais. Além disso, parte desses indivíduos constitui a mão de obra local e essas atividades passam a ser desempenhadas por eles na gestão do TBC para melhoria de vida, de forma digna, com trabalho e renda.

Entende-se que, em uma comunidade na qual não há perspectivas de geração de trabalho e renda, o TBC pode contemplar os princípios do empoderamento comunitário, solidariedade e liberdade. Também pode ser entendido como inovação social, proporcionando aos grupos comunitários a transformação de suas realidades no que tange, principalmente, “[...] a uma forma de vida mais justa, agregada ao desenvolvimento da capacidade de gestão do processo na oferta dos serviços e produtos turísticos a serem entregues.” (ALEXANDRE, 2018, p. 98).

Desse modo é possível desenvolver inovações abertas e fechadas na forma como a atividade turística se desenvolve, através de novos negócios, estimulando o desenvolvimento econômico local. Para Takahashi (2016, p. 75), “[...] a intenção e a perspectiva dos visitantes é conhecer e aprender sobre os respectivos modos de vida da comunidade, e praticar o saber fazer, costumes, gostos, e outras curiosidades que lhes encantam”.

Essa é uma forma diferenciada de praticar a atividade turística, dissociando-a da pura visitação e incluindo-a no processo de experimentação. Nessa perspectiva, um aumento da demanda estimula uma visão inovadora, além de procedimentos de organização e qualidade no serviço oferecido.

Entretanto, Francisco Alembert de Souza Lima, coordenador do Projeto de Promoção do Turismo Social e Cultural de Base Comunitária no Sertão do Cariri, em um relatório do Ministério do Turismo, comentou: “[...] pensar no Turismo de Base Comunitária como turismo só de geração de renda é pouco. O lastro do Turismo de Base Comunitária

tem sua base na diversidade cultural e nos valores humanos.” (MTUR, 2010, p.7).

Nesse sentido, o TBC quebra paradigmas do turismo na medida em que o visitante é estimulado a valorizar experiências que a comunidade poderia considerar como triviais, como por exemplo: a venda da tapioca (lanche típico da culinária nordestina) e a importância de quem a faz; o leite tirado do peito da vaca; o saber lavar as roupas no rio; e a comida feita na panela de barro. Essas atividades perpassam diversos aspectos culturais e promovem a procura pela destinação turística.

Em relação ao conhecimento e aos costumes, estes nem sempre são entendidos pelas pessoas da comunidade como atrativos para o turismo, para elas ordenhar uma vaca é algo natural, assim como abrir uma cancela e deixá-la bater, ou até mesmo andar por uma trilha e ouvir o canto dos pássaros. Sendo assim, o campo do TBC é vasto, pois todo o viver de uma comunidade se torna atrativo para os turistas.

Um exemplo atual de prática diferenciada de TBC tem sido desenvolvido na Ilha Mem de Sá, localizada em Itaporanga d’Ajuda – Sergipe, onde há um processo em andamento que busca o desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Rural a partir da gestão dessa atividade com base comunitária (BRAGHINI et al, 2020).

Logo percebe-se que com o desenvolvimento do TBC, a organização de uma comunidade, mesmo em suas atividades cotidianas, passa a ser estimulada e conseqüentemente os atores são desafiados a desenvolverem-se, melhorando a realidade ao passarem por transformações positivas com o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais. Assim, nos dizeres de Lastres e Cassiolato (2005), são requeridos:

[...] diferentes modos de coordenação, intervenção e participação, nos processos de decisão dos diferentes atores — Estado, em seus vários níveis, empresas, cidadãos e trabalhadores, organizações não governamentais etc e das diversas atividades que envolvem a organização dos fluxos de produção e comercialização, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos. (LASTRES E CASSIOLATO, 2005, p. 12)

Nesse contexto, uma série de iniciativas passam a ser priorizadas através de condições econômicas sustentáveis, e a realidade da pobreza vai se modificando, caso a gestão do turismo aplique em seu processo de crescimento os conceitos de sustentabilidade, de parceria e diálogo com as comunidades. Assim, a complexidade do TBC é baseada no envolvimento das comunidades no desenvolvimento do turismo, tendo como metas e pressupostos:

- fortalecer o TBC pelas atividades produtivas locais;
- divulgar o trabalho da comunidade na internet;
- qualificar a mão de obra local com ênfase na valorização da identidade local e do sentimento de pertencimento;
- realizar uma auto gestão com foco na interação de todos os atores da comunidade, para que possam oferecer produtos diferenciados e de baixo custo.

A autogestão dos recursos patrimoniais comunitários nessa modalidade turística tem como uma das suas principais características o protagonismo, alicerçando-se na cooperação, equidade entre os membros da comunidade, e a distribuição dos benefícios gerados pelo turismo (MALDONADO, 2009).

Considera-se, contudo, que, para desenvolver atividades produtivas locais é

fundamental que aconteça a interação entre os turistas e a comunidade. Fortalecer os produtos e serviços para o desenvolvimento de projetos que envolvam a comunidade no processo do turismo é um desafio, pois muitos moradores não acreditam no potencial que existe na sua comunidade. Para que as comunidades acreditem em seu potencial, é importante que as atividades voltadas para os arranjos produtivos locais sejam planejadas.

De acordo com Maia e Gomes (2020, p. 6).

O envolvimento de diversas pessoas na atividade turística requer um planejamento detalhado para possibilitar a implantação adequada dessa atividade. Dessa forma, a atividade turística terá os impactos negativos minimizados e os impactos positivos maximizados. (MAIA E GOMES, 2020, p. 6)

Todo arranjo produtivo no TBC envolve vários sujeitos sociais para a realização das atividades, e cada um desses sujeitos tem sua ideologia (considerada aqui como sinônimo de racionalidade). As categorias de ideologia são: inclusiva, de existência e alternativa capitalista (ALPES, 2019).

É como se fosse uma viagem dirigida e engajada, em uma autêntica experiência com aprendizado participativo nas artes, nas origens ou em qualquer característica específica do lugar, com uma necessidade primeira de se conectar com aqueles que residem no local e criam essa vida cultural única (UNESCO, 2006).

Assim, é preciso que a comunidade esteja preparada para participar de forma ativa e organizada dessa experiência. A divulgação de um serviço ou local cria expectativas e curiosidades. Os turistas que buscam novos desafios ficam inebriados com novas possibilidades de descobertas. São as experiências organizadas pela comunidade que aguçam a curiosidade dos turistas e são essas estratégias que fazem a diferença em um modelo de negócio voltado para o TBC. Segundo Alpes (2019, p. 25) “[...] o Turismo de Base Comunitária é protagonizado pela Comunidade e os benefícios da atividade econômica ficam para a mesma”.

Para Azevedo (2017, p. 16), por sua vez, no TBC “[...] os atores sociais que pensam e planejam a atividade turística são transformadores de bens naturais, práticas culturais, construções humanas e cotidianos em bens de consumo.”

A partir dessa perspectiva, para divulgação, organização e gestão, com vistas à sustentabilidade de uma proposta de TBC, é preciso analisar o ambiente, traçar objetivos, ter missão e visão para os seus projetos e monitorar o negócio para adaptar-se ao mercado, à competitividade, à inovação e às demandas. Para João (2020, p. 24), “[...] quando o turismo é administrado de maneira sustentável e adequada, se torna uma indústria propícia para fomentar o desenvolvimento de empreendimentos socioambientais.”

Dessa forma, a gestão do TBC deve buscar estratégias que identifiquem as oportunidades e minimizem os pontos negativos, bem como organizar um plano de trabalho com o intuito de fidelizar os seus clientes (visitantes) para o alcance dos objetivos estabelecidos (ARAÚJO, 2017).

Para Campos (2017), é importante que se crie um cenário de parcerias, dentro do qual pode ocorrer uma série de fatores baseados na análise da FOFA: oportunidades, ameaças, pontos fortes e fraquezas da comunidade, para que seja possível responder perguntas-chaves e identificar impactos negativos ou positivos na gestão do TBC. Esses cuidados com o

planejamento do TBC visam minimizar diferenças estabelecidas entre realidade e expectativa do consumidor da atividade turística.

Skinner (2017), alerta que:

[...] ao longo do tempo, através dos anúncios e da mídia, as imagens geradas pelos diferentes olhares do turista passam a construir um sistema de ilusões que se autoperpetem e proporciona a esse turista uma base para que ele selecione e avalie os potenciais dos lugares que visitará. (SKINNER, 2017, p. 91)

Além do mais, a disseminação de atividades como o TBC em tempos de redes sociais se dá através de relatos de experiências de pessoas que já viveram, na prática, o destino oferecido. Configura-se, portanto, como característica básica de sucesso para o TBC, sua auto gestão e governança, que buscam resultados para a melhoria da coletividade, estabelecendo laços de confiança, que “[...] ajudam a promover características fundamentais no capital social como solidariedade, parceria, respeito e afinidade” (ALMEIDA, 2017, p.13).

O conceito de inovação social ao TBC, associado à discussão da importância do envolvimento da comunidade em todas as suas etapas, tem foco na satisfação das necessidades humanas através da reorganização das relações e processos sociais (MOULAERT, 2009). Por isso, faz-se necessário a existência de um processo pedagógico margeando toda a inserção da proposta junto à comunidade-alvo.

Esse entendimento parte da perspectiva de que as pessoas de uma comunidade se organizam em busca de melhorias coletivas, agregando valor ao seu saber fazer, e buscando parcerias que os ajudem a se organizarem, principalmente através de escolas e associações comunitárias. Segundo Alexandre (2018, p. 228), “[...] essa comunidade se torna referência nessa prática e as pessoas começam a interagir com a sustentabilidade. As escolas que desenvolvem projetos sustentáveis são referências.” Para Dourado; Belizário e Paulino (2015):

[...] A reflexão sobre a escola, seu papel social, a intencionalidade da sua proposta pedagógica, a coerência entre o que preconiza e o que se faz e a ênfase na riqueza de experiências que configura o “estar sendo” escola sustentável, materializada em cada prática ou espaço educativo, são referências para embasar a ideia de espaços educadores sustentáveis. (DOURADO; BELIZÁRIO E PAULINO, 2015, p. 39)

Quanto às associações, o próprio conceito de associação comunitária já tem os princípios do TBC em seus fundamentos (CORIOLANO, 2009; BARTHOLO, 2009; MTUR, 2010), conforme se confirma na citação de Alexandre (2018, p. 18), quando diz que:

[...] A organização de autogestão para associativismo e cooperativismo; democratização de oportunidades e benefícios; centralidade da colaboração, parceria e participação; valorização da cultura local e, principalmente do protagonismo das Comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, o que por si aponta sua adequação para atuar como agente de sustentação e aporte ao desenvolvimento do TBC nas comunidades. (ALEXANDRE, 2018, p. 18)

Vários são os exemplos nos quais essas organizações desempenham papel fundamental na promoção da comunidade como protagonista de seu desenvolvimento. Foi o que aconteceu no Município de Lençóis, localizado a 410 km a oeste de Salvador, Bahia.

O projeto criado na região, intitulado, “Encantos da Chapada Diamantina”, proporciona experiências de TBC de maneira que as pessoas locais, além de morar, cuidam do patrimônio ambiental, pois é ele que contribui para o desenvolvimento da renda. Ali, a comunidade participa de capacitações que têm como proposta a formação de condutores locais. (CARDOSO, 2020).

As pessoas vão se envolvendo nas atividades, se fortalecem enquanto nativos e assumem a sua identidade local, se tornando protagonistas das suas comunidades. De acordo com Silva, Malta e Sá (2016):

[...] Essas pessoas são protagonistas de todo o processo de organização e gerenciamento do turismo, significando que a gestão do Turismo é de Base Comunitária na qual emergem roteiros e serviços criados pelas pessoas a partir do legado cultural, das habilidades e dos saberes populares, ao tempo em que eles são também os negociadores e anfitriões, sem a necessidade de intermediários. (SILVA, MALTA E SA, 2016, p. 16)

De forma semelhante, cita-se a Associação Grãos de Luz, criada em Lençóis, que desenvolve um projeto pedagógico de educação não formal nas comunidades da região, inspirada no Griô, um personagem mítico que percorria os sertões da África contando as histórias do seu povo (SILVA, 2009).

Já no Município de Itaetê, Bahia, os assentados que residem nas comunidades de Baixa, Europa e o Rosely Nunes (ICMBIO, 2018, p. 6),

Usufruem da experiência turística oferecendo um roteiro que é realizado em três dias, no qual a comunidade disponibiliza aos visitantes alimentação e hospedagem em pousada comunitária, além dos passeios tranquilos e de aventura. Nesse roteiro, é possível conhecer a fabricação de rapadura, participar da fabricação da farinha de mandioca, e comprar produtos naturais da roça. (NUNES, 20188, p.06)

De acordo com a analista Marcela de Martins, do Instituto Chico Mendes - ICMBIO(2018):

A experiência do TBC proporciona bem-estar ao visitante e satisfação ao anfitrião. Essas pessoas assentadas lutaram de forma pacífica pelo direito de viver e trabalhar na terra. Hoje eles possuem casa de farinha comunitária, fábrica artesanal de rapadura orgânica, pousada comunitária e fabricação de alimentos derivados do aipim. (MARTINS, 2018, p. 6)

Paralelamente, os filhos dos assentados passam pela experiência de serem jovens empreendedores, que buscam parcerias para o fortalecimento tanto do destino quanto do escoamento de seus produtos (SOUZA; SANTOS, 2018).

Conforme Costa (2016), outras experiências vivenciadas no Ceará apontam que o turismo vai além de uma relação comercial, pois as comunidades são marcadas pela resistência de grupos tradicionais. Estudos apontam que tanto comunidades litorâneas como

do sertão do Estado desempenham atividades de TBC, a exemplo da Rede Tucum, na Prainha do Canto Verde, próximo à reserva extrativista (RESEX), localizada em Beberibe – Ceará, Alagoas.

A Rede Tucum foi criada em 2018, abrangendo 13 comunidades, e organiza a gestão do TBC levando a oportunidade às populações tradicionais possuírem o controle efetivo sobre o Turismo e desenvolvimento na zona costeira do Ceará. São as pessoas da comunidade que são responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, estruturas e serviços turísticos propostos (SOUZA; SANTOS, 2018).

Segundo Beatriz Góes, integrante da Coordenação da Rede, “[...] o projeto conta com a parceria de institutos ambientais e pesquisadores.” (SOUZA; SANTOS, 2018, p. 378). As decisões são tomadas em conjunto e a comunidade procura proteger seu patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.

Além de caminhadas ecológicas, a história da Prainha do Canto Verde é uma das atrações do TBC. As tradições são conservadas e a comunidade entende o TBC como estratégia de garantia de território e oportunidade (SOUZA; SANTOS, 2018).

Logo, a participação das pessoas na gestão do TBC junto às associações comunitárias têm papel fundamental, ao apontar necessidades e sugerir melhorias, tendo como diferencial a concentração de suas forças nas comunidades em busca de interesses comuns (ALEXANDRE, 2018). Nessa perspectiva, o turismo comunitário no Ceará busca fortalecer a relação entre sociedade, cultura e natureza, com justiça ambiental.

Outro projeto cearense que tem dado certo, no qual a comunidade tem autonomia para acatar ou não as sugestões que lhes são propostas, acontece em Nova Olinda, no Vale do Cariri, interior do sertão cearense, a 50 km de Juazeiro do Norte, Ceará, e a 560 km de Fortaleza.

O Projeto Sítio Mitológico ganhou como atração o Memorial do Homem Kariri, que está mudando a vida de várias famílias da região por meio de atividades culturais. Desde 1992, a entidade oferece às crianças da comunidade aulas de música, teatro e comunicação, como a produção de vídeos, documentários, programas de rádio e de TV (SOUZA; SANTOS, 2018).

Para o ex-diretor da biblioteca, hoje gerente do Memorial Homem Kariri, o foco do memorial é o desenvolvimento dos alunos, eles vão aprendendo várias coisas, comunicação, arqueologia, arte, design. O acompanhamento vai do primário ao ensino superior, inspirando os estudantes na hora de escolher o curso. Além disso, a organização dedica um percentual de sua arrecadação ao transporte universitário, oferecendo ainda programas de formação continuada, nos quais desenvolve atividades de complementação escolar através dos Laboratórios de Conteúdo e Produção (ALVES, 2018, p. 33).

Nessa região, os serviços do TBC são ofertados pela Cooperativa Mista dos Pais e Amigos dos Meninos da Fundação Casa Grande (COOPAGRAN), que é formada por pais dos meninos e meninas ali atendidos.

São os associados, ou seja, as pessoas da comunidade, que produzem e comercializam souvenirs e artesanatos, também têm ao seu dispor a lojinha Cantina da Bodega e pousadas domiciliares. A própria Fundação Casa Grande, é um exemplo de integração entre o Turismo de Base Comunitária e escola que se preocupa com o

desenvolvimento sustentável das pessoas. Entre os seus objetivos, a educação como liberdade é prioridade, pois proporciona aos estudantes autonomia e conhecimento, levando-os a “abrir o olhar” para conhecer cada vez mais o projeto. Desde cedo, quando os meninos e meninas chegam à fundação, já recebem uma função como, por exemplo, recepcionista, monitor entre outros (TAUMATURGO et al. 2019, p. 93).

Para Lima (2009), se a comunidade aprende a agregar valor ao seu produto/serviço, o visitante lhe proporcionará lucro e, também, reconhecimento pelas atividades produzidas.

Os recursos gerados no Sítio Mitológico são administrados pela COOPAGRAN e divididos de modo a garantir um retorno para a comunidade. Nessa divisão, 10% são para a administração da cooperativa; 10% vão para o fundo de educação e financiamento do transporte escolar, restando 80% para reposição da matéria prima, investimento em infraestrutura e manutenção familiar (ALVES, 2018).

O projeto é considerado exitoso, pois integra a comunidade, garante ao visitante a oportunidade de convívio com moradores em hospedagens domiciliares, oferecida pela COOPAGRAN, tendo como foco a preservação da identidade local dos moradores. Essa é a perspectiva que o turismo comunitário traz, no sentido de encontro de identidades entre moradores e visitantes, mas especialmente entre as pessoas envolvidas em ações e objetivos comuns na comunidade (IRVING, 2008).

O TBC traz, assim, a necessidade de uma (re)invenção do modelo de gestão, passando a promover as localidades com o entendimento de que todas as partes são importantes para o desenvolvimento, que só será sustentável se o pensar for coletivo (ALEXANDRE, 2018).

No conceito de Charlot (2000, p. 33), o homem “[...] é um ser singular, com uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido, à posição que ele ocupa nele”. É o que acontece na região, permitindo que o turista conheça a cultura e as tradições dos povos do Sertão do Cariri, ao visitar oficinas de artesanato e produtos típicos da região. Assim, os visitantes podem desfrutar de caminhadas no meio ambiente natural e banharem-se nos rios próximos. As atividades do TBC desenvolvidas no Sertão do Cariri têm como protagonistas pais, mães e alunos, ou seja, é desenvolvido pela comunidade.

Turismo de Base Comunitária: perspectivas na educação escolar e na comunidade

Na visão de Leff (2003), a educação tem que ser vista como prática de liberdade, exigindo do professor uma postura crítica como condição básica para o desenvolvimento da aprendizagem, baseado nas expectativas e necessidades do seu alunado.

Sendo assim, quando a construção do conhecimento é compartilhada, ela se fortalece e fica fácil de ser compreendida coletivamente. Para Oliveira e Neiman (2020, p. 42), “[...] cabe ao educador, portanto, ficar atento às necessidades do educando, fazendo leituras críticas da realidade social na qual atua, baseando-se nas suas habilidades e competências”.

Acredita-se que a gestão do Turismo de Base Comunitária através da educação proporciona, e requer, diálogo entre estudantes e a realidade vivida, a partir de uma relação horizontal, fazendo com que as diferenças entre professor, aluno, escola e comunidade proporcionem liberdade de expressão (ILHA, 2014).

Nesse caso, é relevante perceber as necessidades reais dos alunos e articulá-los a compreender o presente, mas com perspectiva para o futuro, acompanhando os avanços da tecnologia e alinhados à sustentabilidade pela prática educativa na comunidade (OLIVEIRA, 2016).

Para Freire (1996, p.12), “[...] aprender na comunidade, com ela e para ela, significa usar a história da sua própria região, exteriorizando a cultura do silêncio”. É aí que acontece o aprender a engajar-se na sua própria região, tornando-se consciente da situação sociopolítica [...]”.

Ao defender a educação crítica, reflexiva e acima de tudo transformadora, Paulo Freire, apregoa que “a prática do professor deve ser voltada para as habilidades sociais e políticas, desenvolvendo no educando a capacidade de decidir” (FREIRE, 1996, p. 26). Assim, todas as ações educativas realizadas na gestão do TBC, devem estar ligadas às relações sociais, objetivando uma consciência crítica que proporcione liberdade, e superação através da atividade turística. Ainda de acordo com o autor, o diálogo:

[...] é uma exigência existencial. Se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco se tornar simples troca de ideologias [...] (FREIRE, 2005, p. 91).

A pedagogia libertadora de Paulo Freire tem como princípio, a certeza de que a educação é um ato político, na construção do conhecimento, objetivando uma sociedade justa, humana e solidária, ou seja, luta pela liberdade e igualdade. Este modelo de aprendizagem envolve o estudante, valorizando suas ideias, sentimentos, valores, cultura, experiências e meio social. (FREIRE,1991).

Nas palavras do autor, “A educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” (FREIRE, 1997, p. 38). Dentro desse pressuposto, o professor exerce um papel fundamental na vida do estudante, quando assume a posição de mediador do conhecimento, estimulando-o a participar ativamente do processo da aprendizagem. Em vista disso, a aprendizagem abrange um processo de crescimento e desenvolvimento da pessoa em sua totalidade, abarcando minimamente quatro grandes áreas: a do conhecimento, a afetivo-emocional, a de habilidades e a de atitudes e valores (OLIVEIRA, 2013).

Essa forma de enxergar a educação como processo libertador. corrobora com as características essenciais do TBC, à medida que princípios como protagonismo, autonomia, problematização e reflexão da realidade podem ser trabalhados com a escola e com a comunidade em favor de uma gestão de Turismo de Base Comunitária (SILVA, 2020).

Para ilustrar essa relação, tem-se como exemplo, o projeto realizado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que promove periodicamente o Encontro Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES), um projeto de extensão, ensino e pesquisa efetuado no Cabula, Bahia, e bairros adjacentes (SILVA, 2020).

Segundo Silva (2020), no Projeto Criativo, na Escola Estadual Visconde de Itaparica, os alunos têm autonomia para relatar sua história e a do Cabula. A ação tem por finalidade a investigação e a valorização da cultural local, encorajando crianças e jovens a

transformarem suas realidades, reconhecendo-os como autores e atores de suas próprias mudanças.

[...] dentre as diversas ações do projeto, em sua décima edição, em 2020, foi realizada a rede de colaboração e sustentabilidade local, no Colégio Estadual Helena Magalhães, no Bairro do Beiru, Município de Tancredo Neves. Outra ação sucedida no âmbito do TBC pela UNEB envolveu a Escola Estadual Visconde de Itaparica, na qual foi desenvolvido um Projeto de Turismo de Base Comunitária na comunidade cabula – TBC Cabula. A perspectiva do projeto é expor uma proposta de ação multi e interdisciplinar oportunizando, a comunidade do Cabula desenvolver o TBC em parceria com a escola, estabelecendo um elo com os projetos pedagógicos e integrando as pessoas, que juntos poderão desvendar caminhos alternativos para a sustentabilidade (SILVA, 2020, p. 11).

O protagonismo, a empatia, a criatividade e o trabalho em equipe são os pilares centrais deste projeto que busca envolver e estimular educandos e educadores de diferentes áreas no engajamento e na atuação em suas comunidades (SILVA, 2020).

Com a perspectiva de integração dos diversos sujeitos sociais que compõem o universo do projeto TBC Cabula, todo o processo visa que os estudantes possam atingir o crescimento pessoal em conjunto com o desenvolvimento e a valorização da comunidade na qual estão inseridos. Espera-se, dessa forma, que com a junção das forças sejam alcançados os resultados esperados e que os discentes passem a ser protagonistas de sua própria história (SILVA, 2020).

Nesse sentido, ao desenvolver o TBC junto aos alunos e comunidade, o saber fazer passa a ter significado e a descoberta das competências vai acontecendo gradativamente. Para Silva (2020), a criação do TBC em parceria com a escola contribui e desafia os educandos a aprenderem de forma interdisciplinar, levando-os a refletirem sobre a importância da sustentabilidade em prol do meio ambiente.

Conforme Gomes (2014) apregoa, ao trabalhar o TBC com a escola, é possível promover discussões junto aos estudantes sobre o trabalho e renda na comunidade, seja pela coleta de resíduos sólidos para transformação do material coletado em artesanatos, com foco para agregação de valor, ou até mesmo pela organização dos estudantes junto às associações para recepção dos turistas na comunidade. Assim, por meio da criação do TBC, uma comunidade pode superar a insustentabilidade existente pela falta de trabalho e renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo um paralelo entre as experiências relatadas e os dizeres teóricos apresentados nessa seção, no tocante aos alunos da Escola Municipal Joana Almeida Pinto, na comunidade de Ponte de Itabatinga, local desta pesquisa, observa-se que muitos deles não concluem os seus estudos e não encontram possibilidades de desenvolvimento na região. Outros perdem o interesse no ensino formal por falta de perspectiva de vida.

Nesse sentido, é preciso realizar um trabalho pedagógico interdisciplinar, nos quais os alunos e a comunidade sejam os protagonistas. A escola deve ser vista, assim, como um ambiente de formação de cidadãos reflexivos e críticos, apropriando-se de um papel

fundamental na construção de uma relação saudável entre natureza e sociedade, e, conforme Carvalho (2012), o professor pode assumir um papel relevante na formação desses estudantes, utilizando da sua experiência e refletindo sobre ela a fim de reconhecer problemas e propor soluções.

Mediante o exposto, nota-se a necessidade da formação de um educador crítico-reflexivo que possa auxiliar na transformação do estudante, permeando o ensino através de metodologias essenciais às novas concepções em educação voltadas para a realidade.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, L. M. de M. (Re) invenção do Turismo de Base Comunitária no Litoral Sul Sergipano: turismo e economia criativa como elos de gestão participativa. 2018. Tese (doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2018.
- ALVES, F. Diretor de Comunicação da Fundação Casa Grande. 2018. (entrevista) Disponível em: <https://memorialdohomemkaririfcg.wordpress.com/institucional/>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- ARAÚJO, S. L. E. Gestão e desenvolvimento de RH. Especialização em Gestão do Turismo. São Cristóvão: UFS, 2017. (Apostila de curso).
- ARAÚJO, C. C.; SANTOS, N. D.; SILVA, M. S. As práticas pedagógicas e a construção de conhecimentos: a educação ambiental no contexto escolar. In: SILVA, M. S. F. Reflexões teórico-metodológicas e práticas pedagógicas nas Ciências Ambientais. São Cristóvão: Editora UFS, 2019.
- ARAÚJO, M. O início do pensamento em torno do turismo de base comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. Revista Turismo em análise, v. 22, n. 2, agosto de 2011.
- ARAÚJO, S. L. E. Gestão e desenvolvimento de RH. Especialização em Gestão do Turismo. São Cristóvão: UFS, 2017. (Apostila de curso).
- AZEVEDO, D. S. Novas formas de organização do turismo. Especialização em Gestão do Turismo. São Cristóvão: UFS, 2017. (Apostila de curso).
- BRAGHINI, C. R. *et. al.* Da ilha que temos à ilha que queremos: caminhos para o ecoturismo de base comunitária na ilha Mem de Sá. _____. (Orgs.) Turismo de base comunitária: reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá–Sergipe. Aracaju: Editora IFS, 2020, p. 208-228.
- CAMPOS, C. A. Gestão estratégica do turismo. São Cristóvão: UFS, 2017. Especialização em Gestão do Turismo. (Apostila de curso).
- CARDOSO, C. O. Elementos de autenticidade no turismo de experiência: uma análise do guia Garupa Brasil Autêntico. Monografia (graduação turismo). Brasília, 2020.
- CORIOLO, L. N. *et al.* Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança. Fortaleza, Ed.UECE, 2009.
- DOURADO, J.BELIZÁRIO, F.; PAULINO, A. Escolas sustentáveis. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, P. La educación como práctica de la libertad. Buenos Aires: Ed. Tierra Nueva, 1974.
- FREIRE, P. Pedagogia del oprimido. 12. ed. Buenos Aires: Ed. Paz e Terra, 1997.
- GOMES, L. Turismo em áreas litorâneas protegidas: o exemplo da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia. SEMINÁRIO ESPAÇOS COSTEIROS, 1. Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações. Anais, Salvador, Bahia, 2011.
- GOMES, R. C. S. Território, paisagem, sujeitos sociais e políticas públicas: (des)caminhos e perspectivas do TBC em comunidades brasileiras e mexicanas. 2014. 377 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.
- GOMES, R. C. S. Território, paisagem, sujeitos sociais e políticas públicas: (des)caminhos e perspectivas do TBC em comunidades brasileiras e mexicanas. 2014. 377 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.
- HUSSERL, E. A ideia da fenomenologia. Tradução de Artur Mourão. Lisboa. Edições 70, 2000. 133 p.
- ILHA, G. C. O diálogo entre a formação tecnocientífica e a humanística na educação tecnológica: uma problematização a partir do estudo de caso do curso superior de tecnologia em gestão ambiental da UFSM. Santa Maria -RS, Brasil, 2014.
- JOÃO, C. M. Empreendimento socioambientais em turismo: Uma análise da criação dos valores social e ambiental. Tese [Doutorado em Administração] – Programa de Pós-graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Mobilizando conhecimentos para desenvolver arranjos e sistemas

- produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas no Brasil. RedeSist, 2005. Disponível em: www.ie.ufrj/redesist. Acesso em: 21 nov. 2021.
- LEFF, E. A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEFF, E. Racionalidade ambiental: La reapropiación social de la naturaleza. Siglo XXI editores, s.a. de c.v, 2004.
- LIMA, G. F. C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. Universidade Federal da Paraíba. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009.
- LIMA, S. N. G. A escola, a comunidade e o manguezal: caminhos para a conservação a partir da Educação Ambiental Crítica no Bairro Jabotiana em Aracaju-SE. Dissertação (Mestrado em Ciências ambientais) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.
- MACEDO, Brenda. M. P. Desenvolvimento Sustentável e Turismo: um estudo sobre as políticas de turismo implementadas pelo Governo do Estado de Roraima no período de 1992 a 2017. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2018, 152 f.;il.
- MOULEART, F. et al. Towards alternative model(s) of local innovation. Urban Studies, n. 42, v. 11, 2009, p. 1.969-90.
- MEMORIAL DO HOMEM KARIRI. Disponível em: <https://1library.org/article/a-funda%C3%A7%C3%A3o-casa-grande-memorial-do-homem-kariri.y96w0kly>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- MTUR. Plano Nacional de Turismo 2013-2016. Disponível em: http://arquivo.rosana.unesp.br/docentes/savanna/TGT%20I/PNT_2013-2016.pdf. Acesso em: 06 dez. 2020.
- OLIVEIRA, L.; NEIMAN, Z. Educação ambiental no âmbito escolar: análise do processo de elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Revista brasileira de educação ambiental. Revbea, São Paulo, v. 15, 2020.
- OLIVEIRA, N. M. P. EDISCA - Escola de Dança e Integração Social para Crianças e Adolescentes: uma prática pedagógica inovadora? Dissertação [Mestrado em Ciências da Educação e Inovação Pedagógica]Faculdade de Ciências sociais da Universidade da Madeira, Funchal, Portugal, 2016.
- PERRENOUD, P. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SILVA, F. P. S.; MATTA, A. E. R. SÁ, N. S. C. Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.79- 92, abr. 2016. Disponível em: / <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/viewFile/1149/479>. Acesso em 3 fev. 2022.
- SILVA, J. A. Novos modelos de negócios no turismo. São Cristóvão: UFS, 2017. (Especialização em Gestão do Turismo - Apostila de curso).
- SILVA, R. O.; FERREIRA, J. A. O. A.; DUARTE, T. B. S. A aplicabilidade da teoria da problematização com o Arco de Maguerez na educação de jovens e adultos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE TRABALHO, RELAÇÃO DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE. 8. Anais, João Pessoa, PB, 2020.
- SKINNER, P. P. D. Além do mar, pesca e pessoas no povoado de Moreré – Cairú/BA. Monografia [Graduação em Antropologia] – Departamento de Antropologia, Universidade Federal da Bahia, 2017.
- SOUZA, F. F.; SANTOS, N. D. Ciências Ambientais no Ensino Fundamental: diálogo sobre a água. In: SILVA, M. S. F. Reflexões teórico-metodológicas e práticas pedagógicas nas Ciências Ambientais. São Cristóvão: Editora UFS, 2018. p. 350.
- TAKAHASHI, S. Estratégia da gestão turística de base comunitária em unidade de conservação: ARIE da Vila do Estevão, Aracati-Ceará / Saori Takahashi. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Fortaleza, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16915/1/2016_dis_stakahashi.pdf. Acesso em: 18 fev. 2022.
- TAUMATURGO, Í. A.; PEREIRA, R. C. “Próxima parada, Nova Olinda/CE”: justiça distributiva no Turismo de Base Comunitária. Caderno Virtual de Turismo, v. 20, n. 2, p. 1-15, 2020.
- TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1992.

UMA REFLEXÃO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA
A REFLECTION ON AUTISTIC SPECTRUM DISORDER - ASD
UNA REFLEXIÓN SOBRE EL TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA - TEA

Daiana Ribeiro da Silva

SILVA, Daiana Ribeiro. **Uma reflexão sobre o Transtorno do Espectro Autista - TEA**. Revista International Integrate Scientific, Ed. n.25, p. 41 – 51, julho/2023. ISSN/2675 – 5203.

RESUMO

Este artigo ressalta a questão do autismo, um distúrbio do comportamento que afeta muitas famílias brasileiras e, por todo o mundo, deixando os pais confusos e sem saber como agir junto a seus filhos. Essa pesquisa tem como objetivo compreender esse transtorno; refletir sobre as causas e aprender como lidar com uma criança autista em um ambiente de aprendizagem. O método utilizado para este estudo é o indutivo, onde houve uma pesquisa bibliográfica abordando as concepções de vários teóricos sobre essa temática, cada um com sua contribuição levando a reflexões sobre o autismo partindo do recorte histórico e indo para o campo educacional. Assim, a dinâmica sócio-cultural deve ser compreendida pelo educador para que possa desempenhar bem seu papel de agente de mudança no século XXI. Porém, precisamos conhecer os processos que envolvem a política educativa, principalmente voltada para as crianças autistas e reconhecer que o aspecto emocional move a vida dos indivíduos no processo pedagógico e nas relações sociais.

Palavras-Chave: Autismo. Criança. Educação. Transtorno.

ABSTRACT

This article highlights the issue of autism, a behavioral disorder that affects many Brazilian families and, throughout the world, leaving parents confused and not knowing how to act with their children. This research aims to understand this disorder; reflect on the causes and learn how to deal with an autistic child in a learning environment. The method used for this study is inductive, where there was a bibliographical research addressing the conceptions of various theorists on this topic, each with their contribution leading to reflections on autism starting from the historical perspective and going to the educational field. Thus, socio-cultural dynamics must be understood by the educator so that they can play their role as an agent of change well in the 21st century. However, we need to know the processes that involve educational policy, especially aimed at autistic children, and recognize that the emotional aspect moves the lives of individuals in the pedagogical process and in social relationships.

Keywords: Autism. Child. Education. Disorder.

RESUMEN

Este artículo destaca la problemática del autismo, un trastorno de conducta que afecta a muchas familias brasileñas y, en todo el mundo, deja a los padres confundidos y sin saber cómo actuar con sus hijos. Esta investigación tiene como objetivo comprender este trastorno; reflexionar sobre las causas y aprender cómo lidiar con un niño autista en un ambiente de aprendizaje. El método utilizado para este estudio es inductivo, donde se realizó una investigación bibliográfica que abordó las concepciones de diversos teóricos sobre este tema, cada uno con su aporte dando lugar a reflexiones sobre el autismo partiendo de la perspectiva histórica y dirigiéndose al campo educativo. Por lo tanto, el educador debe comprender la dinámica sociocultural para que pueda desempeñar bien su papel como agente de cambio en el siglo XXI. Sin embargo, es necesario conocer los procesos que involucran la política educativa, especialmente dirigida a niños autistas, y reconocer que el aspecto emocional mueve la vida de los individuos en el proceso pedagógico y en las relaciones sociales.

Palabras clave: Autismo. Niño. Educación. Trastorno.

INTRODUÇÃO

O trabalho científico em pauta ressalta a temática: Uma Reflexão Sobre o Autismo, em uma abordagem bibliográfica ressaltando os aspectos sócio-histórico-econômica-cultural, a fim de melhor compreender como se dá esse distúrbio de comportamento bem como suas principais características e sintomas.

Verificou-se no decorrer desta investigação que o contexto familiar é um fator primordial frente ao diagnóstico dessa patologia e, conseqüentemente, em seu tratamento e acompanhamento escolar.

O Transtorno Autista é uma patologia que muitas vezes deixa a família desorientada, ou seja, sem saber a quem recorrer e pode ser facilmente confundida com a Esquizofrenia, por pessoas que não são especialistas. (WEISS, 2006).

A família da criança autista precisa conhecer os distúrbios inerentes dessa patologia para que possa ter atitudes adequadas e eficazes no melhoramento diário dessa criança e acompanhá-la durante o tratamento que se prolongará por toda sua vida, sempre dispondo de atenção e paciência. (AVELAR, 2018).

O afeto, o carinho e o amor devem sempre estar presentes na convivência tanto em família quanto no ambiente escolar, para que haja uma valorização da criança, ainda que o distúrbio de isolamento não permita que a criança autista tenha noção desse contexto ou expresse alguma emoção. (BUSCAGLIA, 2018).

A unidade de ensino deve ser um ambiente acolhedor, estimulante e bem constituído de instrumentos didáticos eficientes para o uso diário pelo educador durante sua práxis, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento da criança autista nos seus vários aspectos cognitivos, psíquicos e emocionais. (DELORS, 2017).

A relevância deste estudo se dá devido o autismo ser cada vez mais recorrente nas crianças e, muitas famílias só conseguem descobrir que sua criança é autista depois que ela já tem mais de 3 (três) anos, porque simplesmente a aquisição da linguagem é retardada e, a partir de um diagnóstico preciso realizado por especialistas. Antes disso, porém, a criança é tratada como se tivesse qualquer outra patologia, menos autismo. (DOLLE; BELLANO. 2019).

No entanto, os educadores, por sua vez, devem atuar como pesquisadores de maneira contínua, para que possam contribuir com as famílias que têm crianças com necessidades especiais ou com as demais famílias que têm crianças com alguma dificuldade seja de aprendizagem, seja de socialização ou outro problema. O papel da escola e de seus agentes educacionais é imprescindível junto à comunidade onde atuam, pois juntos ajudarão na resolução de muitos problemas sociais. (DROUET, 2017).

Em virtude dos fatos mencionados, é relevante ressaltar este estudo, uma vez que o Autismo é uma realidade social e para inibir o preconceito e a discriminação a respeito dos sujeitos que são acometidos desse distúrbio de comportamento, é preciso que o mesmo, seja trabalhado no cotidiano escolar. Sabe-se que, necessário se faz conhecer o objeto de estudo, para só depois, refletir e tomar uma posição sensata diante da realidade.

BREVE HISTÓRICO DO CONCEITO DE AUTISMO

O autismo é um distúrbio que foi estudado em seus primórdios por Leo Kanner no ano de 1943, o qual lançou um artigo intitulado: Distúrbios autísticos do contato afetivo. Neste artigo as crianças com inaptidão para estabelecer relações normais com outras pessoas, sejam adultas ou crianças, também era classificada quanto à aquisição da linguagem, observado o atraso do desenvolvimento desta habilidade e sendo incapaz de estabelecer um valor de comunicação quando essa habilidade se desenvolve. (BRAGHIROLI, 1999).

Em 1964 Rimland Checklist, elabora o primeiro questionário diagnóstico para a realização de anamnese, contendo 80 (oitenta) itens, onde eram entrevistados os pais e a criança. Esses itens não levam em consideração as relações entre a idade mental, a idade cronológica e os sintomas. (BENZON, 2017).

A Sociedade Nacional com base nos pensamentos de Ritvo e Freeman, constata quatro grupos de itens: “1) distúrbios do desenvolvimento; 2) perturbações as respostas aos estímulos sensoriais; 3) distúrbios cognitivos, de linguagem e da comunicação não-verbal; 4) perturbações das relações com as pessoas, acontecimentos e objetos”. (LEBOYER, 2018, p. 12).

Esta síndrome, atualmente não tem uma definição precisa e os testes que devem ser aplicados para medir o autismo não tem um padrão próprio, devido não haver acordo entre os especialistas para tal medida. Sobre os sintomas também não há uma forma oficial de distinguir os sintomas primários dos secundários e não se sabe ao certo quais o(s) mecanismo(s) que são responsáveis para que aconteça esta classificação. (MITTER, 2018).

Diante desse contexto, os especialistas chegaram a uma tétrade clássica, ou seja, os quatro sintomas que servem para diagnosticar e descrever uma criança autista das demais. Essa tétrade é composta por: idade de surgimento, isolamento, imutabilidade e distúrbios das comunicações. Cada uma destas tétrades será descrita a seguir para que haja uma maior compreensão do distúrbio autista, a partir deste estudo.

A primeira tese ressalta a capacidade de o autista ser percebido a partir da escassez de relações estabelecidas, pois tem dificuldades quanto a comportar-se socialmente. Esta incapacidade é acentuada nos 5 (cinco) primeiros anos de vida, não tem um comportamento de apego normal com as crianças de sua idade, com os adultos (pais e familiares) e nem com objetos ou acontecimentos. Seu corpo não se adapta ao corpo de quem a segura, pode está rígido ou assumir uma postura com o corpo mole, isto pode acontecer por dois motivos, por não ter contato visual com quem o segura ou por não responder o sorriso, pois há uma dificuldade do autista chamar a atenção pelo contato visual e ausência ou atraso do sorriso para responder os cumprimentos de sorrisos das outras pessoas. (DROUET, 2017).

O autista tem uma interiorização intensa; uma espécie de fechamento entre si mesmo e por um pensamento desligado da realidade. A incapacidade de se relacionar normalmente com pessoas e situações pode aparecer desde os primeiros anos de vida e constitui o principal sintoma dessa perturbação que faz a criança viver num mundo todo particular. (BORUCHOVITCH; BZUNECK, 2019).

Geralmente, ao nascer a criança autista não aparenta nenhuma alteração observável em seu desenvolvimento até o oitavo mês, quando demonstra ausência dos movimentos antecipadores habituais; a criança não se adapta ao corpo do adulto que o segura. Não estende os braços aos adultos que cuidam dela. (LÉVY, 2017).

As principais características do autista são: não estabelece contato com os olhos; parece surdo; pode começar a desenvolver a linguagem, mas de repente é completamente interrompido sem retorno; age como se não tomasse conhecimento do que acontece com ele mesmo nem ao seu redor; ataca e fere outras pessoas, mesmo que não exista motivo para isso; é inacessível perante as tentativas de comunicação das outras pessoas; ao invés de explorar o ambiente e as novidades, restringe-se a objetos específicos; apresenta certos gestos imotivados como balançar as mãos ou o corpo; cheira ou lambe os brinquedos; mostra-se insensível aos ferimentos podendo, inclusive, ferir-se intencionalmente; apresenta solidão em grau extremo é evidente na

mais tenra idade; ausência de sorriso social; repete frases; arrumar seus brinquedos sempre da mesma forma; não liga para barulhos à sua volta; demonstra pouca sensibilidade sensorial; possui excelente memória – decora facilmente poesias, canções, aprender sempre palavras novas; demonstra ansiedade freqüente; possui hiperatividade e movimentos repetitivos; demonstra incapacidade para julgar; dentre outras características que fazem dos autistas pessoas especiais requerendo cuidados específicos. (LEBOYER, 2018).

Quanto mais cedo se identificar o autismo, mais eficaz será o tratamento e, em alguns casos, a sua relativa recuperação. São catorze os sintomas característicos desse distúrbio e a presença de sete já é o bastante para definir o autista. (DOLLE; BELLANO, 2019).

O autista apresenta dificuldade em distinguir os pais dos outros adultos que eram para ser vistos como estranhos, por essa razão qualquer pessoa tem facilidade para pegá-lo no colo. Para o autista as pessoas são vistas como permutáveis, por isso lhes trata com indiferença. Frente a essa realidade Leboyer (2018) ressalta:

À medida em que crescem (cerca de cinco ou seis anos) pode se desenvolver uma maior ligação. Mas as relações sociais permanecem superficiais e imaturas. Entretanto, essas perturbações de relações sociais poderiam ser intermitentes. E mais, se as anomalias das relações interpessoais estão invariavelmente presentes nos autistas desde sua tenra infância, é surpreendente constatar que os sintomas se atenuam quando a criança cresce, o que contradiz a hipótese segundo o qual o isolamento social é o handicap primário. (LEBOYER, 2018, p. 16).

A criança autista geralmente se comporta como se estivesse sozinha, como se só ela existisse e os outros não. Assim, ela cria um mundo só dela, onde ninguém penetra, pois não permite. As manifestações de afeto no autista é ausente e não procura o carinho dos outros e, quando sentem alguma dor ou medo não esperam que seus pais o reconforte ou cuide dele; raramente se interessam por algum detalhe do outro, algo no seu vestuário ou a sua mão. (WEISS, 2006).

Por se isolar o autista tem inaptidão de brincar em equipe ou em grupo ou criar laços de amizade. As crianças autistas demonstram pouca emoção, empatia ou simpatia pelos outros, por isso as relações sociais para o autista podem permanecer sempre superficiais ou com pouca maturidade. (PACHECO, 2017).

Geralmente quando os pais percebem que seu filho(a) tem comportamentos estranhos desde muito cedo, a preocupação, muitas vezes trazem à tona o preconceito, mas com o convívio e o tratamento junto a especialistas como: psicólogos, psiquiatras ou mesmo o pedagogo o qual o acolherá na instituição de ensino e buscará realizar um trabalho pedagógico satisfatório para o desenvolvimento das habilidades dessas crianças; os pais procuram compreender o distúrbio de sua criança. (BUSCAGLIA, 2018).

A aceitação de uma criança patológica, não é fácil para a família: pai, mãe e irmãos, mas o trabalho realizado pelos profissionais junto à família, deve ser voltado para demonstrar as responsabilidades da família para que a criança autista possa desenvolver suas potencialidades ou mesmo ter uma vida socialmente digna. (DUK, 2018).

O acolhimento da criança autista pelos pais é imprescindível para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional-afetivo e psíquico. Com atenção, carinho, amor e cuidado, os familiares podem fazer a diferença na vida de uma criança que se isola e não

consegue se socializar; que tem incapacidade para desenvolver laços de amizade. (FERNÁNDEZ, 1991).

Outra característica, já anteriormente citada, são os distúrbios de comunicações verbais e gestuais (não-verbais) inerentes das crianças autistas, pois a aquisição da linguagem é retardada e quando se desenvolve, geralmente apresentam anomalias específicas. Sabe-se que 50% (cinquenta por cento) dos autistas não falam; eles não conseguem emitir nenhum resmungo ou som. Quando, raramente, a linguagem é desenvolvida não tem valor para estabelecer uma comunicação, se caracterizando como uma ecolalia imediata e retardada. Muitas vezes, repete frases estereotipadas. (TEBEROSKY, 2005).

A linguagem para o autista não é simbólica, além de se desenvolvê-la não tem volume, qualidade na voz, ritmo, altura do som, entonação e inflexão, aparecem alterados e desprovida de emoção. A incapacidade do autista simbolizar a linguagem é ausente ou limitada. "...a comunicação verbal é patológica, a expressão é anormal, a compreensão da linguagem é também muito limitada..." (LEBOYER, 2018, p. 17).

As famílias devem conhecer os distúrbios da patologia que sua criança tem para compreender e agir melhor em prol do bem estar da criança. No caso do autista, além das características mencionadas, ele tem necessidade de imutabilidade, ou seja, o ambiente habitual não pode sofrer mudanças como: retirar um móvel do lugar. (PARO, 2019).

A rotina diária também deve ser a mesma, pois é difícil saber as alterações particulares que provocaram reações explosivas na criança autista. Os jogos devem ter características repetitivas sem qualquer imaginação nem criatividade. Essas crianças têm um apego exagerado por um objeto específico, que costumam guardar o tempo todo, segundo estudiosos da área. (FERNÁNDEZ, 1994).

Os objetos giratórios costumam chamar a atenção dos autistas, que passam horas contemplando aquele objeto. Geralmente, os autistas desenvolvem sua capacidade de concentração e têm uma memória notável, decorando listas de nomes, poemas e sendo capazes de realizar cálculos mentalmente e de maneira rápida com grande competência. (DROUET, 2018).

Essas crianças têm comportamentos estereotipados, onde movimentam o corpo de forma repetida; giram as mãos, muitas vezes, batem uma contra a outras. Os gestos seguem uma sequência complicada e sem sentido, às vezes são repetidos em algum momento do dia e sempre naquele mesmo horário. "Os pais descrevem um desenvolvimento normal até 18 ou 24 meses, momento em que notam os primeiros sintomas. Na realidade, é provável que os sinais clínicos sejam muito moderados nessas crianças e não sejam reconhecidos pelos pais". (LEBOYER, 2005, p. 20).

Nestas condições, percebe-se que a responsabilidade familiar é grande e deve ser pautada no amor e no cuidado, pois o acolhimento é decisivo para a realização de um tratamento clínico eficaz e um desenvolvimento satisfatório da criança autista de suas competências e habilidades. Os pais devem sempre acreditar em sua criança, mesmo quando os outros desacreditarem.

Transtorno do Desenvolvimento/Transtorno Autista

O autismo é uma patologia que está inserida nos distúrbios de comportamento, os quais podem ser classificados em duas categorias: a) problemas de conduta e, b) problemas de personalidade. Os fatores dos distúrbios frequentemente são criados ou agravados por conflitos, dos quais o mais comum é o de uma criança proveniente de um lar em que os valores e os padrões aceitáveis de comportamento estão em contraste direto com os da escola. (MITTER, 2018).

O transtorno autista está localizado dentro dos transtornos invasivos do desenvolvimento, portanto, essencialmente, o autismo infantil é um transtorno do desenvolvimento da pessoa, em outras palavras, é um transtorno constitucional. (WEISS, 2006).

O transtorno autista é considerado um transtorno global do desenvolvimento, caracterizado assim por um desenvolvimento anormal ou alterado, o qual deve se manifestar antes da idade de três anos e apresentar uma perturbação característica das interações sociais, comunicação e comportamento. (DOLLE; BELLANO, 2019).

A pessoa tende a desenvolver obediência invariavelmente à fórmula bio sociológica, ou seja: fenótipo = genótipo + ambiente. Essa fórmula demonstra que o ser é uma somática daquilo que vive e trás nos genes. Assim, é necessário considerar o indivíduo em sua totalidade única, a mistura enigmática do inato com o adquirido, do biológico com o ambiental e/ou, da pessoa com sua cultura. (AVELAR, 2018).

Deve-se buscar entender, por desenvolvimento, as mudanças sofridas pela pessoa, ao longo de sua vida, resultantes de sua interação com o ambiente. O ambiente é, para o indivíduo, uma fonte de estímulos das mais variadas naturezas, estímulos esses que determinarão no indivíduo uma série de interações e respostas, e estas, finalmente, determinarão mudanças significativas no curso de sua vida. Os estímulos, sejam eles físicos, alimentares, sensoriais, cognitivos ou emocionais, são necessários para a mudança da pessoa, mudança que pode ser entendida como desenvolvimento. (DEMO, 2018).

Assim sendo, sem estímulos sensoriais, cognitivos ou emocionais não haverá mudanças neuropsicológicas e, sem estas, não haverá possibilidade de crescimento ou desenvolvimento neuropsicológico do indivíduo. Mas para que essa sequência evolutiva tenha êxito, há necessidade de um suporte biológico global suficiente e capaz de receber adequadamente esses estímulos. Um sistema neuropsicológico alterado ou funcionando precariamente, seja por razões orgânicas ou emocionais, não poderá se aproveitar plenamente dos estímulos recebidos. No transtorno autista há prejuízo severo das interações interpessoais, da comunicação e do comportamento global. (DELORS, 2017).

Incidência do Autismo Infantil

O autismo infantil apresenta número de incidência divulgado por diversos autores e varia muito, à medida que cada teórico obedece e/ou aceita diversos critérios de diagnóstico, de tal forma que o que para uns é autismo infantil, para outros, não é assim aceito. (DOLLE; BELLANO, 2019).

Os índices atualmente mais aceitos e divulgados variam dentro de uma faixa de 5 (cinco) a 15 (quinze) casos em cada 10.000 (dez mil) indivíduos, dependendo da flexibilidade do autor quanto ao diagnóstico. Alguns teóricos têm alegado uma maior incidência, de até 21 (vinte e um) casos por 10.000 (dez mil), tendo em vista o aprimoramento dos meios de investigação psico-neurológicos mais recentes e dá maior flexibilidade para o diagnóstico, entretanto, quando o autismo é mais rigorosamente classificado e diagnosticado, em geral são relatadas taxas de prevalências de 2 (dois) casos para 10.000 (dez mil) habitantes. (LEBOYER, 2018).

Verifica-se que, independentemente de critérios de diagnóstico, é certo que a síndrome atinge principalmente crianças do sexo masculino. As taxas para o transtorno são quatro a cinco vezes superiores para o sexo masculino, entretanto, as crianças do sexo feminino com esse transtorno estão mais propensas a apresentar um retardo mental mais severo que nos meninos. (LEBOYER, 2018).

Causas do Autismo

As origens do autismo são desconhecidas e a terapêutica não tem uma linha definitiva e eficaz. O transtorno autista carece de maiores explicações médicas para seu aparecimento. Alguns autores tentaram estabelecer uma relação da frieza emocional das mães e dos pais com o desenvolvimento autista. (AVELAR, 2018).

Tem sido evidente que, embora seja muito importante no desenvolvimento do transtorno a dinâmica emocional familiar, esse elemento não é suficiente em si mesmo para justificar o seu aparecimento. O autismo não parece ser, em sua essência, um transtorno adquirido e, atualmente, o autismo tem sido definido como uma síndrome comportamental resultante de um quadro orgânico. (JOSÉ; COELHO, 2019).

Pesquisas em todo mundo já propuseram teorias psicológicas e psicodinâmicas para explicar o autismo e as psicoses infantis, principalmente numa época onde a investigação funcional e bioquímica do sistema nervoso central era ainda pouco desenvolvida. (BENENZON, 2017).

Numa pequena abordagem dos sintomas, é preciso apontar um sintoma essencial básico e primário para o autismo infantil, que seria o severo déficit cognitivo, a mais importante desvantagem dessas crianças em relação às outras. (DROUET, 2017).

Diagnóstico e Tratamento da Patologia

De acordo com especialistas, aproximadamente 70% da clientela infantil portadora deste distúrbio não melhoram; como adultos, conservam características autistas. As que se recuperam ou obtêm uma melhora sensível, são descritas por seus parentes e padrões como indivíduos meticolosos e dedicados a seu trabalho, mas inibidos na formação de relações íntimas. (LEBOYER, 2018).

Para um diagnóstico médico preciso do transtorno autista, a criança deve ser muito bem examinada, tanto fisicamente quanto psico-neurológicamente. A avaliação deve incluir entrevistas com os pais e outros parentes interessados, observação e exame psico-mental e,

algumas vezes, de exames complementares para doenças genéticas e/ou hereditárias. (FERNÁNDEZ, 1991).

Os pais são os primeiros a notar algo diferente nas crianças com autismo desde os primeiros meses de vida, pode mostrar-se indiferente a estimulação por pessoas e brinquedos, focando sua atenção prolongadamente por determinados instrumentos, por outro lado, certas crianças começam com um desenvolvimento normal, mas de alguns meses, repentinamente, transforma o comportamento em isolado. (BUSCAGLIA, 2018).

Atualmente pode-se proceder alguns estudos bioquímicos, genéticos e cromossômicos, eletroencefalográficos, de imagens cerebrais anatômicas e funcionais e outros que se fizerem necessários para o esclarecimento do quadro. O diagnóstico deve se fundamentar nestes três principais fatores: a) prejuízo qualitativo na interação social; b) prejuízos qualitativos da comunicação e, c) padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades. (AVELAR, 2018).

Sobre o tratamento, não existe uma cura completa porque a personalidade está distorcida e a maturidade mal estruturada. O que pode ser feito é um tratamento especializado, que prepara a criança para um convívio social. (LÉVY, 2017).

Portanto, o tratamento mais indicado é a psicoterapia prolongada, que em certos casos deve estender-se também aos pais. É importante um trabalho multidisciplinar, com o autista, é preciso um regime educacional extremo e cuidadosamente ajustado, de progressão muito suave, que não faça nenhum avanço até que seu fundamento esteja intensamente estabilizado. (DUK, 2018).

Ambiente Escolar

A gestão, os educadores, os funcionários em geral e os educandos formam o ambiente social de uma unidade escolar. A dinâmica das relações entre esses elementos irá construir a vida social do ambiente escolar. (CURY, 2003).

Para a criança, seja deficiente ou não, que entra pela primeira vez em uma escola, esta não é só uma novidade do ponto de vista psicológico. Nesse momento, passa da educação informal que vinha recebendo em seu lar, para um sistema formal de estudos, ingressando assim, em um universo de conhecimentos sistematizados, de normas disciplinares e de novas relações sociais. Ela terá que se integrar a um novo grupo social, mais amplo, estranho, frequentemente heterogêneo e com características bem diferentes do grupo familiar e amigo a que estava acostumada. (BRANDÃO, 2017).

Do ponto de vista afetivo-emocional, a entrada na escola, implica em uma separação da família, dos pais, dos irmãos, mas principalmente da mãe, que pode ser traumatizante para a criança, se esta apresentar alguma patologia, o quadro pode se agravar ainda mais. (WEISS, 2006).

O ambiente escolar deve atender sua clientela tanto estruturalmente quanto com recursos humanos especializados e materiais didático-pedagógicos adequados a fim de favorecer o processo ensino-aprendizagem de todas as crianças, inclusive as especiais, pois elas têm os mesmos direitos que as demais. O problema é que a escola não trabalha para construir um ambiente que venha proporcionar prazer ao aluno. É o que ressalta Paro (2019):

Essa percepção de que a escola deve ser intrinsecamente “gostosa” e prazerosa não é de todos os educadores envolvidos na escola. Embora reconhecendo a importância de que os alunos venham para a escola estimulados a aprender, muitos dizem que isso não se verifica. (PARO, 2019, p. 28).

Assim, a instituição de ensino é vista de forma desestimulada pelo próprio professor que, muitas vezes, não acredita mais numa mudança de mentalidade social através do papel da escola. Há muito o que ser realizado através da educação nesse país, principalmente, no que se refere a educação inclusiva, mas é preciso que todos os envolvidos: agentes educativos, pais e filhos, tenham compromisso com a efetivação desse valioso direito sócio-político-cultural. (JOSÉ; COELHO, 2017).

A igualdade social deve ser efetivada nesta nação de forma prática e concreta, porém para que isso aconteça, dependerá da união social para alcançar esse objetivo e realizar o sonho de muitas famílias excluídas socialmente. (BRANDÃO, 2017).

As relações de poder que existem na instituição educacional é uma “reprodução espelhada” da sociedade e esta é conflitiva, excludente e cruel devido, dentre outros aspectos, ao regime econômico que tende a incentivar a competição e à hegemonia. (BUSCAGLIA, 2018).

Assim, a descentralização do poder dentro da escola faz-se necessária para que todos os agentes educacionais possam participar do funcionamento da “engrenagem” que envolve o processo ensino-aprendizagem e as mudanças que precisam ocorrer dentro de um espaço democrático, dinâmico e multicultural, atendendo às diferenças no foco da diversidade. De acordo com este pensamento, Delors (2017) ressalta sobre esse contexto expressando:

Em todos os setores da sociedade, admite-se atualmente que o ensino obrigatório não consegue responder às necessidades dos alunos em dificuldade; de resto, os poderes públicos já assumiram como objetivo assegurar um ensino e uma formação de qualidade para todos. O problema é encontrar os meios de concretizar esse objetivo para que não reste sequer um voto piedoso ou mais um slogan, como aqueles tão abundantes na história da educação. (DELORS, 2017, p. 30).

O ambiente escolar deve estar preparado para atender às necessidades dos alunos especiais, mas para isso, é preciso aperfeiçoar os recursos humanos e contar com uma estrutura mais bem elaborada além de materiais didáticos de qualidade e suficiente para atender a demanda. Porém, é sabido que o ideal de escola ainda é uma utopia frente à realidade brasileira, principalmente quando se enfatiza um assunto polêmico como a educação inclusiva. (MITTER, 2018, online).

Nestas condições, compete à escola proporcionar as oportunidades para um bom começo, isto é, para um bom entrosamento entre a criança que chega à instituição escolar e encontra-se com os adultos diferentes e as outras crianças que já fazem parte daquele espaço, considerando ainda, as especificidades das crianças especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o estudo realizado sobre: Uma Reflexão Sobre o Autismo Numa Inter-relação: Família-Escola e Sociedade, verificou-se que o Autismo, trata-se de um transtorno e/ou distúrbio de comportamento que pode afetar as crianças em seus primeiros meses de vida, sendo

que a família pode ou não perceber seus sintomas que, posteriormente, se não for tratado pode ter seu quadro clínico agravado. Por isso, quanto mais cedo for realizado o diagnóstico, haverá maior possibilidade de remediar a patologia. (AVELAR, 2018).

É notório que a família tem uma responsabilidade fundamental na integração do autista ao meio e ao convívio com as pessoas que convive com ela. Mas para isso, a família não deve proteger o filho nem tão pouco negar a doença, mas aceitar o filho com suas dificuldades e limitações e, ajudá-lo a superar os problemas que norteiam a situação que o envolve. (BENENZON, 2017).

A instituição escolar, por sua vez, tem seu papel na vida do autista, devendo tomar uma posição de mediadora, favorecendo condições necessárias a seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo e emocional. (JOSÉ; COELHO, 2017).

Esta investigação ressaltou ainda, a relevância de se compreender o Autismo para só então, atender os interesses psíquicos, fisiológicos, afetivos e cognitivos de seus alunos portadores desse distúrbio, promovendo um espaço democrático para todos os discentes, com o apoio da família e a colaboração de todos os agentes educacionais possam desenvolver suas potencialidades. (PACHECO, 2017).

Os educadores precisam ser bem preparados para estimular seus alunos em sala de aula para aprender a aprender, independentemente de suas limitações, valorizando o ser em sua essência sem discriminar, mas trabalhando diversas metodologias para contribuir com o desenvolvimento cognitivo de todos seus alunos, sem exceção. (PARO, 2019).

A escola por sua vez, desenvolve suas responsabilidades em parceria com a família, buscando compreender o mundo da criança autista para então trabalhar de maneira adequada junto às necessidades desse aluno, contribuindo para seu desenvolvimento nos campos: cognitivo, psíquico e afetivo-emocional, preparando-o para a vida em sociedade. (TEBEROSKY, 2005).

A parceria família-escola é essencial para a superação do indivíduo autista, por isso, as divergências e os conflitos devem ser resolvidos de forma democrática em prol do bem estar do aluno. (AVELAR, 2018).

Esta abordagem tem como objetivo enfatizar a relevância do estudo sobre o autismo, o papel que a família desempenha desde a “descoberta” junto a especialistas à inserção dessa criança na escola e o acompanhamento durante sua vida escolar. (FERNÁNDEZ, 1994).

Assim, os autistas não devem ser vistos como seres sem interesse pela vida, ao contrário são dotados de limitações que precisam ser trabalhadas num processo gradativo e de maneira eficaz e eficiente para que possa apresentar resultados satisfatórios durante o trabalho desenvolvido. (CURY, 2003).

Entretanto, a criança autista como todas as outras crianças necessitam de pessoas que as amem ao seu redor, por isso, os pais, os irmãos e os familiares devem demonstrar carinho, atenção, cuidado e amor à criança autista. Porém, os agentes educacionais e os colegas em sala de aula também precisam praticar esse sentimento de maneira verdadeira, para que haja um desenvolvimento efetivo das habilidades do autista. (WEISS, 2006).

Isto posto, verificou-se durante toda esta investigação, a importância do estudo realizado sobre a temática em pauta, considerando-se a realidade sócio-histórica-econômica-cultural desse país e, conseqüentemente, da comunidade local; requerendo um engajamento por parte dos profissionais e familiares na luta pelo respeito à igualdade na diversidade.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, Maria Stela de Figueiredo. Autismo e família: uma pequena grande história de amor. 10. ed. Bauru-SP: EDUSC, 2018.
- BENZON, Rolando O. As pessoas portadoras de deficiência e nós. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2017.
- BORUCHOVITCH, Evely; BZUNECK, José Aloysio (Orgs.) Aprendizagem – processos psicológicos e o contexto social na escola. 8. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB – passo a passo – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 – comentada e interpretada, artigo por artigo. 3ª ed. São Paulo: Avercamp, 2017.
- BRAGHIROLLI, Elaine Maria (et al). Psicologia geral. 17. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- BUSCAGLIA, Leo. Os Deficientes e Seus Pais – Um Desafio ao Aconselhamento. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- CURY, Augusto. Pais brilhantes; professores fascinantes – a educação de nossos sonhos: formando jovens felizes e inteligentes. 12ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- DELORS, Jacques. A educação para o século XXI – questões e perspectivas. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- DEMO, Pedro. Ser professor – é cuidar que o aluno aprenda. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.
- DOLLE, Jean-Marie; BELLANO, Denis. Essas crianças que não aprendem – diagnósticos e terapias cognitivas. 12. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019.
- DUK, Cynthia. Educar na diversidade: material de formação docente. 10. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2018.
- DROUET, Ruth Caribe da Rocha. Distúrbios da Aprendizagem. 7. ed. São Paulo: Ática, 2017.
- FERNÁNDEZ, Alicia. A mulher escondida na professora – uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.
- _____. A inteligência aprisionada – abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. Problemas de Aprendizagem. 16. ed. São Paulo: Ática, 2019.
- LEBOYER, Marion. Autismo infantil – fatos e modelos. 11. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2018.
- LÉVY, André. Ciências clínicas e organizações sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- MITTLER, Peter. Educação inclusiva – contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- PACHECO, José (et al). Caminhos para a inclusão – um guia para o aprimoramento da equipe escolar. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- PARO, Vitor Henrique. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. 10. ed. São Paulo: Xamã, 2019.
- TEBEROSKY, Ana. Psicopedagogia da linguagem escrita. 11. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.
- WEISS, Maria Lúcia L. Psicopedagogia clínica – uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

ESTIMULAÇÃO PRECOCE EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA, NA FAIXA ETÁRIA DE 1 A 3 ANOS.

EARLY STIMULATION IN CHILDREN WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER WITH AN AGE RANGE FROM 1 TO 3 YEARS.

ESTIMULACIÓN TEMPRANA EN NIÑOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA CON UN RANGO DE EDAD DE 1 A 3 AÑOS.

Daiana Ribeiro da Silva

SILVA, Daiana Ribeiro. **Estimulação precoce em crianças com Transtorno do Espectro Autista - TEA, na faixa etária de 1 a 3 anos.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.25, p. 52 – 59, julho/2023. ISSN/2675 – 5203.

RESUMO

Esta análise se objetivou a discutir com clareza a importância da estimulação precoce em crianças com transtorno do espectro autista na faixa de etária de 1 a 3 anos através de estudos e pesquisas bibliográficas que colaboraram nas discussões pensantes sobre o tema apresentado. Ressaltando que existe um protocolo segmentado com diligência, sistematização e continuação devendo ser desenvolvido por uma equipe multiprofissional que aplicam e acompanham no processo de desenvolvimento da criança com TEA. Com essa parceria amplia-se a visão de uma expectativa de inserir o indivíduo através de acompanhamento e intervenções multidisciplinares desde pequeno. Dessa forma, inicia-se a variedade de estímulos dirigidos no desenvolvimento motor e cognitivo da criança. Em seguida, esse estudo define uma sequência de fatores que antes de serem postos em prática precisam ser estudados e conhecidos. Pois, para entender qual passo é necessário conhecê-la, criar estratégias e executá-las. Assim, terá um resultado positivo.

Palavras-Chave: Estimulação. Precoce. Criança. Estratégias.

ABSTRACT

This analysis aimed to clearly discuss the importance of early stimulation in children with autism spectrum disorder aged 1 to 3 years through studies and bibliographical research that contributed to thoughtful discussions on the topic presented. Emphasizing that there is a segmented protocol with diligence, systematization and continuation and must be developed by a multidisciplinary team that applies and monitors the development process of children with ASD. This partnership expands the vision of an expectation of inserting the individual through monitoring and multidisciplinary interventions from an early age. In this way, the variety of stimuli aimed at the child's motor and cognitive development begins. Next, this study defines a sequence of factors that before being put into practice need to be studied and known. Therefore, to understand which step it is necessary to know it, create strategies and execute them. This way, you will have a positive result.

Keywords: Stimulation. Precocious. Child. Strategies.

RESUMEN

Este análisis tuvo como objetivo discutir claramente la importancia de la estimulación temprana en niños con trastorno del espectro autista de 1 a 3 años a través de estudios e investigaciones bibliográficas que contribuyeron a discusiones reflexivas sobre el tema presentado. Destacando que existe un protocolo segmentado con diligencia, sistematización y continuación y debe ser desarrollado por un equipo multidisciplinario que aplique y acompañe el proceso de desarrollo de los niños con TEA. Esta alianza amplía la visión de una expectativa de inserción del individuo a través de seguimiento e intervenciones multidisciplinares desde temprana edad. De esta forma se inicia la variedad de estímulos dirigidos al desarrollo motor y cognitivo del niño. A continuación, este estudio define una secuencia de factores que antes de ser puestos en práctica necesitan ser estudiados y conocidos. Por tanto, para entender qué pasó es necesario conocerlo, crear estrategias y ejecutarlas. De esta manera tendrás un resultado positivo.

Palabras clave: Estimulación. Precoz. Niño. Estrategias

INTRODUÇÃO

Este estudo propõe discussões sobre a “Estimulação Precoce em crianças com Transtorno do Espectro Autista com faixa etária de 1 a 3 anos” mediante estudos e pesquisas.

Definida como um programa de acompanhamento e intervenções que orienta uma equipe multiprofissional a atender desde a idade da criança a melhorar seu desenvolvimento cognitivo e social.

Como meio de desenvolvimento neuropsicomotor a estimulação precoce busca melhorar os níveis de linguagem e socialização da criança no meio a qual vive. Tendo em si a necessidade da participação da família e métodos de incentivos concretos.

Isso quer dizer que para o indivíduo que já demonstra atraso em seu processo de desenvolvimento a família junto com uma equipe multiprofissional conseguem atingir resultados positivos se for diagnosticado desde os primeiros anos de vida. Mas, para acontecer todo esse processo é necessário fazer um levantamento clínico para assim dar seguimentos a estimulações com a criança.

O objetivo é apresentar de forma sucinta a importância da estimulação precoce a fim de oferecer estímulos direcionados ao processo de desenvolvimento motor e cognitivo de crianças com autismo. Para entender melhor este processo é necessário entender cada andamento onde apresenta as características do TEA, seu desenvolvimento social e intelectual, a importância da descoberta nos primeiros anos de vida e como deve garantir através do lúdico seus avanços positivos.

Através desta abordagem foi possível destacar que a estimulação precoce mesmo sendo um processo longo e com muitas etapas pode ter uma resposta positiva. Dependerá da equipe de profissionais e da família fazerem parte deste andamento.

Frente às expectativas dessa pesquisa, a realização deste trabalho foi através de pesquisas bibliográficas que colaborou para destrinchar fatores importantes no decorrer de cada tópico.

Com essa abordagem foi possível reconhecer que quando a criança com TEA já é diagnosticada desde cedo pode ter mais resultados satisfatórios. Assim, mesmo simples para alguns podem trazer laços e memórias afetivas e viver em sociedade mais confiantes.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TE

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é representado por um quebra-cabeça, portanto pode-se dizer que é um transtorno complexo e às vezes parece até não ter encaixe, mas com positividade no fim de sua montagem se torna único, então, com o autismo não é diferente. O TEA é um distúrbio de neurodesenvolvimento que leva a apresentar algumas características de desenvolvimento atípico, dificuldades de interação social, comportamentos repetitivos e estereotipados, déficits na comunicação, podendo assim no momento de interação apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. Geralmente, os sinais de alerta para identificar a criança podem ser notados a partir dos seus primeiros meses de vida, é onde o especialista começa a realizar testes.

Essas sondagens para identificar os atrasos no desenvolvimento da criança se estabelecem como diagnósticos oportunos de TEA que ao longo do prazo são encaminhados para uma equipe multiprofissional para realizar intervenções comportamentais e apoio educacional ainda na idade mais precoce. O que leva a resultados positivos a longo prazo, considerando a neuroplasticidade cerebral.

Todo tratamento com estimulação precoce deve se atentar em qualquer sinal de TEA ou de desenvolvimento atípico da criança, mesmo que o laudo ainda não esteja fechado. Para diagnosticar uma pessoa de TEA é feito um procedimento clínico, com observações, conversas com a família e uso de recursos específicos.

As manifestações agudas podem ocorrer e, frequentemente, o que conseguimos observar são sintomas de agitação e/ou agressividade, podendo haver auto ou heteroagressividade. E estas manifestações ocorrem por diversos motivos, como dificuldade em comunicar algo que gostaria, alguma dor, algum incômodo sensorial, entre outros. É de fundamental importância compreender os motivos comportamentais para enfim traçar estratégias que possam ser efetivas pois direcionados corretamente podem modificar o comportamento, fala e/ou alternativa como apoio para compreensão mútua, planejamentos sensoriais, e também procedimentos de contenção física e mecânica, medicações e, dependendo das situações do indivíduo, recorrer a intervenções em unidades de urgência/emergência.

No ano de 2013, o Ministério da Saúde Brasileiro fez parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS), criaram uma pasta denominada “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)”. Essas diretrizes têm como objetivo orientar as equipes multiprofissionais para o cuidado da saúde e bem estar do indivíduo com TEA e sua família. Para mais resultados foram usados o Código Internacional de Funcionalidade e Incapacidade (CIF) e os sistemas internacionais de Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Geralmente algumas clínicas que acompanham o TEA podem detectar em crianças outras comorbidades como transtorno de ansiedade, hiperatividade, alterações sensoriais, doenças genéticas, TOC, transtornos gastrointestinais e alterações alimentares, epilepsia e alterações motoras finas, TDAH, deficiência intelectual (DI), linguagem, transtornos de ansiedade e transtorno do apego reativo (TAR), esquizofrenia, síndrome de Landau-Kleffner e síndrome de Rett.

Esses diferentes métodos a serem desenvolvidos visam a autonomia do indivíduo com TEA, mediante a uma sequência de comportamentos interventivos para convivência em sociedade. De modo geral, indivíduos com TEA acabam influenciando na dinâmica estrutural e funcional da família, pois os pais precisam estar presentes nas orientações em relação às vantagens e desvantagens relacionados ao tratamento, pois cada autista é único e o que pode funcionar com um pode não ter excelência com o outro. Outros fatores relevantes a serem observados são os recursos financeiros de cada lar familiar. Nesse paradigma, a escolha do método a ser utilizado no tratamento é um processo de reabilitação escolhido pela família devendo assim visar à melhora das capacidades funcionais do autista, como também ressaltar as potencialidades dele.

ESTIMULAÇÃO PRECOCE, DESENVOLVIMENTO MOTOR E COGNITIVO

A estimulação precoce é uma definição que engloba uma diversidade de estímulos para facilitar no desenvolvimento motor e cognitivo.

De acordo com Navarro (2008, p.5), todo estímulo é uma ciência pautada principalmente na “neurociência, na pedagogia e na psicologia cognitiva e evolutiva; é implementada através de programas construídos com a finalidade de favorecer o desenvolvimento integral da criança”.

Dessa forma, a estimulação deve acontecer o quanto antes, ou seja nos períodos da primeira infância, uma vez que o cérebro está em evolução e constante velocidade acelerada, sobretudo com estímulos e interações com a família como um todo, equipe multiprofissionais e outras crianças, esta relação se torna necessária, uma vez que colabora com a aprendizagem e adaptação ao seu meio, uma vez que recebe estimulações no seu âmbito cognitivo, social e emocional. Essa estimulação amplia suas competências e habilidades para favorecer no desenvolvimento motor e cognitivo, tendo em vista o comprometimento da criança e sua atuação de forma direta, de acordo com a realidade do sujeito.

O desenvolvimento motor é um segmento comportamental relacionado com a idade, postura e ação da criança.

Geralmente as crianças com autismo podem apresentar diferentes graus de dificuldade seja nas coordenações motoras finas e/ou grossas. Apesar dessas causas estarem relacionadas às diferenças neurológicas e sensoriais, esse processo pode ser superado com estímulos certos.

As habilidades motoras globais podem apresentar nas crianças dificuldades de se equilibrar sendo mais perceptivas em práticas esportivas, andar de bicicleta, controle do corpo, e outros. Já nas dificuldades nas habilidades motoras finas envolvem ações que demandam o uso dos pequenos músculos das mãos, como usar o lápis ou tocar um instrumento.

O profissional precisa ter um olhar amplo para observar e traçar um plano para atender as necessidades específicas da criança. Essas atividades devem envolver e trazer o interesse da criança de se concentrar naquilo que está sendo conduzido, seja em manipular objetos concretos, escrever, pular e entre outros. Os efeitos no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças com autismo permite abrir um leque de novas aprendizagens.

Cognição é uma palavra que está associada ao processo de aprendizado e elaboração do conhecimento. Através da cognição é que o ser humano consegue desenvolver suas habilidades intelectuais e emocionais. Essa linha de capacidades são fundamentais para o desenvolvimento da memória, linguagem, percepção, concentração, pensamento etc. Todo processo cognitivo tem uma responsabilidade para regular os controles impulsivos, tomadas de decisões e regulação emocional que melhoram a saúde mental, qualidade de vida e suas relações interpessoais.

A IMPORTÂNCIA DA ESTIMULAÇÃO PRECOCE PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO AUTISTA - TEA

Toda aprendizagem tem a importância de acelerar o desenvolvimento de uma criança. Isso vale também para crianças com TEA. Quer dizer que toda estimulação previne e traz um papel fundamental em seu processo.

Vale ressaltar que crianças com autismo não têm o mesmo nível de desenvolvimento que outras crianças. Precisam de mais tempo pois seus ritmos nos domínios da linguagem, brincar, convívio social e entre outros são mais lentos. Isso porque a aprendizagem incidental é lesada pelos déficits que assim prejudicam sua interação social e cognitiva.

Siegel (2008), afirma que toda intervenção precoce desempenha e previne resultados negativos e oportuniza maximização de desenvolvimento para indivíduos já diagnosticados com este espectro.

Quando se intervém numa fase inicial da vida em que o sistema nervoso ainda está em construção e apto a mudanças pode-se conseguir uma evolução positiva.

A ideia é contornar essa área do cérebro para que os neurônios que coordenam as relações sociais e comunicativas possam formar conexões com o mundo externo que na qual vivem.

A estimulação precoce forma os canais da linguagem, trabalha retardos afásicos, antárticos e disfásicos. Transtornos que com tratamento em longa escala de tempo estruturam a construção do sujeito para uma melhor qualidade de vida.

Todo estímulo tem uma importância surreal no desenvolvimento de uma criança, nada é perdido, o que aprendem sempre terá efeitos positivos. Esses pilares de aprendizagem são sinais que mesmos estando atrasados significam muito mais do que uma vitória mas uma realização de um degrau que foi vencido.

Para Foster e Jerusalinsky (1999), a estimulação precoce é uma forma de intervenção já comprovada para utilizar em crianças que apresentam problemas de desenvolvimento, onde podem moderar seus efeitos ou superar. Tudo depende do seu nível psíquico, da equipe que o acompanha e da presença familiar.

Portanto, utilizar esses meios de acesso resulta em elementos para construir seres pensantes e formadores de suas próprias vidas.

O BRINCAR COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA COM TEA

A estimulação precoce é uma intervenção de suma importância, onde, baseado em observações e escalas pode-se levantar as eficiências da criança, o que torna possível o traçado de um plano de atuação visando trabalhar o que foi diagnosticado correlacionando o biológico e o ambiental, dentro dos preceitos da neuroplasticidade, podendo-se fazer uso do brincar como uma forma de estimular e relacionar.

Pode-se afirmar que o brincar predomina capacidades fundamentais para o desenvolvimento humano como, por exemplo, atenção, memorização, função executiva, fantasia, afetividade, motricidade e socialização. Essa via de acesso predomina a importância neste cuidado de trazer à tona o bem estar da criança com suas habilidades e dificuldades, permitindo avaliar e intervir. O uso desses jogos, técnicas, atividades, exercícios direcionados e outros recursos que estimulam as funções do cérebro desde os primeiros anos de vida, propicia o amadurecimento neurológico, como também, a aprendizagem, independência, e habilidade de sobrevivência no mundo a qual o cerca. Uma vez que esta maturação mencionada anteriormente seja uma forte contribuição para de forma natural estimular funções e comportamentos bem como habilidades esperadas para a idade, não como uma forma de

padronizar, mas como uma forma de adquirir habilidades necessárias para o desenvolvimento humano.

Oliveira (2000) afirma que quando se trata do ato de brincar, não significa apenas recrear, mais sim o brincar vai além desta função de recreação, onde o ser humano se desenvolve integralmente. O autor mostra que este é um ato que se caracteriza como uma das formas mais complexas de comunicação da criança consigo mesma e com o seu redor.

Destaca-se a socialização no ato do brincar permite dentre as formas de estimulação, a integralização das relações interpessoais de forma a promover e trazê-lo cem por cento para o convívio social.

A palavra brincar é uma dinâmica que traz para a criança uma maior via de acesso aos pensamentos e a linguagem, dentro desta premissa o brincar proporciona o estar em contato com a realidade do outro. É através do brincar que a criança se mostra intensa, uma vez que a linguagem oral não está relativamente desenvolvida, é no comportamento e na atitude que acessamos o conteúdo infantil. Essas atividades enquanto completas possibilita trabalhar a saúde.

A estimulação precoce é uma forma não medicamentosa de estimular, prevenir e reabilitar comprometimentos bem como estimular habilidades do sujeito visando às propostas que englobam o social, o afetivo, o cognitivo e menos o medicamentoso, podendo acessar a partir do desenvolvimento humano, atividades que se direcionam a funções específicas.

ESTIMULAÇÃO PRECOCE NO TEA COM FAIXA ETÁRIA DE 1 A 3 ANOS

Quando se aborda a estimulação com crianças autistas, em seu início de vida é de extrema importância usar o lúdico e recursos visuais e táteis para estimular seus desenvolvimentos motores de um conceito global.

Isso quer dizer que em decorrência da idade da criança o ambiente externo em que vive é mais suscetível a transformações. Isso alavanca o nível de competências positivas e reduz os riscos negativos que podem ser apresentados no decorrer dos anos.

Toda atividade que envolve a criança deve ter supervisão e orientação de pessoas preparadas. Deve ser traçado em sequência compartilhada em que compreenda o começo-meio-fim, sempre priorizando a interação social. A criança traz consigo uma preferência e interesse por brinquedos pois é neste momento que ajuda no seu desenvolvimento motor, social e sensorial.

Os brinquedos e as brincadeiras dirigidas precisam ser adequadas mediante observação e interesse da criança com autismo, pois só assim, se tornam prazerosos e desejados.

Como são hipersensíveis e não tem tanto interesse é importante que estes estímulos cognitivos e sociais sejam um instrumento adicional para prevenir esse atraso nos seus três primeiros anos de crescimento infantil.

Atualmente, existem muitos programas de estimulação que vão de acordo com as características do indivíduo. Isso ajuda bastante na assimilação e acomodação dos incentivos oferecidos.

Quando há estímulo comunicativo e uma linguagem curta com gestos, expressões faciais voltadas à criança se tornam eficientes, enriquecedores e compreensivas mediante

as ações do mundo. Portanto, é tão importante fixar nas interações, linguagem, cognição e comunicação para mediar o desenvolvimento da criança.

[...] a importância do contato físico da criança com o terapeuta e com as pessoas que a circundam, bem como brinquedos e brincadeiras proporcionando apoio afetivo, segurança e o equilíbrio de que necessita para crescer em harmonia com o meio em que vive. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 94)

Através dos brinquedos interativos considera-se pontos neuropsicomotores que desenvolvem a coordenação motora fina e ampla, integração social e sensorial de modo a beneficiar a criança autista. Estes brinquedos e brincadeiras podem ser esconde-esconde, puxar a criança estando sentada no lençol, pula cores, balançar na rede, etc. Como também, tem os exemplos de quebra-cabeças, jogos de encaixe, cartas de cores, consciência das emoções através do espelho, jogos que tem o uso dos 5 sentidos e coordenação motora fina. Quanto menos barulhentos os brinquedos e estímulos tiverem mais rendimento e participação da criança terá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estimulação precoce em crianças com TEA com idades de 1 a 3 é transformar, motivar, ensinar e trazer bem estar para que possam conviver em sociedade. Mas, para ter todo esse feito é necessário um acompanhamento especializado onde será traçado estratégias para uma boa estimulação motora, comunicativa e social.

Sabe-se que a estimulação vem acompanhada por intervenções que buscam direcionar a criança com autismo a se desenvolver quando se é descoberto e inserido ainda nos seus primeiros anos de vida.

Sua importância tem trazido grandes resultados satisfatórios mesmo que seja a longo prazo pois crianças com transtorno espectro autista levam um tempo mais longo para viver em sociedade. Seu ritmo é completamente diferente de outras crianças.

Assim, resulta em um processo que necessita de uma equipe multiprofissional e o apoio da família para sentirem-se pertencentes ao meio ao qual vivem.

Os objetivos para esta pesquisa foram bem satisfatórios pois mostrou que tudo que é implantado e orientado por uma equipe a ação se torna enriquecedora. Pois, o indivíduo se torna parte do seu desenvolvimento crescente.

Com todos esses elementos pode-se constatar que tudo que é proposto à criança dependerá da participação, interesse e inovações dos multiprofissionais. Não esquecendo que a família tem um papel fundamental neste processo.

Contudo, conclui-se que todo resultado precisa passar por etapas que precisam ser destrinchadas por cada membro da equipe. Assim, com o diagnóstico em mãos tudo se torna direcionado ao sucesso da criança, equipe e família. Pois, para se viver em sociedade é preciso ter memórias afetivas e laços concretizados para se sentirem acolhidos.

REFERÊNCIAS

- BASSEDAS, Eulália; et al. Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 1996.
- BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Brasília, 2013.
- _____. Ministério da Saúde. Diretrizes de Estimulação Precoce. Crianças de zero a 3 anos com atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor. Brasília-DF-2016. Disponível:< <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/janeiro/13/Diretrizes-de-Estimulacao-Precoce.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2022.
- FERNANDO, F. O Modelo Lúdico: O Brincar, a Criança com Deficiência Física e a Terapia Ocupacional. 3. ed. São Paulo: Roca, 2006.
- FOSTER, Owen Herbert. JERUSALINSKY, Alfredo. Bases Neurofisiológicas da Estimulação Precoce. In: JERUSALINSKY, Alfredo. (Org.). *Psicanálise e desenvolvimento infantil*. 2ª edição, revisada e ampliada. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p.275-282.
- NAVARRO, A. Estimulação Precoce. Inteligência Emocional e Cognitiva. Vol1, vol2, vol3. São Paulo: Grupo Cultural. 2008.
- NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. *Educação & Realidade*, v. 31, n. 2, p. 155-169, jul./dez. 2006.
- OLIVEIRA, V. B. de (Org.). *O Brincar e a Criança do Nascimento aos seis anos*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000.
- SIEGEL B. “O Mundo da Criança com Autismo: Compreender e Tratar Perturbações do Espectro do Autismo. “Porto: Porto Editora. 2008.

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL, NO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA - TO

EVALUATION OF THE LEARNING OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN ELEMENTARY EDUCATION IN STATE SCHOOLS IN THE MUNICIPALITY OF ARAGUAÍNA - TO

EVALUACIÓN DEL APRENDIZAJE DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD INTELLECTUAL EN EDUCACIÓN PRIMARIA EN ESCUELAS ESTATALES DEL MUNICIPIO DE ARAGUAÍNA - A

Adriana Ribeiro da Silva
Daiana Ribeiro da Silva

SILVA, Adriana Ribeiro da. SILVA, Daiana Ribeiro. **A avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual, no Ensino Fundamental das escolas estaduais do município de Araguaína - TO.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.25, p. 60 – 74, julho/2023. ISSN/2675 – 5203.

RESUMO

O presente estudo foi realizado com os professores da cidade de Araguaína - TO onde foram entrevistados 4 Professores das Escolas Estaduais de Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, onde o objetivo da pesquisa foi em saber como é realizada a avaliação de Ensino Aprendizagem com alunos Intelectuais, visando que tipo de conteúdo são aplicados, e se eles se enquadram dentro dos padrões curriculares exigidos pela Secretaria da Educação. Assim foram realizados estudos de fontes bibliográficas e coleta de dados por meio de entrevistas com questionários a partir de gravações de áudio que ajudaram a enriquecer a temática em discussão. Através da análise dos resultados podemos observar que os instrumento de avaliação utilizados pelos professores são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1997/1998), onde tentam mesmo diante algumas dificuldades com relação a material, espaço físico, dentre outros, estar sempre inovando e adaptando da melhor forma suas aulas para garantir uma melhor educação para o educando.

Palavras-chave: Avaliação, Aprendizagem, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN 's), Educação.

ABSTRACT

The present study was carried out with teachers from the city of Araguaína - TO, where 4 Teachers from State Elementary Schools from the 6th to the 9th year were interviewed, where the objective of the research was to find out how the assessment of Teaching and Learning is carried out with Intellectual students, aiming at what type of content they are applied, and whether they fit within the curricular standards required by the Department of Education. Thus, studies of bibliographic sources and data collection were carried out through interviews with questionnaires based on audio recordings that helped to enrich the topic under discussion. Through the analysis of the results we can observe that the evaluation instruments used by teachers are the National Curricular Parameters (PCN's, 1997/1998), where they try, despite some difficulties in relation to material, physical space, among others, to always be innovating and adapting in the best way possible to ensure a better education for the student.

Keywords: Assessment, Learning, National Curricular Parameters (PCN's), Education.

RESUMEN

El presente estudio se realizó con docentes de la ciudad de Araguaína - TO, donde se entrevistó a 4 Docentes de Escuelas Primarias Estatales del 6º al 9º año, donde el objetivo de la investigación fue conocer cómo se evalúa la Evaluación de la Enseñanza y el Aprendizaje. Se realiza con estudiantes Intelectuales, teniendo como objetivo qué tipo de contenidos se aplican y si se ajustan a los estándares curriculares exigidos por el Departamento de Educación. Así, se realizaron estudios de fuentes bibliográficas y recolección de datos a través de entrevistas con cuestionarios basados en grabaciones de audio que ayudaron a enriquecer el tema en discusión. A través del análisis de los resultados podemos observar que los instrumentos de evaluación utilizados por los docentes son los Parámetros Curriculares Nacionales (PCNs, 1997/1998), donde intentan, a pesar de algunas dificultades en relación al material, espacio físico, entre otros, estar siempre innovando y adaptándonos de la mejor manera posible para asegurar una mejor educación al estudiante.

Palabras clave: Evaluación, Aprendizaje, Parámetros Curriculares Nacionales (PCN's), Educación.

INTRODUÇÃO

Este estudo propõe reflexões sobre pensamentos e propostas de avaliar a aprendizagem de alunos com déficit intelectual que estudam em Escolas Estaduais na cidade de Araguaína – TO a partir da produção de textos que contribuíram com estudos e pesquisas.

O presente trabalho foi executado a partir de pesquisas literárias, artigos e pesquisas de campo que ajudaram a delinear elementos importantes no decorrer de cada assunto.

O objetivo deste estudo foi levantar dados de profissionais de Educação Física na rede Estadual de Ensino que lecionam do 6º ao 9º ano, de que forma ocorre a Avaliação de Aprendizagem com Deficientes Intelectuais, ou seja os instrumento que utilizam para com estes alunos, que conteúdos são aplicados, bem como avaliam o rendimento escolar de cada aluno.

Através desta abordagem foi possível destacar que o processo integral de alunos com déficit intelectual nas aulas de Educação Física são baseados nos conteúdos regidos pela União do Estado do Tocantins, onde apresenta o Parâmetro Curricular como instrumento de interdependência entre educador e educando.

Com base na pesquisa realizada com 4 professores de escolas diferentes, podemos observar que existe sim alunos com deficiência intelectual, que hoje são incluídos nas redes estaduais de ensino, há uma grande preocupação com relação a aprendizagem deste aluno, e com isto os professores tentam se adaptar da melhor forma para que possam atendê-los, sempre respeitando suas limitações e seus graus de déficit. A aprendizagem de ensino aplicada é baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN 's) onde apesar das limitações encontradas no âmbito escolar dar assistência ao próprio aluno, tentam da melhor forma buscar meios para avaliar, seja ela prática ou teórica.

Contudo estes elementos traz, como referência, os estudos dos Coletivo de Autores 1992, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's 1997/1998), Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2016) que se encontra ainda em fase de construção, tendo maior predominância nos estudos realizados são referente aos PCN's, que expõe um estudo de forma mais claro para os professores melhorando a aprendizagem aplicada aos alunos.

A base deste estudo foi buscar como ocorre a avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência intelectual, como o professor vem avaliar se seu aluno foi positivamente em suas aulas, se eles conseguiram aprender, como ele vai avaliar isso e se as ferramentas que utilizam são suficientes para acompanhar este rendimento escolar como instrumentos pedagógicos, eletrônicos e esportivos que relacionam-se com os aspectos sociais do desenvolvimento integral destas crianças.

Através da análise podemos perceber que a avaliação de aprendizagem dos alunos com déficit intelectual, ocorre de forma diferenciada dos outros, respeitando seus limites, potenciais, não apenas aspecto quantitativo, mas interação social, respeito. As atividades propostas para esta avaliação, é realizada conforme seu grau de dificuldade, onde ocorre a adaptação para melhor entendimento.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INCLUSIVA: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Educação Física é uma disciplina que visa o aperfeiçoamento, controle e manutenção da saúde do corpo e da mente do ser humano, assim sendo levada a romper padrões descompromissados com a formação de alunos especialmente sob o viés de promoção de saúde na escola. Desta maneira, a Educação Física deve assumir grandes desafios no mundo contemporâneo, ao criar condições diferenciadas a partir de atividades que visam o desenvolvimento humano (DARIDO, 2004). Nesse contexto, um dos importantes desafios da Educação Física Escolar é criar condições de autoconhecimento e desenvolvimento dos alunos nos domínios motores, cognitivos, afetivos e sociais, construindo assim uma vida ativa, saudável e produtiva, integrando de forma adequada e harmônica o corpo, mente e espírito por meio das vivências diferenciadas de atividade física na escola e fora dela (ALVES, 2003).

Como importantes colaboradores no desenvolvimento de atitudes e hábitos que podem auxiliar na escolha de um estilo de vida ativo fisicamente na idade adulta. A disciplina Educação Física Escolar tem a vantagem de trabalhar diretamente sobre a plenitude do desenvolvimento humano, as suas ações não se restringem às práticas mecânicas e esportivizadas. O professor precisa compreender que existem muitas possibilidades para atingir aos objetivos e necessidades da disciplina, além de observar a importância da educação física voltada para a saúde, seguindo moldes da visão higienista do século passado (DARIDO, 2003).

Ao professor de Educação Física cabe o dever de tornar a sua aula em um momento prazeroso para todos os alunos, sem discriminação, de modo a englobar todos, dos alunos mais hábeis aos menos hábeis, atléticos ou obesos e também alunos com alguma deficiência, promovendo, deste modo, bem-estar e saúde a todos. De acordo com Nahas (2003), o professor de educação física é, antes, um promotor de saúde na escola, um profissional verdadeiramente da saúde, que possui a responsabilidade de relacionar princípios da alimentação saudável, a prevenção de doenças cardiovasculares e controle do estresse, conscientizar os alunos da importância de ter um estilo de vida ativo, com responsabilidade individual de conhecer, querer e agir, em direção dos resultados da conexão orgânica e psicossocial.

Tendo em vista o papel do Profissional de Educação Física na Escola pode se observar o grande papel diante os alunos de como avaliar os mesmos, desde os alunos normais aos especiais, nas atividades práticas e nas aulas em sala. A avaliação vem a ser um elemento muito importante no Processo de Ensino e Aprendizagem, porque é através dela que se consegue fazer uma análise dos conteúdos tratados num dado capítulo ou unidade temática. A avaliação reflete sobre o nível do trabalho do professor como do aluno, por isso a sua realização não deve apenas culminar com atribuição de notas aos alunos, mas sim deve ser utilizada como um instrumento de coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos.

Os instrumentos de avaliação podem ser diversificados para que não haja a supervalorização do desempenho dos alunos nas atividades que exigem habilidades motoras. Pois a avaliação na Educação Física se deve abarcar o processo e não apenas os resultados finais, não se deve considerar apenas a frequência às aulas, o uniforme ou a participação em jogos e competições. Ela não segue uma regra pré-estabelecida, que avalia todos da mesma forma, mas que vê nas diferenças possibilidades de se oportunizar doses diferentes de mensurações, valorizando os pontos fracos e fortes do aluno, proporcionando-lhe possibilidades

que colaborem para seu crescimento físico e intelectual. No ato dos exames o que deve ser observado é o andamento da aprendizagem, as notas dos alunos podem ser obtidas em diversos trabalhos, provas, elaboração de projeto sendo executado pelos mesmos.

A Educação Física possui um conteúdo vasto onde vem a ser formado pelas diversas manifestações corporais criadas pelo ser humano ao longo dos anos, o que se pode ressaltar são os jogos, brincadeiras, danças, esportes, ginásticas, lutas, etc. Este conjunto de práticas tem sido chamado de cultura corporal de movimento, cultura corporal, cultura de movimento, etc. Para DARIDO (2001), a partir de outros autores, entende que de forma abrangente, conteúdo é uma seleção de formas ou saberes culturais, conceitos, explicações, raciocínios, habilidades, linguagens, valores, crenças, sentimentos, atitudes, interesses, modelos de conduta, etc., cujo aprendizado e assimilação é fundamental para o desenvolvimento da socialização adequada do aluno na escola.

Com decorrer dos anos como forma de auxiliar e orientar os professores de Educação Física nas aulas ministradas se foi desenvolvido o Coletivo de Autores, os Parâmetros Curriculares Nacionais e tendo por último a Base Nacional Curricular, onde se foi desenvolvido nos mesmos a distribuição dos conteúdos a serem ministrados nas aulas, cada um destes conteúdos desenvolvidos foi criado através de estudos, vivências, e adaptações de alunos e professores em busca da melhoria do aprendizado em sala de aula priorizando não somente o aluno que possui necessidades educacionais especiais mais também o aluno que não possui essa deficiência.

O Coletivo de Autores (1992), vem apresentar um contexto básico onde propõe aos professores uma teoria pedagógica fundamental, esses temas tratados levam em consideração o aprofundamento dos conhecimentos de Ed. Física como área de estudo e campo de trabalho.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997/1998), tem como objetivo ajudar na execução do trabalho a ser realizado com as crianças, buscando compartilhar o esforço diário das crianças e fazer com que as mesmas dominem conhecimentos que necessitam para crescerem cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes ao seu papel com a sociedade.

A Base Nacional Comum Curricular (2016), que ainda está em fase de construção, têm como objetivo de sinalizar percursos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes ao longo da Educação Básica, compreendida pela Educação Infantil, Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, e Ensino Médio, capazes de garantir, aos sujeitos da educação básica, como parte de seu direito à educação, que ao longo de sua vida escolar possam integrar e desenvolver seu papel na sociedade. Para tanto, o BNCC está disponível no site: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>, para que a unidade escolar possa garantir o pleno desenvolvimento integral de seus alunos.

Observando o avanço dos conteúdos, o professor tem como auxílio utilizar livros da Educação básica voltada a área de Educação Física, podendo buscar o aprofundamento de estudos que auxilia no desenvolvimento motor das crianças.

No quadro abaixo podemos observar os avanços no decorrer dos anos que foram:

Quadro 01 – Levantamento de conteúdos voltados à área de Educação Física.

Coletivo de Autores (1992 pag.43)	Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's 97/98 pag. 35)	Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2016 pag. 96)
- Jogo	- Esporte, Jogos, Lutas e Ginásticas.	- Brincadeiras e Jogos
- Esporte		- Esporte
- Capoeira	- Atividades Rítmicas e expressivas	- Exercício Físico
- Ginástica		- Ginástica
- Dança	- Conhecimento sobre o Corpo	- Lutas
		- Práticas Corporais Alternativas
		- Práticas Corporais de Aventura
		- Práticas Corporais Rítmicas

Fonte: SOARES, C.L. Secretária de Educação Fundamental. Base Nacional Comum Curricular Proposta Preliminar Segunda Versão.

De acordo com os autores Resende e Soares (1997), a seleção dos conteúdos se define segundo questionamentos nas quais os conhecimentos devem ser transmitidos na escola. É evidente que não são todos os conhecimentos acumulados ao longo dos séculos, entretanto existem escolas que moldam o currículo a não ultrapassar e tendo aqueles que superam. Para isso, a escola deve selecionar conteúdos clássicos que não perdem sua atualidade em participar, compreender e interpretar o mundo universal, bem como particular do trabalho social.

Segundo o Coletivo de Autores 1992, “Os conteúdos são conhecimentos necessários à apreensão do desenvolvimento sócio-histórico das próprias atividades corporais e à explicitação das suas significações objetivas”. Para o professor o termo “conteúdo” vem a ser visto como conhecimento, o conteúdo vem a ser temas da cultura corporal e podem ser vistos quase como uma grande abrangente classificação, suscetível de ser sistematizada em nível escolar, em todos os graus de ensino fundamental e médio. Conforme a ordem arbitrária do conteúdo apresentada no Coletivo de autores, o professor pode dar a ordem necessária aos interesses da turma ou também tratar simultaneamente os conteúdos apresentados.

A partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), os conteúdos podem estar distribuídos em três blocos, porém no presente documento está especificado apenas os conteúdos dos dois primeiros ciclos, esta organização tem uma função de evidenciar quais os objetivos de ensino e aprendizagem que estão sendo priorizados, sendo pelos professores distribuído de forma que sejam trabalhados de maneira equilibrada e adequada.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e Zabala (1998), os conteúdos podem ser caracterizados através de categorias: conceitual ligado a fatos, conceitos e princípios. São tratadas na Educação Física por regras, táticas, história e recordes, como também pelo entendimento do como e porque realizamos movimentos corporais, danças, práticas de esportes a curto e longo prazo e em atividades físicas entre outros.

Na última fase na Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2016), a referência central para sua estruturação são as práticas corporais.

As práticas corporais, são entendidas como uma forma de relação do ser humano com o mundo e de interação com os outros sujeitos, que, ao possibilitarem a construção de sentidos e significados singulares, configuram-se como produções diversificadas da cultura. Suas diferentes manifestações assumem, no mundo contemporâneo, uma importância cada vez maior no cotidiano das pessoas e na história social, construindo subjetividade e identidades, que seja na dimensão do lazer, quer seja na dimensão da saúde. (BRASIL, 2016, p.96).

O professor de Educação Física deverá tratar das práticas corporais na escola como um fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório, assegurando aos estudantes a construção de um conjunto de conhecimentos necessários à formação plena de um cidadão. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (2016) os objetivos específicos do componente Educação Física foram formulados por prática corporal e organizados em cinco ciclos de escolaridade. Dois ciclos nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º,2º e 3º anos;4º e 5º ano), dois ciclos nos anos finais do Ensino fundamental (6º e 7º anos;8º e 9º anos) e um ciclo no Ensino Médio (1º,2º e 3º anos).

Para Darido, (2001), a Educação Física, pode ser interpretada ao longo de sua história como uma disciplina que tem “pouco conteúdo”, pois sempre prioriza a dimensão procedimental, ligada ao fazer e que por muitas vezes professores e profissionais da área sofrem com o preconceito equivocado pela sociedade.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E INCLUSÃO ESCOLAR

O indivíduo que apresentar o funcionamento alterado negativamente de modo significativo, trata-se de deficiência intelectual. Alguns sinais consideráveis para detecção são manifestados durante a infância e antes da adolescência, percebe-se na falta de habilidades adaptativas e cognitivas referentes à comunicação, convivência social, vida doméstica, cuidado pessoal, capacidade de concentração, resumindo-se, funcionamento cerebral para interpretações lógicas no aprendizado que fundamentam o mínimo de discernimento para ter autonomia e independência para interação com o meio. Devemos atentar que o conceito de doença mental com deficiência intelectual são complementos, se confundem pelos seus distúrbios tão parecidos, ambas causam transtornos na vida do portador, porém doenças mentais podem ser tratadas através de medicamentos, além da possibilidade de desencadear doenças emocionais e somáticas, assim, podemos associar a doença intelectual como um sintoma resultante de doença mental.

A D.I. é uma das deficiências mais encontrada em crianças e adolescentes, atingindo 1% da população jovem (VASCONCELOS, 2004). Caracterizada pela redução no desenvolvimento cognitivo, ou seja, no QI, normalmente abaixo do esperado para a idade cronológica da criança ou adulto, acarretando muitas vezes um desenvolvimento mais lento na fala, no desenvolvimento neuropsicomotor e em outras habilidades.

A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro. (HONORA e FRIZANCO, 2008, p. 103).

Certas competências são muito importantes para a organização desse comportamento adaptativo: As competências de vida diária, como vestir-se, tomar banho, comer. As

competências de comunicação, como compreender o que se diz e saber responder. As competências sociais com os colegas, com os membros da família e com outros adultos e crianças. Para diagnosticar a Deficiência Intelectual, os profissionais estudam as capacidades mentais da pessoa e as suas competências adaptativas. Estes dois aspectos fazem parte da definição de atraso cognitivo comum à maior parte dos cientistas que se dedicam ao estudo da deficiência intelectual.

Várias são as explicações para tal interferência comportamental, alguns afirmam que o intelecto é herdado pela genética, não descartando a interferência de estímulos externos e familiares que é primordial para o desenvolvimento da criança. Segundo pesquisas realizadas comprovam que, em países desenvolvidos, para 42% dos casos não se encontram "pistas" da origem da deficiência; 29% é claramente genética, 19% provavelmente genética e 10% é ambiental (APAE SP, 2008).

Dentre as doenças mais comuns geradas pela deficiência intelectual podemos citar a Síndrome de Down, que define-se por uma alteração genética no cromossomo 21, além de interferência no desenvolvimento intelectual, a doença provoca deformidades físicas, também é comum o Autismo (Transtorno do Espectro Autista), uma doença que provoca modificação comportamental que acaba comprometendo a relação interpessoal, a linguagem e o portador apresenta ações limitadas e repetitivas.

AValiação DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) na sala de aula deve-se a um fator que determina as práticas avaliativas, quanto às suas limitações específicas, como por exemplo em alunos com deficiência auditiva, visual, motor, intelectual e comportamental.

Essa distribuição, segundo Blanco (1995), difere do espaço físico e da disposição do envolvido, mais também da organização do tempo e a divisão de grupos de trabalho cujo planejamento diário em atividades de ensino e aprendizagem se baseiam em recursos materiais e humanos que favoreçam o desenvolvimento dos alunos por meio de suas limitações.

Dessa forma, a escola deve adaptar-se às crianças com NEEs mediante as peculiaridades do campo educacional acolhendo e cumprindo sua missão de educar. Assim pode-se fazer uma avaliação mais precisa direcionada ao atendimento e participação dos envolvidos. O objetivo é harmonizar o processo de ensino e aprendizagem às necessidades desses alunos, com o professor criando e mantendo um ambiente estável, que deem informações aos alunos os objetivos solidificados em tarefas orais e visuais.

Avaliar a aprendizagem tem sido um grande desafio para a educação brasileira e não são poucas as dificuldades encontradas para que se encontrem critérios e procedimentos adequados que, realmente, possam garantir a análise de todo o processo educacional. Se isso é fato para a avaliação de alunos comuns, mais difícil se torna pensarmos nos alunos com deficiência intelectual.

As limitações do aluno com déficit intelectual, interferem de maneira substancial na aprendizagem e na execução de determinadas habilidades da vida diária, no contexto familiar, escolar e social, e quanto mais precoce for detectado o quadro de deficiência intelectual,

maiores serão as possibilidades da pessoa receber apoio e ajuda necessária para a sua emancipação social. Promover a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual, requer um trabalho sistemático acima de diferentes estratégias e adequações de materiais.

Os métodos de ensino e avaliação devem resultar estratégias que exijam atenção, com o uso de: frases curtas, claras e objetivas, concepções chave, pausas periódicas durante esclarecimentos que necessitam de explicações e organizações de informações com as quais constroem os conhecimentos de cada aluno (Alencar, 2006). Mediante descrição, pode-se observar que, os elementos determinam o processo de ensino e aprendizagem, tendo a partir da avaliação permitir diagnosticar estratégias com bons e não tão bons resultados, além de avanços e dificuldades, de modo a reorganizar as atividades pedagógicas. Assim, por intermédio da avaliação, o professor vai acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos, e, ao mesmo tempo, monitorar sua prática profissional, realizando, dessa forma, uma investigação didática. De acordo com André (1999), a forma de planejar a avaliação permite elaborar hipóteses sobre a eficácia da ação docente, pois é pela avaliação da aprendizagem que verificamos se essa ação promove ou não a construção do conhecimento.

A avaliação deve ser capaz de informar o desenvolvimento atual da criança, a forma como ela enfrenta determinadas situações de aprendizagem, os recursos e o processo que faz uso em determinada atividade. Avaliar é essencialmente uma prática de questionar, sendo necessário observar e promover experiências educativas que signifiquem provocações intelectuais relevantes na direção da formação.

A condição de deficiência intelectual não pode nunca predeterminar qual será o limite de desenvolvimento do indivíduo. A educação na área da deficiência intelectual deve atender às suas necessidades educacionais especiais sem se desviar dos princípios básicos da educação proposta às demais pessoas, assim sendo, os princípios inclusivistas apontam que elas devem frequentar desde cedo a escola, a qual deve valorizar, sobretudo os acertos da criança, trabalhando sobre suas potencialidades para vencer as dificuldades (OLIVEIRA, 2009, p.73-74).

Certamente que a experiência didática inclusiva, que aproxima aqueles com deficiência intelectual da classe comum, poderá, ao longo dos anos, trazer para o professor cada vez mais competências para torná-lo autônomo e criativo na elaboração de novos e múltiplos instrumentos de avaliação.

Muitos são os instrumentos existentes para ajudar no planejamento didático - pedagógico, estruturação, organização, definição de objetivos instrucionais e a escola de instrumentos de avaliação. A taxonomia de Bloom é o instrumento cuja finalidade é auxiliar na identificação e na declaração de objetivos ligados ao desenvolvimento cognitivo. Seguindo o embasamento da Taxonomia de Bloom ela vem propor através de uma tabela bidimensional uma melhor estrutura para os objetivos educacionais, ao mesmo tempo auxiliar os educadores na elaboração do planejamento e na escolha adequada de estratégias e tecnologias educacionais.

Na nova estrutura proposta na Taxonomia de Bloom “revisada”, a dimensão conhecimento (conteúdo) e de processos cognitivos foi mais claramente diferenciada, e isso originou um novo modelo de utilização que tem como estrutura uma tabela bidimensional denominada de Tabela Bidimensional da Taxonomia de Bloom (ANDERSON et al., 2001).

Portanto através da tabela pode se observar que, a melhor forma para que a criança tem para um melhor aprendizado é:

Figura 01 - Taxonomia de Bloom (revistos) e seus objetivos paliçada a WebQuest.



Fonte: Rocha, 2007; Churches, 2009 e Paiva, 2011

Assim cada etapa se refere às capacidades de que a uma criança possa realiza, compreender e desenvolver, contando com algumas formas de fazer que isso ocorra onde o primeiro passo e que a criança possa se lembrar da atividade realizada e entender de forma que ele consiga aplicar esse procedimento onde logo em seguida ele possa analisar os erro e repará-los para que possa fazer a avaliação e no final dessa etapa a criança possa criar de forma relevante conforme sua necessidade.

METODOLOGIA DO ESTUDO OU PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS OU MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa tem uma abordagem quantitativa onde buscou nas Escolas Estaduais de Araguaína – TO, professores do ensino fundamental que realizam trabalhos com crianças com deficiência intelectual. Ela envolve as Escolas Estaduais da Cidade de Araguaína – TO, onde farão parte professores do Ensino Fundamental, a pesquisa será realizada através de Entrevistas com gravação de áudio com duração máxima de 2 (dois) minutos. Terá como procedimento de pesquisa primeiramente um levantamento das escolas que trabalham com crianças com deficiência intelectual, em seguida será realizado a entrevista com os Professores com 5 perguntas sobre o tema aonde serão abordados conteúdos aplicados, avaliações, se ocorre a inclusão, e de que forma ocorre a avaliação de aprendizagem com estes alunos, serão perguntas do trabalho diário que exercem com estes alunos. O conteúdo das entrevistas será apresentado através de discussão formuladas por textos, tendo como cuidados éticos a resolução nº 466/2012 que trata de pesquisa e testes em seres humanos foi publicada dia 13 de junho de 2013 no Diário Oficial da União.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir será apresentado os dados obtidos nas entrevistas com os professores da rede estadual de ensino:

Quadro 01 - Resposta à questão 01

QUESTÃO 1	Quais os conteúdos ensinados?
PROFESSORES	RESPOSTAS
A	“Todos os aspectos físicos, esportivos e recreativos.”
B	“Os conteúdos ensinados aos alunos do 6º ao 9º ano são os mesmos que vem no embasamento do referencial teórico e por eles a gente realiza a confecção de uma apostila para que seja aplicada os conteúdos.”
C	“Obedece à proposta curricular do estado e sempre inclui algum conteúdo para diferenciar para melhorar a aprendizagem dele.”
D	“A aula teórica temos mais como aprendizado para eles voltado aos PCN 'S, e também em intenção de estar lidando com a coordenação motora fina, trazendo para as aulas práticas também.”

Fonte: Elaboração das autoras, 2023

Diante a narrativa apresentada pelos professores, podemos concluir que alguns dos professores entrevistados não têm o conhecimento dos conteúdos a serem aplicados como afirma o professor “A” que os conteúdos são “Todos os físicos, esportivos e recreativos” onde podemos ver que segundo os PCN'S os conteúdos a serem desenvolvidos não são esses. Já os professores “B”, “C” e “D” já fazem o uso dos PCN 'S para melhorar o desempenho de sua aula onde também o professor “C” também afirma que “sempre inclui algum conteúdo para diferenciar para melhorar a aprendizagem dele”.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), os conteúdos da Educação Física abrangem alguns pontos como o conhecimento sobre o corpo, esportes, jogos, lutas, ginásticas e atividades rítmicas expressivas e que são de extrema importância para o desenvolvimento geral dos alunos. Independentemente de seu grau de dificuldade deve ser adaptado conforme suas condições, possibilitando que todos participem de forma ativa das aulas.

Ou seja diante o processo de desenvolvimento de aspectos relacionados à motricidade, ludicidade, psico-afetividade, interação com o meio político-social e cultural, entre outros, a disciplina de Educação Física escolar exerce papel importante, pois está se propõe a oferecer possibilidades para a aprendizagem destes aspectos a todos os alunos.

Quadro 02 - Resposta à questão 02

QUESTÃO 2	O que você quer que o aluno com deficiência intelectual aprenda com os conteúdos?
PROFESSORES	RESPOSTAS
A	“O mesmo que visa para os outros mais só que visando a integração, interação deles.”

B	“A vivência mínima dos conteúdos que vem no referencial teórico que vem a ser aplicado dentro e fora da sala de aula.”
C	“Preza para o desenvolvimento deles, inclusão, tanto motora destaca assim neste sentido.”
D	“O que dá para ser desenvolvido com eles às vezes o maior problema de nós professores que encontramos na unidade escolar é a falta de material que não obtemos em mãos, e aquilo que tem que ser feito vêm a ser de uma forma mais improvisada, porque à um déficit nesta área, a uma grande carência grande e fica um pouco complicado em querer dizer que existe uma realidade diferente desta, então são aulas que a gente elabora, com dinâmicas diferentes mas através dos nossos esforços vamos adaptando as metodologias para aplicar para eles.”

Fonte: Elaboração das autoras, 2023

Conforme os PCN 's (2001, p.70) do ensino fundamental enfatizam em seus diversos objetivos a construção de valores que busquem a cidadania, a integração, a inclusão, o respeito e a criticidade, apreciação, a diversidade cultural da sociedade. A principal preocupação nos dias atuais é fazer com que a criança com deficiência intelectual venha a se incluir no meio social e utilizar da melhor forma o aprendizado vivenciado na escola seja significativo, onde dê a ele uma independência no futuro.

Então diante a entrevista realizada uma coisa que foi bastante observada que nas aulas os professores “A”, “B” e “C” esperam que os alunos vivenciem ao menos o mínimo dos conteúdos aplicados, prezando parte motora e o desenvolvimento de cada aluno e inclusão, sempre priorizando e respeitando suas dificuldades, suas limitações, para que eles possam ter esta vida mais independente. Para o professor “D” alega que por falta de material “aquilo que tem que ser feito vem a ser de uma forma mais improvisada” mas que “através dos nossos esforços vamos adaptando as metodologias para aplicar para eles”.

Quadro 03 - Resposta à questão 03

QUESTÃO 3 De que forma ocorre a avaliação do processo ensino aprendizagem?	
PROFESSORES	RESPOSTAS
A	“Diferenciado dos outros, respeitando os limites deles, potencial dele, não aspecto quantitativo, mas interação social, respeito.”
B	“O processo de avaliação é participação dentro e fora da sala de aula, avaliação sobre seminários e trabalhos realizados, entregues.”
C	“Prazenamental, atitudinal as atitudes que eles têm durante as aulas, questão do compromisso interação que eles com os outros coleguinhas, também a gente faz algumas atividades diferenciadas com o uso do laptop educacional e também da sala de recursos, também a questão dos jogos que utilizamos bastante com eles.”
D	“Com eles a uma diferença na questão de avaliação, quanta nota etc., porque além de ter um pouco de déficit, já incluso a falta do material, há uma avaliação diferenciada em questão de notas, com aulas práticas, vemos aqui sempre dar o melhor na questão do que ele aprendeu principalmente na questão da coordenação, a área que mais trabalho com eles, lateralidade, coordenação motora fina e grossa e avalio mais na questão da aula prática para nota.”

Fonte: Elaboração das autoras, 2023

Com base nas questões de avaliação do processo ensino aprendizagem Libâneo vêm nos demonstrar que:

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias (LIBÂNEO, 1994, p.195).

Diante esta concepção os professores “A” e “D” relatam que o modo de avaliação para esses alunos são diferentes dos outros, pois “respeita os limites deles, potencial dele, não aspecto quantitativo, mas interação social, respeito”, para os professores “B” e “C” a avaliação ocorre com a “participação dentro e fora da sala de aula”.

Percebe-se que a avaliação assume um caráter que vai além do simples dever de avaliar no que tange às funções do professor. O compromisso do educador envolve tanto a questão do respeito, quanto ao querer bem ao educando. Com essa postura o profissional possibilitará ao aluno a apreensão e a construção de saberes necessários para a formação humana.

Quadro 04 - Respostas à questão 04

QUESTÃO 4	
Existe alunos com deficiência intelectual, que seja necessário ser incluído nas aulas de Educação Física?	
PROFESSORES	RESPOSTAS
A	“Sim, todos são inseridos.”
B	“Na escola existem sim alunos com deficiência intelectual, bem como outras deficiências também a inclusão das aulas práticas são inseridos normalmente respeitando claro o limite de cada um e nas aulas teóricas dependendo da dificuldade que ele tenha é necessário ter uma atividade adaptada conforme seu nível intelectual.”
C	“Todos os alunos aqui da escola são incluídos na educação física, todos pois a deficiência não é tão grave.”
D	“Sim existe, eu trabalho na escola com 3 a 4 alunos então a gente tem estes alunos e uma coisa importante a estar ressaltando e a inclusão destes alunos faz uma grande diferença, principalmente para a vida deles, porque são alunos que não estão aptos a lidar com qualquer tipo de atividade igualmente aos outros, aos demais, então existe uma necessidade de estar colocando eles inclusos nas aulas para que eles venham se sentir com maior prazer e ver que ele também estar ali como uma pessoa a ser inserida, e sentir valorizado, e n ser deixado de escanteio de lado.”

Fonte: Elaboração das autoras, 2023

De acordo com a Declaração de Salamanca (BRASIL,1994), o conceito de inclusão é um desafio para a educação, uma vez que estabelece que o direito à educação é para todos e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, como podemos observar no trecho abaixo:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias

lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, online).

A Declaração de Salamanca defende a ideia de que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos, independentemente de suas capacidades. Ao mesmo tempo, ela apontava a escolarização de crianças em escolas especiais, nos casos em que a educação regular não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais do aluno.

Portanto conforme a entrevista os professores “A”, “B”, “C” e “D” relataram que os alunos com necessidades especiais são inseridos normalmente nas aulas práticas de Educação Física respeitando sempre suas limitações e nas aulas teóricas dependendo de suas dificuldades atividades propostas eram adaptadas para melhor desempenho dos mesmos.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a aula de Educação Física deve favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do portador de necessidades especiais, e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, respeito e aceitação, sem preconceitos.

Quadro 05 - Respostas à questão 05

QUESTÃO 5	De que forma você realiza a avaliação com este aluno e a mesma que os outros?
PROFESSORES	RESPOSTAS
A	“Não, respeitando a individualidade e o limite de cada um.”
B	“A avaliação depende da deficiência intelectual, se o grau é maior ou menor, tem que adaptar a realidade do aluno, transformando a atividade em realidade que ele possa realizar.”
C	“Não sempre tem alguma coisa diferente, a gente nunca faz a mesma, a gente faz os jogos, faz com bastante imagens figuras, para eles poderem detectar quando e inscrita faz a questão da parte motora deles.”
D	“Não é a mesma mas porém é realizado a adaptação para a avaliação conforme seu grau de dificuldade.”

Fonte: Elaboração das autoras, 2023

Segundo o que foi relatado, os professores “A”, “B”, “C” e “D” afirmam que ocorrem de forma diferenciada respeitando suas limitações, e sua individualidade, conforme seu grau de dificuldade. A avaliação de um aluno com necessidades educacionais especiais vem a partir da análise dos resultados, focando seu desempenho nas diversas áreas curriculares, no processo que utiliza para aprender, se mantém ou generaliza as aprendizagens, poderá ser definido um plano de atuação que possa além de tornar possível sua participação, possibilitar seu desenvolvimento.

De acordo com Carvalho (2007), a avaliação trata-se, sem dúvida, de um processo indispensável, que oferece subsídios para analisar as práticas e as políticas adotadas nas escolas, com vistas a ressignificá-las em benefício do sucesso na aprendizagem e na participação de todos. Não mais fica o aluno como sujeito solitário da avaliação como se, isoladamente, ele pudesse ser o responsável pelo seu sucesso ou fracasso... Tão pouco entende -se hoje, que as práticas avaliativas devam ser da exclusividade de especialistas que se valem de instrumentos que oferecem os resultados que, após examinados permitem encontrar os “desvios” que os alunos apresentam, considerados como explicativos de suas dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar como ocorre a Avaliação de Aprendizagem de alunos com Déficit Intelectual pelos professores de Educação Física das Escolas Estaduais de Araguaína – TO, buscando de que forma eles vêm a realizar sua avaliação de ensino aprendizagem no ensino fundamental do 6º ao 9º ano.

O que pode se observar, que a avaliação da aprendizagem ocorre conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais onde vêm a ser o principal embasamento dos professores que colaboraram com esse estudo, eles buscam da melhor forma garantir ao aluno, melhor aprendizagem adaptando conforme seu grau de dificuldade, as avaliações são através de atividades práticas e teóricas onde é analisado sua evolução cognitiva e motora.

Porém diante da realidade, existe ainda um certo grau de dificuldade encontrado pelos professores, por falta de assistência do próprio estado com relação a destinação de verbas para compra de materiais didáticos adaptados a estas crianças. Assim, os professores precisam fazer adaptações que cumpram com as exigências do Parâmetro Curricular para garantir a melhor aprendizagem a esses alunos.

Portanto, podemos concluir através desse estudo que os professores entrevistados além de terem instrumento avaliativos diferentes para estas crianças também se preocupam em incluí-los em suas aulas visando sempre a interação social do mesmo, nunca esquecendo de respeitar suas limitações.

REFERÊNCIAS

- _____. A Educação Física na escola e o processo de formação dos não participantes de atividade física. Revista Brasileira de Educação Física e Esportes, v.18, n.1, p. 61-80, 2004.
- Educação inclusiva: com os pingos nos “is”, 5ª Edição, Porto Alegre, 2007.
- A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR SOBRE ASPECTOS DE SAÚDE: SEDENTARISMO ALENCAR, M. J. Q. Avaliar as estratégias de ensino ascensionais na prática do professor de crianças com transtorno do déficit de atenção/hiperatividade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 3º, 2006, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006. p. 43-61.
- ANDRÉ, M. Pedagogia das diferenças. In: ANDRÉ, M. (Org.). Pedagogia das diferenças na sala de aula. Campinas: Papyrus, 1999. p. 11-26.
- APAE São Paulo. O que é Deficiência Intelectual? 2008. Disponível em: . Acesso em: 12 de maio.2016.
- BLANCO, R. Inovação e recursos educacionais na sala de aula. In: COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educacionais especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 1995. v. 3, p. 309-318.
- BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista; COUTINHO, Clara Pereira. A WebQuest na EaD: rompendo a barreira do isolamento em cursos na modalidade a distância. In VIII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância - ESUD 2011. Disponível em: <http://ticnaformacaodeprofessores.blogspot.com.br/2014_11_01_archive.html> Acesso em: 17 maio.2016
- Brasil, Secretaria de Educação Especial. (1994) Política Nacional de Educação Especial: Livro 1. Brasília: MEC/SEESP
- BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília : MEC/SEF,1997.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular Proposta Preliminar Segunda Versão. Revista Abril. Brasília: MEC, 2016. p.99-111. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: 23/05/2016.
- CARVALHO Rosita Edler. 1997. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro:
- DARIDO, S. C. Os conteúdos da Educação Física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades. Revista Fluminense de Educação Física Escolar, Niterói, v.2, n.1, p.5-25, 2001.
- DARIDO, S. C. Educação Física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- HONORA M. & FRIZANCO M. L. Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. Ciranda Cultural, 2008
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Cortez Editora: São Paulo, Coleção Magistério 2º Grau Série Formando Professor, 1994.
- NAHAS, M.V. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceito e sugestões para um estilo de vida ativo. Londrina: Midiograf, 2003.
- OLIVEIRA, A. A. S. Estratégias para o ensino inclusivo na área da deficiência intelectual: alguns apontamentos. In: MARQUEZINE, M. C.; MANZINI, E. J. BUSTO, R. M.; TANAKA, E. D. O.; FUJISAWA, D. S. Políticas públicas e formação de recursos humanos em educação especial. Londrina: ABPEE, 2009. p.69-82.
- RESENDE, H. G. de; SOARES, A. J. G. Elementos constitutivos de uma proposta curricular para o ensino-aprendizagem da Educação Física na escola: um estudo de caso. Perspectivas em Educação Física Escolar, Niterói, n.1, p.29-40, 1997.
- Revista Educare CEUNSP – Volume 1, Número 1 - 2013
- SOARES, C.L. et.al. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
- VASCONCELOS, M. M. Retardo mental. Jornal de pediatria, Porto Alegre, v. 80, n.2, p. S71-S82. Abr. 2004. WVA.
- ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

A EFICÁCIA CIENTÍFICA DA TERAPIA ABA NO DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA

THE SCIENTIFIC EFFECTIVENESS OF ABA THERAPY IN THE DEVELOPMENT OF AUTONOMY IN CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER - ASD LA EFICACIA CIENTÍFICA DE LA TERAPIA ABA EN EL DESARROLLO DE LA AUTONOMÍA EN NIÑOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA - TEA

Deocenira Corrêa sa Conceição

CONCEIÇÃO, Deocenira Corrêa da. **A eficácia científica da terapia ABA no desenvolvimento da autonomia em crianças com Transtorno do Espectro Autista - TEA.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.25, p. 75 – 82, julho/2023. ISSN/2675 – 5203.

RESUMO

A presente obra apresenta ao leitor uma visão geral da ciência ABA e sua aplicação ao autismo, como ferramenta para melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA e suas famílias, levando em consideração os métodos apresentados para a terapia e sua significativa relevância para as pesquisas atuais. A necessidade crescente de uma maior compreensão sobre o tema, assim como o aumento gradativo de tratamentos e terapias que visam auxiliar no tratamento do TEA, instigam a busca da comprovação científica para eficácia dos métodos utilizados na terapia ABA, uma vez que inúmeros tratamentos são vivenciados em consultórios e instituições escolares, sem êxito algum. Partindo dessa premissa, esta obra objetiva apresentar as comprovações científicas necessárias à comunidade escolar e terapêutica, de modo que incentive o tratamento com a terapia ABA aplicada ao autismo de forma consciente e com a credibilidade de eficácia, pois somente assim poderemos inserir o tratamento nos âmbitos clínicos e escolares, para tornar a vida das pessoas com TEA muito mais simples e eficiente, incentivando-as no desenvolvimento da capacidade de se tornarem sujeitos de sua própria história e protagonistas de sua vida.

Palavras-Chave: Ciência. ABA. Eficácia. Comprovação. Terapia.

ABSTRACT

This work presents the reader with an overview of ABA science and its application to autism, as a tool to improve the quality of life of people with ASD and their families, taking into account the methods presented for therapy and their significant relevance to research. current. The growing need for a greater understanding of the topic, as well as the gradual increase in treatments and therapies that aim to assist in the treatment of ASD, instigate the search for scientific proof of the effectiveness of the methods used in ABA therapy, since countless treatments are experienced in offices and educational institutions, without any success. Based on this premise, this work aims to present the scientific evidence necessary for the school and therapeutic community, in a way that encourages treatment with ABA therapy applied to autism in a conscious way and with credibility of effectiveness, as only in this way can we insert the treatment in the areas clinics and schools, to make the lives of people with ASD much simpler and more efficient, encouraging them to develop the ability to become subjects of their own story and protagonists of their lives.

Keywords: Science. TAB. Efficiency. Proof. Therapy.

RESUMEN

Este trabajo presenta al lector una visión general de la ciencia ABA y su aplicación al autismo, como herramienta para mejorar la calidad de vida de las personas con TEA y sus familias, teniendo en cuenta los métodos presentados para la terapia y su significativa relevancia para la investigación actual. . La creciente necesidad de un mayor conocimiento del tema, así como el paulatino aumento de tratamientos y terapias que apuntan a ayudar en el tratamiento del TEA, instigan a la búsqueda de pruebas científicas de la efectividad de los métodos utilizados en la terapia ABA, ya que innumerables Se experimentan tratamientos en consultorios e instituciones educativas, sin éxito alguno. Partiendo de esta premisa, este trabajo pretende presentar la evidencia científica necesaria para la comunidad escolar y terapéutica, de forma que fomente el tratamiento con terapia ABA aplicada al autismo de forma consciente y con credibilidad de eficacia, ya que sólo así podremos insertar el tratamiento en las áreas clínicas y escolares, para hacer la vida de las personas con TEA mucho más sencilla y eficiente, animándonos a desarrollar la capacidad de convertirse en sujetos de su propia historia y protagonistas de sus vidas.

Palabras clave: Ciencia. PESTAÑA. Eficiencia. Prueba. Terapia.

INTRODUÇÃO

O estudo do autismo teve início há mais de um século e tem crescido circunstancialmente ao longo dos anos, por isso o conhecimento clínico tem aumentado a qualificação do tratamento tanto nos consultórios, quanto nas escolas, facilitando a compreensão do desenvolvimento das pessoas com TEA.

Muitas pessoas confundem a ciência Análise do Comportamento Aplicado - ABA com um método qualquer de terapia, mas tal ciência existe muito antes da aplicação ao autismo, pois era utilizada em outros tipos de pesquisas, sempre com resultados positivos. Por isso, os pesquisadores, preconizados por Ivar Lovaas, iniciaram os estudos, aplicando tal ciência ao tratamento do autismo, o que trouxe resultados positivos e contribuiu para novas pesquisas.

Nesse sentido, a presente pesquisa questiona a eficácia da Terapia ABA aplicada ao tratamento de pacientes com TEA, apresentando a evolução histórica na descoberta e classificação do autismo, os métodos que compõem a Terapia ABA e o estudo da ciência como um todo, verificando sua comprovação científica.

Tendo em vista a comprovação de eficácia da Terapia supramencionada aplicada ao autismo, a presente pesquisa hipotetiza a qualificação gradativa no tratamento do TEA, com diagnóstico precoce, viabilizando a intervenção ABA nos primeiros anos de vida, o que facilitaria e possibilitaria o desenvolvimento pleno de habilidades em comunicação e relação interpessoal de tais pacientes.

Visado contribuir para a compreensão da ciência ABA, no intuito de comprovar cientificamente a sua eficácia na qualificação dos trabalhos e acompanhamentos aos pacientes e estudantes com TEA, esta obra objetiva apresentar a ciência ABA de maneira simples e concisa, viabilizando a compreensão por docentes, discentes, pais e demais interessados.

Esta pesquisa apresenta significativa relevância para o âmbito clínico e educacional, pois a maioria das pessoas que procuram tratamento para seus familiares com TEA, procuram por terapias que funcionem e têm por objetivo o desenvolvimento pleno de seus entes queridos, priorizando a qualidade de vida posterior, com ênfase no desenvolvimento da autonomia da pessoa com TEA.

Em face ao exposto, apresentamos uma pesquisa bibliográfica, buscando inserir conceitos de autores de renome no âmbito estudado, assim como casos de comprovação científica da ciência em pauta.

Por fim, apresentamos uma obra estruturada em capítulos, onde iniciamos o estudo com a evolução histórica da descoberta e compreensão do autismo até a mudança da nomenclatura para TEA, em 2022. Em seguida, apresentamos a Terapia ABA aplicada ao autismo através dos métodos DTT, PRT, ESDM e JASPER. Encerramos o estudo com a comprovação dos órgãos científicos que validam a eficácia da Terapia no desenvolvimento da autonomia de pessoas com TEA e as considerações finais, explicitando a necessidade de novas pesquisas sobre o tema, o qual a presente pesquisa é extremamente relevante, mas não objetiva encerrar as pesquisas sobre o tema, que ainda tem muito a ser estudado e descoberto.

A EFICÁCIA CIENTÍFICA DA TERAPIA ABA NO DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA EM CRIANÇAS COM TEA

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA

O psiquiatra suíço Eugen Bleuler foi o primeiro estudioso a mencionar o termo autismo, em 1908, considerando-o como a fuga da realidade para um mundo interior, sintoma apenas visto em pacientes esquizofrênicos até então.

Em seguida, denominado como “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo” por Kanner, em 1943, o TEA era, desde essa época, classificado como um distúrbio que apresentava características únicas, do tipo: Dificuldade na comunicação, dificuldade de se expressar, solidão extrema e isolamento social, aspectos físicos aparentemente normais, comportamentos repetitivos e dificuldades em estabelecer relações afetivas, onde o autor descreve os casos de 11(onze) crianças, em sua obra cujo título está supramencionado. Segundo Kanner, as crianças apresentavam incapacidades específicas:

[...] estas crianças vieram ao mundo com uma incapacidade inata de estabelecer o contato afetivo habitual com pessoas, biologicamente previsto [...]. Se esta hipótese está correta, um estudo posterior [...] talvez permita fornecer critérios concretos relativos às noções ainda difusas dos componentes constitucionais de reatividade emocional [...] aqui temos exemplos puros de distúrbios autísticos inatos de contato afetivo. (KANNER, 1943/1997, p. 170)

Foi somente em 1944, segundo Tamanaha, Perissinoto e Chiari (2008), que Hans Asperger publicou seu Artigo denominado “Psicopatia Autista na Infância”, onde descrevia predominância em crianças do sexo masculino, dificuldade motora, falta de empatia, prejuízo na interação social, conversação unilateral e dificuldade na fala. Entretanto, essa obra só veio a ser reconhecida em meados de 1980, considerada pioneira nos estudos do tema.

Em 1953, o autismo fora considerado um subgrupo da esquizofrenia infantil, a partir da publicação da primeira edição do DSM-1 - Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais, que passou a ser referência mundial entre os clínicos, fornecendo informações padrão para todas as classificações de transtornos e doenças mentais até então conhecidas.

Em 1965, Temple Grandin, diagnosticada com Síndrome de Asperger, cria a “máquina do abraço”, que objetivou acalmar os pacientes com autismo, a partir das concepções desenvolvidas entre as décadas de 50 e 60, onde se considerava que o autismo era causado pela frieza dos pais, o que originou o uso do termo “mãe geladeira”.

Um dos principais marcos na classificação do autismo ocorreu em 1978, a partir dos estudos de Michael Rutter, que o classificou como um distúrbio cognitivo, disseminando uma cultura maior de compreensão envolvendo o transtorno. Ele propunha uma definição baseada em quatro aspectos:

Atraso e desvio sociais não só como deficiência intelectual;
Problemas de comunicação não só em função de deficiência intelectual associada;
Comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; e
Início antes dos 30 meses de idade. (RUTTER, 1978)

Diante do exposto, vale salientar que a proposta apresentada por Rutter, oportunizou a compreensão e a abertura do espaço para novos estudos, o que viabilizou, em meados dos anos 80, o desenvolvimento do conceito da Síndrome de Asperger, pela psiquiatra Lorna Wing, que apresentou ao mundo uma visão diferenciada não apenas pelos estudos de Asperger, mas também por sua experiência como mãe de uma criança autista, clínica e pesquisadora, o que a levou a defender a luta por melhores serviços de saúde para indivíduos com TEA. Fundou ainda a National Autistic Society e o Centro Lorna Wing.

Na década de 90, mais de cem avaliadores clínicos se reuniram para discutir mais de mil casos, apresentados em um estudo internacional multicêntrico, a fim de apresentar novos critérios para o autismo. Tal estudo embasou as mudanças no DSM-4 e no CID-10 - Classificação Internacional de Doenças, objetivando esclarecer melhor as informações sobre a doença, de modo a auxiliar os clínicos em seus diagnósticos.

Com a chegada do novo milênio, muitas conquistas se iniciaram no estudo do autismo em si, uma delas foi a instituição do dia 02(dois) de abril como dia mundial da conscientização sobre o autismo, que auxiliou na disseminação da importância do respeito aos autistas e suas famílias. Em 2012 foi sancionada no Brasil, a Lei Berenice Piana, instituindo a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Em 2013, o DSM-5 unifica as subcategorias do autismo, classificando-as como TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA, apenas diferenciando-os pelo nível de gravidade. A Síndrome de Asperger é unificada nesse sentido, não sendo mais diagnosticada especificamente como uma classificação do autismo, agora é apenas classificada como TEA. Em 2014, um dos maiores estudos já realizados sobre o assunto, apresentou os fatores ambientais tão importantes quanto os genéticos, no desenvolvimento do transtorno. Em 2015, a Lei nº 13.145/15, sancionada no Brasil, denominada como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, criou o Estatuto da Pessoa com Deficiência e conseqüentemente, dos portadores de TEA. (BRASIL, 2015).

Em 2020, é sancionada a Lei Brasileira nº 13.997/20, conhecida como Lei Romeo Mion, que altera a Lei supracitada - Berenice Piana e institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Por fim, esse ano de 2022, com o lançamento do CID - 11, seguindo o que foi disposto no DSM-5, passa-se a adotar a única nomenclatura TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA para unificar todos os antigos diagnósticos e subclassificações do Transtorno Global do Desenvolvimento.

TERAPIA ABA

Tendo em vista a definição de Mello (2007) sobre o autismo:

Autismo é uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. (MELLO, 2007, p. 16).

Pode-se afirmar que é um transtorno que afeta não apenas o indivíduo, mas toda a sua família. Desse modo, os estudos são cada vez mais frequentes, a fim de se encontrar um método

realmente eficiente para tratar o TEA, busca essa que originou a criação da Terapia ABA, que é a abreviação para *Applied Behavior Analysis*, que em sua tradução literal significa *Análise do Comportamento Aplicado*, definido popularmente como “aprendizagem sem erro”.

Ao contrário do que muitos dizem, a ABA não foi criada por Ivar Lovaas, pois conceitualmente, em 1948, em seu romance intitulado *Walden Two*, Skinner a apresenta mundialmente. O que torna Lovaas fundamental na história da ABA aplicada ao autismo, é que, em 1987 ele apresentou possibilidades através da aplicação intensiva e integral deste conhecimento na teoria da aprendizagem, tornando-se pioneiro nesse tipo de intervenção.

Como características importantes da Terapia ABA, podemos destacar:

- A realização da Terapia individual ou em grupo;
- Personalização do atendimento, ajustando ao programa comportamentos individuais que devem ser reforçados ou reduzidos;
- Trabalhar comportamentos e habilidades do cotidiano de cada paciente; e
- Realizar a terapia em lugares públicos, em casa, na escola, na clínica, dentre outros.

MÉTODOS UTILIZADOS NA TERAPIA ABA

O método ABA para autismo exige determinadas ações, embora sejam levadas em consideração o mérito científico da proposta, que permite ao especialista, a variedade adequada a cada caso.

Método Discrete Trial Training - DTT

Discrete Trial Training - DTT, traduzida literalmente como “Treinamento de Teste Discreto - TDT”, chamado também de “Ensino por Tentativas Discretas”, consiste em estimular as crianças a repetir procedimentos constantes, auxiliado por um terapeuta, a fim de obter diferentes respostas.

O método se torna mais eficaz quando realizado em um ambiente controlado, em sala onde só permaneçam a criança e o terapeuta, que deve se colocar na mesma altura que o paciente, seguindo três etapas fundamentais:

1. Estimular a criança seguindo uma lista de habilidades;
2. Observa-se a resposta da criança; e
3. Realiza-se o reforço ou correção do procedimento.

Método Pivotal Response Treatment - PRT

Traduzido como “Tratamento de Resposta Pivotal - TRT” é um método que considera fundamental a resposta da criança, criado devido a percepção dos estudiosos de que muitas crianças apresentavam desinteresse em aprender o que é novo, de modo que se passou a estimular a resposta da criança de forma natural, sem controle previsto, de modo a levar a criança a fazer suas próprias escolhas, nas situações mais naturais, diferenciando-se do método DTT.

Método ESDM - Modelo Denver de Intervenção Precoce

Criado por Sally Rogers, o Modelo Denver de Intervenção Precoce foi baseado nas dificuldades que o autismo traz para as crianças, em seu primeiro ano de desenvolvimento, focado no modelo atual de aprendizagem dos bebês. Rogers explica que "o ESDM foi desenvolvido para dar uma resposta intensiva de intervenção precoce completa a crianças com idades a partir dos 12 meses de idade." (ROGERS e DAWSON, 2014, p.15).

Tendo em vista a necessidade de tornar a criança mais atuante em sua própria vida, o ESDM prioriza a qualificação nas relações sociais, estimulando o desenvolvimento das capacidades das crianças através de jogos e brincadeiras, pois é importante que o momento de terapia seja um momento agradável e atrativo, para que a própria criança tenha vontade de participar.

Sabendo-se que esse modelo prioriza a vertente mais naturalista da ABA, é importante que a atuação do terapeuta aconteça na própria residência do paciente ou mesmo que os pais sejam levados a participar da terapia, para que aprendam e utilizem o modelo em casa, uma vez que o tempo de atuação deste modelo deve ser maior que os demais. Os idealizadores do método, relatam no livro "Intervenção Precoce em Crianças com Autismo" (2015), que não existem estudos que definam qual a melhor intervenção, mas garantem que o ESDM apresenta uma intervenção intensiva e rigorosa, com metodologia comprovada cientificamente:

Estes envolvem troca interpessoal e afeto positivo, compromisso compartilhado com materiais e atividades da vida real, a comunicação verbal e não verbal em curso, um currículo que aborda todos os domínios do desenvolvimento, práticas de ensino com base na teoria de aprendizagem e abordagens de comportamento positivo, uma perspectiva multidisciplinar e individualização do programa de aprendizagem de cada criança. (ROGERS e DAWSON, 2014. p.37)

Os autores do ESDM valorizam o método por se tratar de uma estratégia, onde a criança é o centro, com foco na construção de relações afetivas positivas, pois compreendem que, a partir de uma relação positiva no tratamento e na família, automaticamente a criança buscará o mesmo comportamento nas demais relações sociais, auxiliando assim suas interações sociais por toda a vida.

Método JASPER

Sabendo que JASPER significa "The Joint Attention, Symbolic Play, Engagement & Regulation", em português como "A Atenção Conjunta, Jogo Simbólico, Engajamento e Regulação", esse método é baseado em um conjunto de princípios de desenvolvimento e comunicação, combinados em uma abordagem terapêutica, que foi criado pela Dra. Connie Kasari, na UCLA. Ele é composto pelo uso de estratégias naturalistas, fundamentando-se em comunicação e relação social, visando qualificar a complexidade e a fluência das interações sociais do paciente.

Embora muitas sejam as nuances do tratamento para as crianças com TEA, importa substancialmente a escolha mais adequada para cada criança, uma vez que o tratamento mais eficaz, normalmente é circunscrito individualmente, conforme Nunes (2008):

As crianças com autismo, regra geral, apresentam dificuldades em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas se obtiverem um programa intenso de aulas haverá mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e aprendizagem é um trabalho árduo precisa muita dedicação e paciência da família e também dos professores. É vital que pessoas afetadas pelo autismo tenham acesso a informação confiável sobre os métodos educacionais que possam resolver suas necessidades individuais. (NUNES, 2008, p.4)

Partindo desse pressuposto, vejamos a seguir, a comprovação científica do método ABA.

COMPROVAÇÃO CIENTÍFICA DA EFICÁCIA DA TERAPIA ABA

“Existem muitas hipóteses científicas que estão erradas. Isso é perfeitamente aceitável, elas são a abertura para achar as que estão certas.”
Carl Sagan

Primordialmente é necessário afirmar, que as colocações aqui apresentadas não objetivam reduzir o mérito das demais terapias aplicadas ao autismo, pelo contrário, visa instigar a pesquisa e o diálogo sobre a eficácia da terapia ABA, validada por muitos pesquisadores, cujas intervenções foram analisadas com rigor científico e aprovadas, com comprovação, através dos impactos registrados na vida das crianças.

Em face ao exposto, é importante salientar que ABA não é um método, mas uma ciência e como tal, é analisada através da observação, coleta de dados, checagem feita pelos pares e os resultados apresentados. É dessa forma que os estudos posteriores aos iniciais, vêm comprovando, gradativamente, uma maior eficácia na aplicação da ciência ABA para pessoas com TEA, uma vez que ela busca analisar o comportamento humano, na orientação de intervenções do próprio comportamento, que qualifique e amplie a qualidade de vida das pessoas atendidas através desta ciência.

ABA é o único tipo de terapia que tem sua eficácia comprovada ao longo dos anos, através de estudos científicos que atualizam e validam os anteriores, reconhecidos internacionalmente e é indicada pela Organização Mundial de Saúde - OMS, para intervir no tratamento de pessoas com desenvolvimento atípico, especialmente as pessoas com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autismo, agora denominado apenas como TEA, tem sido estudado há mais de um século, inicialmente sendo compreendido como uma subcategoria da esquizofrenia, o desenvolvimento dos estudos e o conhecimento mais profundo sobre o tema ocasionou uma onda constante de pesquisas e direcionou estudos que comprovam ou não a eficácia de diversos tratamentos utilizados em pessoas com TEA.

A presente pesquisa apresentou a Terapia ABA aplicada ao autismo como parâmetro científico de um tratamento que funciona, comprovada cientificamente através de estudos atuais que validaram os anteriores e acresceram informações para estudos posteriores, sempre apresentando resultados positivos para o uso da análise do comportamento aplicada ao TEA como ferramenta crucial para a qualificação das interações sociais, comunicação e o

consequente desenvolvimento da autonomia desses pacientes, que é o que a família almeja e busca constantemente.

Destarte, é através da indicação da Organização Mundial de Saúde, que a eficácia da terapia supracitada se consolida, além de todos os casos de estudos científicos, onde o resultado positivo é predominante. Outrossim compreende-se, que tais estudos devem permanecer acontecendo, crescendo sua frequência, para que se possa utilizar os resultados no aprimoramento dos métodos, fortalecendo a ciência ABA e conscientizando as famílias e as pessoas com TEA, de que é possível ter uma boa qualidade de vida, conviver socialmente e transformar esses pacientes em sujeitos, protagonistas de sua própria história.

REFERÊNCIAS

- APA, 1952. Diagnostic and Statistical Manual – Mental Disorders. DSM-I. Disponível em <http://dsm.psychiatryonline.org/data/PDFS/dsm-i-pdf>. Acesso em 14.03.13.
- APA, 1968. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders. DSM-II. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/14532307/dsmii>. Acesso em 14.03.13.
- APA, 1987. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders.3ª ed. rev. DSM-III-R. Disponível em <http://dsm.psychiatryonline.org/data/PDFS/dsm-iii-r.pdf>. Acesso em 14.03.13.
- APA, 1994. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders.4ª ed. DSM-IV. Disponível em <http://dsm.psychiatryonline.org/data/PDFS/dsm-iv>. Acesso em 14.03.13.
- APA, 2000. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders. 4ª ed. ver. DSM-IV-TR. Disponível em <http://dsm.psychiatryonline.org/data/PDFS/dsm-iv-tr>. Acesso em 14.03.13.
- APA, 2002. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 4ª ed. Texto Revisado. DSM-IV-TR. Porto Alegre: Artmed.
- APA, 2013. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorder. Disponível em <http://www.dsm5.org/proposedrevision/Pages/proposed-dsm5-organizational-structure-and-disorder-names.aspx>. Acesso em 21.01.13.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em 05.10.2022, às 12:45.
- BRASIL. Lei Brasileira Romeu Mion. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13977.htm> Acesso em 05.10.2022, às 14:25.
- COUTINHO, A. A. et al. DO DSM-I AO DSM-5: EFEITOS DO DIAGNÓSTICO PSIQUIÁTRICO “ESPECTRO AUTISTA” SOBRE PAIS E CRIANÇAS. 2013. Disponível em: . Acesso em: 04/08/2017. DAWSON, Geraldine.; ROGER, Sally J. Conhecimento atual da aprendizagem Infantil e do Autismo. In: DAWSON, Geraldine.; ROGER, Sally J. Intervenção Precoce em Crianças com Autismo. Lisboa: Lidel, 2015. Evolução histórica do autismo. Disponível em <<https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos>> Acesso em 03.10.2022, às 10:33.
- KANNER, L. (1997). Os distúrbios do contato afetivo. In P.S. Rocha (Org.), *Autismos* (pp. 111-170). São Paulo: Escuta. (Trabalho original publicado em 1943).
- ROGERS, S. J.; VISMARA, L.; WAGNER, A. L.; et al. Autism Treatment in the First Year of Life: A Pilot Study of Infant Start, a Parent-Implemented Intervention for Symptomatic Infants. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, vol 44, no 12, bl 2981–2995, 2014.
- RUTTER M. Diagnosis and definitions of childhood autism. *J Autism Dev Disord* 1978;8(2):139-61.
- TAMANAH, A. C.; PERISSINOTO, J.; CHIARI, B. M. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. *Rev. soc. bras. fonoaudiol.*, São Paulo , v. 13, n. 3, 2008 . Disponível em: . Acesso em: 04/09/2022.

UMA REFLEXÃO SOBRE ESCOLA E AFETIVIDADE
A REFLECTION ON SCHOOL AND AFFECTIVITY
UNA REFLEXIÓN SOBRE LA ESCUELA Y LA AFECTIVIDAD

Deocenira Corrêa sa Conceição

CONCEIÇÃO, Deocenira Corrêa da. **Uma reflexão sobre escola e afetividade**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.25, p. 83 – 93, julho/2023. ISSN/2675 – 5203.

RESUMO

A presente obra apresenta ao leitor uma visão geral acerca do conceito de afetividade por pensadores da Educação e a contribuição de sua aplicabilidade no âmbito escolar para o processo de aprendizagem. Com o problema de pesquisa questionando qual a importância da afetividade no contexto escolar, o estudo em pauta justifica-se pela necessidade de compreender as dificuldades institucionais na promoção da afetividade como fator contributivo no processo educacional. Partindo dessa premissa, esta obra objetiva identificar a visão dos professores acerca do uso da afetividade em seu cotidiano escolar, além de discutir a contribuição desta prática na formação não apenas cognitiva do estudante, mas essencialmente no fortalecimento de sua autonomia e construção integral da personalidade, pois o papel da educação solidifica-se como propulsor não apenas de conhecimento, mas sobretudo, da formação integral do estudante, de modo a tornar cada estudante um cidadão seguro, autônomo, consciente de seus direitos e deveres e dono de sua própria história.

Palavras-Chave: Educação. Afetividade. Docente. Autonomia.

ABSTRACT

This work presents the reader with an overview of the concept of affectivity by Education thinkers and the contribution of its applicability in the school environment to the learning process. With the research problem questioning the importance of affection in the school context, the study in question is justified by the need to understand the institutional difficulties in promoting affection as a contributory factor in the educational process. Based on this premise, this work aims to identify teachers' views on the use of affectivity in their daily school life, in addition to discussing the contribution of this practice to not only the student's cognitive formation, but essentially to strengthening their autonomy and integral construction of personality, because the role of education solidifies as a driver not only of knowledge, but above all, of the student's comprehensive training, in order to make each student a safe, autonomous citizen, aware of their rights and duties and owner of their own history.

Keywords: Education. Affectivity. Teacher. Autonomy.

RESUMEN

Este trabajo presenta al lector una visión general del concepto de afectividad por parte de los pensadores de la Educación y el aporte de su aplicabilidad en el ámbito escolar al proceso de aprendizaje. Con el problema de investigación que cuestiona la importancia del afecto en el contexto escolar, el estudio en cuestión se justifica por la necesidad de comprender las dificultades institucionales en la promoción del afecto como factor contribuyente en el proceso educativo. Partiendo de esta premissa, este trabajo tiene como objetivo identificar las visiones de los docentes sobre el uso de la afectividad en su cotidiano escolar, además de discutir el aporte de esta práctica no sólo a la formación cognitiva del estudiante, sino fundamentalmente al fortalecimiento de su autonomía y construcción integral. de la personalidad, porque se solidifica el papel de la educación como impulsora no sólo del conocimiento, sino sobre todo, de la formación integral del estudiante, con el fin de hacer de cada estudiante un ciudadano seguro, autónomo, consciente de sus derechos y deberes y dueño de los suyos propios. historia.

Palabras clave: Educación. Afectividad. Maestro. Autonomía.

INTRODUÇÃO

Falar de afetividade na escola não é pensar numa mera troca de carinhos. Sabemos que apesar de existirem muitos estudos sobre o presente tema, ainda se faz necessário que exista muitas reflexões e que as mesmas não se esgotem no âmbito educacional.

Dentre as inúmeras responsabilidades das instituições escolares, o compromisso com a aprendizagem e o desenvolvimento de seus estudantes se faz prioridade, independente de seu

porte e nível de atuação. Considerando-se que cada estudante traz consigo suas particularidades, incontáveis facilidades e dificuldades e levando em consideração que formar, vai muito além de ensinar (FREIRE, 2007), é importante clarificar que a escola deve se apresentar como um ambiente propício ao desenvolvimento, capaz de assegurar oportunidades para que cada indivíduo desenvolva ao máximo suas competências, pois de acordo com o que nos afirma o célebre Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire (1996): “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”, e por isso o foco da educação, são os estudantes.

Nesse sentido, observamos o quanto é importante que a escola faça uso da afetividade para estimular habilidades que corroborem com o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

Para tanto, pretendemos refletir qual a importância da afetividade no contexto escolar?

Como objetivo geral, propusemos analisar a contribuição da afetividade na educação. Para nortear o trabalho de pesquisa foram estabelecidos como objetivos específicos: definir afetividade; conceituar afetividade numa perspectiva reflexiva de acordo com estudiosos do assunto; refletir sobre a influência da afetividade na aprendizagem.

A abordagem do tema se dá através da pesquisa bibliográfica que oportunizaram analisar o conceito da afetividade proporcionando observações que possibilitaram refletir a importância da mesma na práxis escolar.

Por fim, apresentamos uma obra estruturada em capítulos, onde iniciamos o estudo discorrendo sobre afetividade. Em seguida, apresentamos o conceito da afetividade por pensadores da Educação como Freire (1996), Piaget (1968), Wallon (1975), Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017), perpassando pelos conceitos associados à afetividade tratada por Goleman (1999), Cury (2011), dentre outros.

A AFETIVIDADE

“Sem afeto não haveria interesse, nem necessidade, nem motivação; e conseqüentemente, perguntas ou problemas nunca seriam colocados e não haveria inteligência. A afetividade é uma condição necessária na constituição da inteligência”.

Jean Piaget

Para melhor compreensão deste estudo, é importante definir a afetividade. De acordo com o Dicionário Online de Língua Portuguesa, afetividade é: “o conjunto dos fenômenos afetivos (tendências, emoções, sentimentos, paixões etc.). Força constituída por esses fenômenos, no íntimo de um caráter individual.” (DICIONÁRIO ONLINE DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2023)

Epistemologicamente, é um termo que deriva da palavra afetivo/afeto. É portanto, uma dimensão importante na constituição humana, uma vez que as emoções e os sentimentos estão presentes em todas as formas de expressão do sujeito. Barreto (1988), considera a afetividade como:

[...] o conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob as formas de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre de impressão de dor ou de prazer, de

satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza. (BARRETO, 1988, p.71).

Compreendendo que a afetividade é a mistura de diferentes sentimentos, que irão possibilitar ao sujeito uma vida emocional plena e equilibrada, vale ressaltar que também deve ser considerada de forma prioritária na escola, tendo em vista que o desenvolvimento desta dimensão emocional pode influenciar positiva ou negativamente, na construção da personalidade do ser em construção.

Em face ao exposto, apesar de a afetividade no ambiente escolar ser um tema comumente abordado em diversas oportunidades de reflexão na escola, nunca se chegou a um consenso sobre o assunto, pois cada professor tem a sua opinião e, a concordância ou discordância é uma das principais investigações que o presente estudo propõe.

Tassoni (2000), objetivando analisar tais aspectos afetivos no cotidiano escolar, registrou em sua pesquisa que os laços afetivos influenciam no processo de ensino aprendizagem. Se já existe uma certa dificuldade de interação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde as crianças são instigadas a relacionar-se de maneira agradável com todos os agentes da educação que permeiam sua estadia na escola, que dirá os jovens adolescentes, que estão se descobrindo nesse período, época em que seus hormônios se afloram e toda e qualquer interação adquire uma importância maior do que a comum.

PAULO FREIRE E A AMOROSIDADE NA EDUCAÇÃO

Paulo Reglus Neves Freire, nascido em 1921, teve sua trajetória encerrada em meados de 1997. Considerado o Patrono da educação brasileira, Paulo Freire trata da afetividade em suas diversas obras, considerando a importância deste sentimento no ato de transferir conhecimento. Para Freire (1996):

É na convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos sócio histórico-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando. Pressupõe romper com concepções e práticas que negam a compreensão da educação como uma situação gnosiológica. (FREIRE, 1996, p. 11).

Percebe-se, sobretudo, que a amorosidade de que trata Freire, vai muito além de demonstrações de afeto, envolve mais o cuidado com o outro e com seus sentimentos, em seu discurso há sempre uma preocupação com a justiça, com a igualdade e principalmente, com o respeito.

O autor clarifica que a amorosidade é a demonstração concreta do profundo amor ao ser humano, que move o diálogo que sustenta a vida e a formação de coletivos críticos e libertários. Essa amorosidade que escuta; que estimula a pronúncia da palavra; palavra que é diálogo; é práxis. (FREIRE, 1987)

O cotidiano escolar já traz consigo inúmeros desafios e complexidades que, a depender do modo como são encarados podem representar uma forte barreira na relação professor-aluno. Tal barreira pode se intensificar quando, a falta de compreensão e de diálogo, que fundamentam a prática pedagógica, se aplicam aos estudantes com deficiência, tendo em vista suas limitações e necessidades, que implicam, muitas vezes, na dedicação total do professor em dado momento.

Destarte, é válido destacar a importância da dedicação e do empenho de todos os agentes que promovem a educação, uma vez que para se compreender o outro, faz-se necessário o uso da empatia e do altruísmo, que quase sempre fazem a diferença na relação entre as pessoas, pois tudo que é realizado com amor emana muito mais interesse, alegria e disposição.

Outrossim, tratando sobre amorosidade, Freire cria o conceito de “ouvirtude”, que define como uma atitude necessária ao diálogo, que é a base para um processo de ensino-aprendizagem exitoso. Virtude seria, desse modo, a escuta atenta e amorosa, que valoriza o locutor de modo a encorajá-lo a apresentar suas ideias e desejos, fortalecendo sua autonomia. (FREIRE, 2007) Tal prática nunca foi comum nas escolas do século passado e ainda caminha para consolidação nos dias atuais, tendo em vista que o mundo como se apresenta hoje é efêmero e as pessoas estão muito mais preocupadas com os seus problemas, especialmente após a pandemia do covid-19, que transformou a realidade de estudantes e professores, deixando-os muito mais ansiosos e preocupados.

É importante ressaltar que tanto na escola quanto na vida, aprendemos muito mais através dos exemplos do que das palavras, mas ainda assim, Freire além de demonstrar as atitudes de amorosidade por onde passava, deixou um grande legado para a educação, que podemos resumir em uma de suas mais célebres frases: “A leitura do mundo precede a leitura das palavras.” (FREIRE, 2001)

JEAN PIAGET E A AFETIVIDADE

Jean William Fritz Piaget, nasceu em 09 de agosto de 1896, em Neuchâtel - Suíça. Dentre sua formação compreende-se a biologia, a psicologia e a epistemologia, que o tornaram referência na educação até os dias atuais.

Levando em consideração suas descobertas, que fomentam o ensino até os dias atuais, afirmar que o afeto desempenha um papel importantíssimo no desenvolvimento das habilidades cognitivas é incontestável. Sem ele não haveria motivação, os estudantes não apresentaram interesse em aprender e muito em ir à escola. No entanto, não é apenas o afeto que baliza o desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes na escola. (PIAGET, 1962)

Piaget (1962) considera que a afetividade tem uma grande contribuição no desenvolvimento da inteligência humana e remete à explicação, considerando duas situações: a primeira é que “na relação entre inteligência e afeto, podemos postular que o afeto faz ou pode causar a formação de estruturas cognitivas” e a segunda é:

O afeto explica a aceleração ou retardamento da formação das estruturas; aceleração no caso de interesse e necessidade, retardamento quando a situação afetiva é obstáculo para o desenvolvimento intelectual, como no excelente estudo de Spitz sobre o hospitalismo. Nessa interpretação, a afetividade explica a aceleração ou retardamento mas não a causa da formação da estrutura. Embora uma condição necessária, a afetividade não é condição suficiente na formação da estrutura, que na cognição, é autônoma. Por exemplo, numa estrutura aritmética como $7+5=12$, a compreensão da igualdade pode ser retardada por certas situações afetivas, ou pode ser acelerada onde o interesse estiver envolvido. Em ambos os casos, o sujeito acabará por aceitar que $7+5=12$. Isto mostra a estrutura independente do afeto, mesmo que sua construção possa ser motivada, e por consequência acelerada ou retardada por sentimentos, interesse e afeto. (PIAGET, 1962, p.10)

Levando em consideração as duas abordagens, explicitadas pelo autor, é notória a compreensão de que o afeto é um dos principais pilares que alicerçam uma boa educação e a aprendizagem significativa.

De acordo com Piaget, uma das suas principais descobertas é que os mecanismos de construção dos conceitos morais e cognitivos são os mesmos, daí é que se compreende a maneira como as pessoas aprendem, assimilando as experiências vividas aos esquemas afetivos, da mesma maneira que assimilam os conceitos e conhecimentos adquiridos às estruturas cognitivas.

Em confirmação ao supra exposto, Piaget é citado por Aranha (2003):

[...] o desenvolvimento intelectual é considerado com tendo dois componentes: o cognitivo e o afetivo, para ele o desenvolvimento afetivo se dá paralelamente ao cognitivo e tem uma profunda influência sobre o desenvolvimento intelectual. Segundo Piaget, o aspecto afetivo por si só não pode modificar as estruturas cognitivas, mas pode influenciar que estruturas se modifiquem. (PIAGET apud ARANHA, 2003)

Sendo assim, é primordial que o educador e os demais agentes da educação considerem o papel da afetividade em seus processos educativos, pois mesmo aqueles estudantes que não vivenciam a amorosidade e afetividade em seus lares, necessita experienciar de algum modo na escola, para que relacionam tal sentimento à aquisição dos conhecimentos adquiridos em sala de aula e dessa maneira, possam construir uma personalidade segura, autônoma e confiante, que possa ser capaz de tomar decisões assertivas e consolidar-se como sujeito de sua própria história.

A AFETIVIDADE PARA HENRI WALLON

“O espaço não é primitivamente uma ordem entre as coisas, é antes uma qualidade das coisas em relação a nós próprios, e nessa relação é grande o papel da afetividade, da pertença, do aproximar ou do evitar, da proximidade ou do afastamento.”

Henri Wallon

Henri Wallon, nascido em 1879, na França, foi um dos primeiros estudiosos a abordar a afetividade de modo mais profundo, analisando a contribuição desta para o desenvolvimento integral do ser humano.

Para ele, o homem resulta de suas influências fisiológicas e sociais, fundamentadas nos aspectos orgânicos e sociais para o desenvolvimento de sua personalidade. É nesse contexto que ele exprime a capacidade do homem perceber e interpretar o mundo a partir de suas emoções:

O eu e o outro constituem-se, então, simultaneamente, a partir de um processo gradual de diferenciação, oposição e complementaridade recíproca. Compreendidos como um par antagônico, complementam-se pela a própria oposição. De fato, o Outro faz-se atribuir tanta realidade íntima pela consciência como o Eu, e o Eu não parece comportar menos aparências externas que o Outro (WALLON, 1975, p.159)

Partindo dessa premissa, o autor afirma que as interações vão moldar a personalidade do sujeito e a forma como ele irá experienciar e interagir com a sua realidade, pois o clima

emocional determina as atitudes do ser humano, a partir de suas experiências prévias e os sentimentos a que cada situação o remete.

O desenvolvimento humano, para Wallon (1975), é possível a partir da interação na tríade das dimensões psíquicas: a motora, cognitiva e a afetiva, que somente pode acontecer, a partir de uma conexão com o seu próprio corpo e com o mundo social em que está inserido.

Nessa perspectiva, surge a teoria da afetividade, criada por Wallon. A Teoria da Afetividade apresenta a necessidade de se considerar o estudante não apenas em sua capacidade cognitiva, mas considerá-lo como um ser em construção, que leve o professor a refletir sobre todo e qualquer método de ensino que não considere a relação entre a afetividade, o desenvolvimento motor e cognitivo, uma vez que todos, independentemente de suas origens étnicas, sociais ou econômicas, para que de modo justo, todos os estudantes possam ter o mesmo direito às oportunidades que favoreçam ao máximo o desenvolvimento de suas habilidades.

Ainda de acordo com Wallon (1975), o ser humano é capaz de ter o domínio funcional sobre todos os aspectos de seu corpo, considerando a afetividade com a capacidade de afetar e de ser afetado, a emoção como exteriorização da afetividade, levando em conta que ela se torna contagiosa, pois uma feliz e sorridente pode atrair os demais para esse mesmo estado emocional ou ao contrário. Wallon apresenta ainda o sentimento como a capacidade representacional da afetividade, o que conseqüentemente, leva à paixão, que oportunizaram o aparecimento do autocontrole.

A AFETIVIDADE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2017)

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC foi atualizada em meados de 2017, para adequar o currículo à nova realidade da escola e do mundo globalizado. Nesse sentido, procurou-se compreender as dimensões que os estudos atuais revelam ter participação significativa no desenvolvimento humano e dentre elas, destaca-se a inteligência emocional.

Difundida por Daniel Goleman, o livro “Inteligência Emocional: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente”, lançado em sua primeira edição no ano 1995, teve grande repercussão no mundo inteiro, especialmente nas áreas educacionais e administrativas, por apresentar o conceito de que a emoção pode definir e/ou redefinir quem somos e o que fazemos. Goleman (1995) apresenta a importância do autoconhecimento, quando aborda que:

O ensino de Sócrates “conhece a si mesmo” para perceber os sentimentos de uma pessoa ao mesmo tempo em que ocorrem, constitui a pedra angular da inteligência emocional. (GOLEMAN, 1995)

A referência de Goleman a Sócrates, referindo-se ao autoconhecimento como pedra angular do desenvolvimento da inteligência, também vai ser mencionado nas novas habilidades difundidas para o currículo do Ensino Fundamental, através da alteração na BNCC (2017).

As cinco competências socioemocionais da BNCC estão intimamente associadas e compreendidas nas 10 competências gerais, propostas pela Base, para fundamentar todo o processo de ensino-aprendizagem, durante o ano letivo. Levando em consideração o que Goleman (1995) afirma sobre a atualidade a interpretação do mundo pelos jovens:

A nova ninhada de nativos deste mundo digital é tão hábil no uso de teclados quanto desajeitada na interpretação, em tempo real, do comportamento de outras pessoas, especialmente no que se refere à constatação da consternação causada pela rapidez com que interrompa uma conversa para ler uma mensagem de texto que eles acabaram de receber. (GOLEMAN, 1995, online)

É que se compreende a real necessidade de a escola atuar também no desenvolvimento socioemocional, sobretudo em um mundo em que as informações e os conteúdos chegam a todo tempo e se esvaem de maneira efêmera, a educação assume o papel de corresponsável pela formação integral do estudante, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental.

O contexto destes estudantes, citado pela própria BNCC (2017) diz que:

Os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, as possibilidades intelectuais e a capacidade de raciocínios mais abstratos. Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentralização, “importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (BRASIL, 2010).

É nítida a preocupação com a organização da estrutura integral destes estudantes, o desenvolvimento de suas personalidades e a oportunidade de contribuição para construção de um ambiente educacional mais igualitário, justo e digno para todos. Assim, surgem como prioridades, cuidados e ações que outrora eram irrelevantes para os docentes, tais como a maneira como se vislumbra o estudante, agora como um sujeito em construção e dono da sua própria história:

As mudanças próprias dessa fase da vida implicam a compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais próprias, que demandam práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades e diferentes modos de inserção social. (BNCC, 2017)

Partindo dessa premissa, aumenta-se a compreensão da importância de trabalhar, desenvolver e vivenciar as habilidades socioemocionais, em busca de propiciar aos estudantes deste nível de ensino, o desenvolvimento de habilidades que os auxiliem não apenas na leitura ou interpretação de problemas matemáticos, mas que estes conhecimentos se estendem para a vida, oportunizando-lhes melhores condições de diálogo, para compreensão e vivências no meio em que estão inseridos.

É por isso que a BNCC (2017) propõe o desenvolvimento de cinco habilidades socioemocionais: AUTOCONHECIMENTO - Capacidade de entender as próprias emoções e avaliar seus pontos e fracos; AUTOCONTROLE - Habilidade de se automotivar, controlar os impulsos, definir metas, ter planejamento e organização; CONSCIÊNCIA SOCIAL - Envolvimento do estudante com o próximo, levando em conta a empatia, o respeito, a aceitação das diferenças; HABILIDADES SOCIAIS - Manifestação de ações de escuta ativa, comunicação clara e cooperação com os colegas; TOMADA DE DECISÃO RESPONSÁVEL - Capacidade de realizar escolhas pessoais, levando em conta padrões éticos e morais.

Justifica-se portanto, a inserção de tais habilidades e competências na BNCC (2017), uma vez que a preocupação atual com os estudantes não se encerra apenas na maneira como eles adquirem e apresentam os conhecimentos, mas especialmente, na preparação destes

estudantes para a vida, na construção da capacidade humana de tomar suas próprias decisões, assertivamente, assim como solucionar problemas e viver em sociedade, de modo igualitário, reconhecendo seus direitos e deveres, o que torna a escola um lugar de construção, sobretudo, de cidadãos.

Diante do exposto, clarifica-se a associação da premissa de Goleman (1995), quando cita Sócrates, conforme supramencionado, pois o autoconhecimento é a fundamentação para o desenvolvimento de quaisquer habilidades socioemocionais, pois não se pode conhecer o outro, valorizá-lo e compreendê-lo, quando não nos conhecemos primeiramente.

Retoma-se nesse contexto, a importância da afetividade proposta por Piaget (1962) e Wallon (1975) e a amorosidade, proposta por Freire (1997), que conforme supra exposto, se complementam e possibilitam o desenvolvimento máximo das habilidades e competências discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou conceitos e reflexões sobre a afetividade mediante visão de estudiosos, que a abordaram analisando a contribuição desta para o desenvolvimento integral do ser humano.

Sabemos que o cotidiano escolar já traz consigo inúmeros desafios e complexidades que, a depender do modo como são encarados podem representar uma forte barreira na relação professor-aluno. Tal barreira pode se intensificar quando acontece a falta de compreensão e de diálogo na prática pedagógica.

Destarte, é válido destacar a importância da dedicação e do empenho de todos os agentes que promovem a educação, uma vez que para se compreender o outro, faz-se necessário o uso da empatia e do altruísmo, que quase sempre fazem a diferença na relação entre as pessoas, pois tudo que é realizado com amor emana muito mais interesse, alegria e disposição.

Compreendendo que a afetividade é a mistura de diferentes sentimentos, que irão possibilitar ao sujeito uma vida emocional plena e equilibrada, vale ressaltar que também deve ser considerada de forma prioritária na escola, tendo em vista que o desenvolvimento desta dimensão emocional pode influenciar positiva ou negativamente, na construção da personalidade do ser em construção.

Percebemos que, apesar de a afetividade no ambiente escolar ser um tema comumente abordado em diversas oportunidades de reflexão no âmbito escolar, nunca se chegou a um consenso sobre o assunto, pois cada professor tem a sua opinião.

É notória a compreensão de que o afeto é um dos principais pilares que alicerçam uma boa educação e a aprendizagem significativa. A afetividade tem papel fundamental no desenvolvimento cognitivo do estudante.

A Teoria da Afetividade apresenta a necessidade de se considerar o estudante não apenas em sua capacidade cognitiva, mas considerá-lo como um ser em construção, que leve o professor a refletir sobre todo e qualquer método de ensino que não considere a relação entre a afetividade, o desenvolvimento motor e cognitivo, uma vez que todos, independentemente de suas origens étnicas, sociais ou econômicas, para que de modo justo, todos os estudantes possam ter o mesmo direito às oportunidades que favoreçam ao máximo o desenvolvimento de suas habilidades.

Justifica-se portanto, a inserção de tais habilidades e competências na BNCC (2017), uma vez que a preocupação atual com os estudantes não se encerra apenas na maneira como eles adquirem e apresentam os conhecimentos, mas especialmente, na preparação destes estudantes para a vida, na construção da capacidade humana de tomar suas próprias decisões, assertivamente, assim como solucionar problemas e viver em sociedade, de modo igualitário, reconhecendo seus direitos e deveres, o que torna a escola um lugar de construção, sobretudo, de cidadãos. Assim, podemos concluir que a afetividade é de grande relevância para a educação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Targelia de Souza. Paulo Freire ontem e hoje – textos e contextos. Recife: Prazer de Ler, 2013.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofando Introdução à Filosofia*. 3. Ed. São Paulo, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman & view=download alias=13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf & Itemid=30192>. Acesso em: 12 abr. 2015.
- CORTELLA, Mário Sérgio. *Qual é a tua obra? Proposições Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética*. 19 ed. São Paulo: Vozes, 2017.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 42.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 87 p.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- _____. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'água, 1997.
- PIAGET, Jean. The relation of affectivity to intelligence in the mental development of the child. [translate. by Pitsou Hartocollis]. In *Bulletin of the Menninger Clinic*. – 1962, vol. 26, no 3. Three lectures presented as a series to the Menninger school of psychiatry March, 6, 13 and 22, 1961. Publicação original em língua inglesa, 1962.
- PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Ed Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1997
- VASCONCELOS, Mário Sérgio, *A afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas*. Educ. Soc., Campinas, vol.25, maio/agosto, 2004.
- WALLON, Henri. *A psicologia genética*. Trad. Ana Ra. In. *Psicologia e educação da infância*. (1973/1975). Lisboa: Estampa (coletânea).

INCLUSÃO: O PAPEL DOCENTE NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

INCLUSION: THE TEACHER'S ROLE IN SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE - AEE

INCLUSIÓN: EL PAPEL DEL DOCENTE EN EL SERVICIO EDUCATIVO ESPECIALIZADO - AEE

Deocenira Corrêa sa Conceição

CONCEIÇÃO, Deocenira Corrêa da. **Inclusão: O papel docente no Atendimento Educacional Especializado - AEE.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.25, p. 93 – 103, julho/2023. ISSN/2675 – 5203.

RESUMO

O presente estudo apresenta ao leitor uma visão geral acerca da educação inclusiva, do papel docente e do atendimento educacional especializado no âmbito escolar para o processo de aprendizagem. A educação inclusiva é garantida por lei. Com o problema de pesquisa questionando qual a importância do papel do professor no processo de inclusão escolar, o estudo em pauta justifica-se pela necessidade de compreender as dificuldades que tais profissionais enfrentam na prática da inclusão. Partindo dessa premissa, esta obra objetiva analisar a importância do papel do docente no processo de inclusão escolar, além de discutir a contribuição desta prática na formação não apenas cognitiva do estudante, mas essencialmente no fortalecimento de sua autonomia e construção integral.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Docente. Escola. Autonomia.

ABSTRACT

The present study presents the reader with an overview of inclusive education, the teaching role and specialized educational assistance at school for the learning process. Inclusive education is guaranteed by law. With the research problem questioning the importance of the teacher's role in the school inclusion process, the study in question is justified by the need to understand the difficulties that such professionals face in the practice of inclusion. Based on this premise, this work aims to analyze the importance of the teacher's role in the school inclusion process, in addition to discussing the contribution of this practice to not only the student's cognitive formation, but essentially to strengthening their autonomy and integral construction.

Keywords: Inclusive Education. Teacher. School. Autonomy.

RESUMEN

El presente estudio presenta al lector una visión general de la educación inclusiva, el rol docente y la asistencia educativa especializada en la escuela para el proceso de aprendizaje. La educación inclusiva está garantizada por ley. Con el problema de investigación que cuestiona la importancia del papel del docente en el proceso de inclusión escolar, el estudio en cuestión se justifica por la necesidad de comprender las dificultades que tales profesionales enfrentan en la práctica de la inclusión. Partiendo de esta premissa, este trabajo tiene como objetivo analizar la importancia del papel del docente en el proceso de inclusión escolar, además de discutir el aporte de esta práctica no sólo a la formación cognitiva del estudiante, sino fundamentalmente al fortalecimiento de su autonomía y construcción integral.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Maestro. Escuela. Autonomía.

INTRODUÇÃO

A inclusão na escola não é concretizada com uma simples realização da matrícula da criança com deficiência ou outras dificuldades. É notório que apesar de existirem leis, muitos estudos, discussões sobre a temática, ainda se faz necessário que existam muitas reflexões sobre a realidade e que as mesmas não se esgotam no âmbito educacional.

Sabemos que são inúmeras as responsabilidades das instituições escolares, dentre elas o compromisso com a aprendizagem e o desenvolvimento de seus estudantes se faz prioridade,

independente de seu porte e nível de atuação. Cada educando apresenta suas particularidades, habilidade, dificuldades e considerando que forma, vai além de ensinar (FREIRE, 2007), se faz necessário esclarecer que a escola deve se apresentar como um ambiente propício ao desenvolvimento, capaz de assegurar oportunidades para que cada indivíduo desenvolva ao máximo suas competências, conforme diz Paulo Freire (1996): “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Assim, pretendemos analisar qual a importância do papel do professor na inclusão escolar?

Como objetivo geral, propusemos analisar o papel do docente no processo de inclusão escolar. Para nortear o trabalho de pesquisa foram estabelecidos como objetivos específicos: discorrer sobre a educação inclusiva no Brasil; falar da docência e inclusão na sala de aula; entender como se dá o atendimento educacional especializado.

A abordagem do tema se dá através da pesquisa bibliográfica que oportunizaram analisar a temática proporcionando observações que possibilitaram refletir a importância do professor na inclusão escolar.

INCLUSÃO

A inclusão é um tema ainda muito discutido em todo o mundo, especialmente no Brasil. De acordo com o IBGE, existem 17,3 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, o que representa 8,4% da população geral brasileira. O IBGE ainda divulgou, em agosto de 2021, que 67% das pessoas com algum tipo de deficiência não têm sequer o ensino fundamental incompleto. Por isso, vale lembrar um pouco da história da educação inclusiva, para compreender os números da atualidade.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A Educação Inclusiva, propriamente dita, surgiu no mundo em meados dos anos 90, com a Conferência Mundial da Educação Especial e a seguir, em 1994, definiram-se os princípios e práticas da Educação Especial, através da Declaração de Salamanca, influenciando e instigando as políticas públicas da Educação em todo o mundo. (UNESCO, 1994).

Diante do exposto, abordaremos no item a seguir, um breve histórico do desenvolvimento e da implantação da Educação Inclusiva no Brasil.

Um breve histórico sobre a inclusão no Brasil

Tendo em vista a pesquisa bibliográfica ora realizada, abordaremos o histórico brasileiro, diante da legislação publicada, cronologicamente apontando os avanços da Educação Inclusiva no Brasil, cujo quadro abaixo explicita:

Quadro 01 - Histórico da Legislação Brasileira sobre a Inclusão

ANO	LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO
1961	Lei nº 4.024/61	Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
1988	Constituição Federal Brasileira	O Artigo 208 trata da Educação Básica obrigatória, instituindo como dever do estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Institui, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, em seus Artigos 205 e 206.
1989	Lei nº 7.853/89	Dispõe sobre a socialização e integração das pessoas com deficiência. Obriga a inserção no sistema educacional, com oferta gratuita e obrigatória para o grupo supramencionado, em escolas públicas e privadas. Institui responsabilidade ao poder público, de garantir a matrícula compulsória em cursos regulares, às pessoas com deficiência, com capacidade de integração social.
1990	Lei nº 8.069	Conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, garante o Atendimento Educacional Especializado aos estudantes com deficiência, prioritariamente no ensino público.
1994	Política Nacional de Educação Especial	Considerada um regresso, essa política pública propõe uma “integração instrucional”, tornando seletivo o grupo de crianças com deficiência, classificado como aquele capaz de acompanhar os padrões curriculares exigidos para as crianças “normais”.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB	Com um capítulo especial para a Educação Especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Determina ainda que o Atendimento Educacional “será feito em classes, escolas ou serviços

		especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”.
1999	Decreto nº 3.298/99, regulamenta a Lei nº 7.853/89	Dispõe sobre a política nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência - PPD. Tal lei busca assegurar a plena integração social da PPD, instituindo como modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino a Educação Especial.
2001	Resolução CNE/CEB nº 02	O Conselho Nacional de Educação - CNE especifica Diretrizes Nacionais para a Educação Especial em todos os níveis da educação Básica. O texto apresenta a possibilidade da substituição do ensino regular pelo atendimento especializado, “assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado”.
2002	Lei nº 10.436/02	Estabelece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras).
2002	Portaria do MEC nº 2.678/02	Aprova normas para o uso, o ensino, a difusão do Braille em todas as modalidades de Educação.
2003	Programa Educação Inclusiva - MEC	Estabelece os direitos à Diversidade, buscando apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, através da garantia do acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e a garantia da acessibilidade, que promova uma formação adequada de professores, preparados para atuar na disseminação da Educação Inclusiva.
2005	NAAH/s	Implantação dos Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S em todos os estados e no Distrito Federal, com vistas à oferta do atendimento educacional especializado, a orientação às famílias e a formação continuada aos professores, estabelecendo a organização da política de educação inclusiva, que garanta os direitos aos estudantes da rede pública de ensino.

2006	Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Uma parceria entre os Ministérios da Justiça, Educação (MEC), UNESCO e Secretaria Especial de Direitos Humanos, resultou na criação de um Documento, onde entre as metas está a inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas.
2007	PDE - Decreto nº 6.094/07	O Plano Nacional de Educação - PDE estabelece diretrizes para a análise da infraestrutura das escolas, com prioridade para a acessibilidade nos prédios escolares, bem como o acompanhamento da formação docente para atuação nas salas de recursos multifuncionais.
2008	Decreto nº 6.571/08	Institui o Atendimento Educacional Especializado - AEE na Educação Básica, definindo as atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade que complementam a formação dos estudantes no ensino regular. Exige que a oferta do AEE esteja inserida no Projeto Pedagógico da Escola.
2009	Resolução nº 04/09	Dispõe sobre as orientações para escola acerca da oferta do AEE na educação básica, instituindo o atendimento no contraturno e prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais.
2011	Decreto nº 7.611/11	Revoga o decreto Nº 6.571 de 2008 e estabelece novas diretrizes para o dever do Estado com a Educação das pessoas público-alvo da Educação Especial.
2012	Lei nº 12.764/12	Institui uma Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com TEA..
2014	PNE _ Plano Nacional de Educação	O PNE busca “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”.

2015	Lei nº 13.146/15	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
2019	Decreto nº 9.465/19	Estabelece a criação da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, encerrando as atividades da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).
2020	Decreto nº 10.502/20	Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Fonte: Elaboração da autora, 2022

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

A Lei Federal nº 13.146 de 06 de julho de 2015, instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Esta lei é composta de 127 artigos, distribuídos entre dois livros e assinada pela então Presidente da República Dilma Rousseff, cujo abordagem do Livro I se estende acerca das disposições preliminares, dos direitos fundamentais, da acessibilidade e da ciência e tecnologia, enquanto o Livro II, também constando quatro títulos discorre sobre a parte especial de acesso à justiça, dos crimes e das infrações administrativas, das disposições finais e transitórias e da tutela, curatela e da tomada de decisão apoiada.

Em seu primeiro artigo, a LBI já apresenta os objetivos primordiais de sua existência, como segue:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno. (BRASIL, 2015)

Em face ao exposto, as condições de igualdade devem ser asseguradas pela referida lei, que em seu capítulo II, que trata da igualdade e da não discriminação, deixa extremamente claro o que se considera discriminação acerca da pessoa com deficiência, para que não haja dificuldade alguma em reconhecer-se comportamentos adequados e inadequados, decorrentes da configuração da supraexposta, em seu artigo 4º:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa. (BRASIL, 2015)

Ainda sobre a referida lei, o seu capítulo IV, do Livro I, dedica-se a apontar o direito à educação, onde a abordagem em seus artigos 27 a 30, apresentam os direitos dedicados às pessoas com deficiência, no âmbito da educação, quais sejam:

Quadro 03 - Do Direito à Educação

ARTIGO	DIREITO
Nº 27	<p>Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.</p> <p>Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.</p>
Nº 28	<p>Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar [...]</p>
Nº 29	VETADO
Nº 30	<p>Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:</p> <p>I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;</p> <p>II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;</p> <p>III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;</p> <p>IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;</p> <p>V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;</p> <p>VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio</p>

	da modalidade escrita da língua portuguesa; VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.
--	--

Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

Tendo em vista a LBI como fonte propulsora da disseminação dos direitos da pessoa com deficiência, tornou-se muito mais ágil a resolução dos casos que se acumulavam nas escolas acerca dos direitos à matrícula e à manutenção dos estudantes com deficiência nas instituições de ensino.

O PAPEL DOCENTE NA INCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O PROFESSOR E A INCLUSÃO NA SALA DE AULA REGULAR

*“A gente só encanta, quando se encanta.
Se eu não estiver encantado com o meu objeto de conhecimento,
Eu não posso encantar o outro.”*
Mário Sérgio Cortella

O professor tem papel fundamental na utilização positiva de uma imagem positiva em sala de aula, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, pois o jovem reflete e imita o comportamento de quem admira e respeita e sendo o professor, um exemplo de encantamento, sugere que tudo o que ele faz, deve ser repetido porque é bom e correto, pois de acordo com Arroyo (2000):

Teríamos que conseguir que os outros acreditem no que somos. Um processo social complicado, lento, de desencontros entre o que somos para nós e o que somos para fora [...] Somos a imagem social que foi construída sobre o ofício de mestre, sobre as formas diversas de exercer este ofício. Sabemos pouco sobre a nossa história (ARROYO, 2000, p.29).

Isto posto, percebe-se que o autoconhecimento é de suma importância para o educador que deseja transformar a realidade à sua volta, entretanto, este precisa compreender-se como ser humano, passivo de erros, que devem ser encarados com sabedoria e persistência para transformá-los no que verdadeiramente importa, que é a união de afetividade e disciplina, mistura que pode enredar um ano letivo cheio de conquistas e sucesso, como nos fala Freire (1996):

Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura racionalista. Nem tampouco jamais compreendi a prática educativa como uma experiência a que faltasse rigor em que se gera a necessária disciplina intelectual (FREIRE, 1996, p. 146).

Diante disso, basta refletir um pouco para compreender que a inclusão nas salas de aula

regular deve-se majoritariamente, ao comportamento docente frente às adversidades e possibilidades que o cotidiano educacional traz. A inclusão não apenas dos estudantes com deficiência, mas sobretudo daqueles que fazem parte das minorias, deve fazer parte do processo de aprendizagem, não apenas como uma aula extra, sobre um ou outro tema aleatório, mas como um recurso contínuo, de base igualitária, que acompanha o educador dedicado e comprometido, usando todos os recursos de que dispõe para tornar sua aula atrativa, que desperte o interesse em todos os estudantes, independente de suas limitações, de participar do que se propõe, construindo assim uma maneira justa de ensinar e aprender.

SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

“Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra.”

Rubem Alves

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial (DOEE) para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, compreende-se a Educação Especial como:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2009)

Tendo em vista as orientações da Resolução nº 04/2009, que institui as Diretrizes supramencionadas, o atendimento aos estudantes com deficiência na sala de recursos, tem como finalidade organizar os procedimentos pedagógicos e de acessibilidade adequados à cada realidade, para que o processo de ensino-aprendizagem seja participativo e eficaz, de modo que auxilie o estudante no seu processo de desenvolvimento da autonomia e fortalecimento de ações dentro e fora da escola.

Os recursos e procedimentos adequados à Educação Especial são aqueles que, ainda segundo as DOEE (2009) para o Atendimento Educacional Especializado (AEE):

Consideram-se serviços e recursos da educação especial aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares. (BRASIL, 2009)

Isto posto, compreende-se que o profissional da educação especial deve ter um olhar diferenciado para as particularidades de cada estudante, para que se torne possível o planejamento das atividades adequadas e o desenvolvimento gradual das habilidades, utilizando-se todas as formas possíveis de acessibilidade e facilitação do processo, de maneira agradável e atrativa, que conquiste diariamente os envolvidos e instigue a vontade de aprender e se comunicar. Por esse motivo, as DOEE/2009, estabelecem que o profissional da sala de recursos deve ter especialização em Educação Inclusiva, o que indica o desejo deste acerca da

pesquisa e do estudo sobre o tema, além de garantir a formação mínima para uma atuação adequada no cotidiano escolar. Desse modo, são atribuições do professor do AEE:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.
- i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros. (BRASIL, 2009)

Em face ao exposto, verifica-se que a atuação do profissional na sala de recursos é essencial para desenvolvimento adequado dos trabalhos, mas não resume-se apenas a isso, é primordial que a escola apresente um Projeto de Inclusão bem estruturado, baseado na realidade da comunidade escolar na qual está inserida, além da abordagem do trabalho do AEE em seu Projeto Político Pedagógico, garantindo assim a obrigatoriedade do trabalho mencionado, em sua prática diária, baseado no que diz o Art. 5º da Constituição Federal:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988)

Destarte, a igualdade supramencionada é garantida não apenas através da legislação do nosso país, mas deve começar dentro de nós, partindo do pressuposto humanístico que nos leva a tratar os demais como gostaríamos de ser tratados, pois a consciência humana nos difere, a partir do momento que demonstramos altruísmo e empatia, o que pode ser um fator motivador na transformação da escola e conseqüentemente, da sociedade em que vivemos, tornando-a mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica da educação inclusiva no Brasil tem avançado com as leis e diretrizes que garante igualdade de direito e da não discriminação. A LBI como fonte propulsora da disseminação dos direitos da pessoa com deficiência, tornou muito mais ágil a resolução dos casos que se acumulavam nas escolas acerca dos direitos à matrícula e à manutenção dos estudantes com deficiência nas instituições de ensino. Apesar de termos avanços sobre a temática, ainda se faz necessário que existam muitas reflexões sobre a realidade e que as mesmas não se esgotam no âmbito educacional. A inclusão nas salas de aula regular deve-se majoritariamente, ao comportamento docente frente às adversidades e possibilidades que o cotidiano educacional traz. inclusão não apenas dos estudantes com deficiência, mas sobretudo daqueles que fazem parte das minorias. Nesse sentido, o papel do docente em sala de aula é de fundamental importância. Assim como a atuação do profissional na sala de recursos é essencial para o desenvolvimento adequado dos trabalhos, mas não resume-se apenas a isso, é primordial que a escola apresente um Projeto de Inclusão bem estruturado, baseado na realidade da comunidade escolar na qual está inserida, além da abordagem do trabalho do AEE em seu Projeto Político Pedagógico. Entende-se que profissional da educação especial deve ter um olhar diferenciado para as particularidades de cada estudante, para que se torne possível o planejamento das atividades adequadas e o desenvolvimento gradual das habilidades, utilizando-se todas as formas possíveis de acessibilidade e facilitação do processo, de maneira agradável e atrativa, que conquiste diariamente os envolvidos e instigue a vontade de aprender e se comunicar, mas que este se faz necessário no dia a dia do professor da sala de aula regular.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A.C. J.; MATSUKURA, T.S. O uso de recursos de tecnologia assistiva por crianças com deficiência física na escola regular: a percepção dos professores. *Cadernos de Terapia Ocupacional UFSCar*, v.20, n.3, p.381-392, 2012.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 05.10.2022, às 12:45.
- BRASIL. Lei Brasileira Romeu Mion. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13977.htm> Acesso em 05.10.2022, às 14:25.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman & view=download alias=13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf & Itemid=30192>. Acesso em: 12 abr. 2015.
- DAWSON, Geraldine.; ROGER, Sally J. Conhecimento atual da aprendizagem Infantil e do Autismo. In: DAWSON, Geraldine.; ROGER, Sally J. *Intervenção Precoce em Crianças com Autismo*. Lisboa: Lidel, 2015..
- Evolução histórica do autismo. Disponível em <<https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos>> Acesso em 03.10.2022, às 10:33.
- FACION, J. R. *Inclusão escolar e suas implicações*. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008. 48
- FIORINI, M.L.S.; MANZINI, E.J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.20, n.3, p.387-404, 2014.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 42.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 87 p.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- _____. *Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'água, 1997.
- _____, Paulo e BETTO, Frei. *Essa escola é chamada vida*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2000.

- _____, Paulo; HORTON, Myles. O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Secretaria da Educação Especial, out. 2005; jan./jul. 2010.
- MATOS, S.N.; MENDES, E.G. Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.21, n.1, p.9-22, 2015
- ROGERS, S. J.; VISMARA, L.; WAGNER, A. L.; et al. Autism Treatment in the First Year of Life: A Pilot Study of Infant Start, a Parent-Implemented Intervention for Symptomatic Infants. Journal of Autism and Developmental Disorders, vol 44, no 12, bl 2981–2995, 2014.
- RUTTER M. Diagnosis and definitions of childhood autism. J Autism Dev Disord 1978;8(2):139-61.
- SANTOS, T.C.C.; MARTINS, L.A. R. Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.21, n.3, p.395-408, 2015.
- SILVEIRA, K.A.; ENUMO, S.R.F.; ROSA, E.M. Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.18, n.4, p.695-708, 2012.
- TAMANAH, A. C.; PERISSINOTO, J.; CHIARI, B. M. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. Rev. soc. bras. fonoaudiol., São Paulo , v. 13, n. 3, 2008 . Disponível em: . Acesso em: 04/05/2023.
- TRIÑANES, M.T.R. ARRUDA, S.M.C. P. Atividades de vida autônoma na escola de tempo integral: aluno com deficiência visual - perspectivas educacionais. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.20, n.4, p.581-590, 2014.
- _____.O desenvolvimento cognitivo da criança a partir da emoção. Revista Didática Sistemica, vol.4, julho de de 2006.

A RELAÇÃO ENTRE A PSICOLOGIA E A PEDAGOGIA
THE RELATIONSHIP BETWEEN PSYCHOLOGY AND PEDAGOGY
LA RELACIÓN ENTRE PSICOLOGÍA Y PEDAGOGÍA

Antonio Ferreira de Sousa
Valdivina Joaquim da Silva Dias

SOUSA, Antonio Ferreira de. DIAS, Valdivina Joaquim da Silva. **A relação entre a Psicologia e a Pedagogia**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.25, p. 104 – 116, julho/2023. ISSN/2675 – 5203.

RESUMO

A psicologia como elemento essencial para a compreensão da mente humana se torna importante para o seu desenvolvimento através dos processos educacionais como ciência para auxiliar a educação em seu contexto mais amplo. Por meio da psicologia da educação e especialmente a escolar, aumenta as possibilidades de atingir sua própria compreensão de desenvolvimento científico lidando diretamente com a mente em seu estágio inicial de desenvolvimento. A pedagogia em seu processo prático soma-se por meio de uma relação mútua à psicologia formalmente no ambiente escolar, onde faz contato com a realidade de uma comunidade escolar podendo compreender os processos que produzem conhecimentos. Essa ação em conjunto com a psicologia pode solucionar as dificuldades mentais de aprendizagem das crianças dando a elas uma chance de atingir com eficácia uma aprendizagem qualitativa.

Palavras-Chave: Psicologia. Pedagogia. Relação. Aprendizagem. Educação

ABSTRACT

Psychology as an essential element for understanding the human mind becomes important for its development through educational processes as a science to assist education in its broader context. Through educational psychology and especially school psychology, the possibilities of achieving your own understanding of scientific development by dealing directly with the mind in its initial stage of development increase. Pedagogy in its practical process is added through a mutual relationship to psychology formally in the school environment, where it makes contact with the reality of a school community and can understand the processes that produce knowledge. This action together with psychology can solve children's mental learning difficulties, giving them a chance to effectively achieve qualitative learning.

Keywords: Psychology. Pedagogy. Relationship. Learning. Education

RESUMEN

La psicología como elemento esencial para la comprensión de la mente humana adquiere importancia para su desarrollo a través de los procesos educativos como ciencia para ayudar a la educación en su contexto más amplio. A través de la psicología educativa y especialmente la psicología escolar, aumentan las posibilidades de lograr la propia comprensión del desarrollo científico tratando directamente con la mente en su etapa inicial de desarrollo. La pedagogía en su proceso práctico se suma a través de una relación mutua con la psicología formalmente en el ámbito escolar, donde toma contacto con la realidad de una comunidad escolar y puede comprender los procesos que producen conocimiento. Esta acción junto con la psicología puede resolver las dificultades de aprendizaje mental de los niños, brindándoles la oportunidad de lograr de manera efectiva un aprendizaje cualitativo.

Palabras clave: Psicología. Pedagogía. Relación. Aprendiendo. Educación

INTRODUÇÃO

Cada ser humano em seu processo de desenvolvimento deve observar a construção dos passos que o levam a conhecer suas características e limitações, assim como os pontos que podem ligar a si mesmo e aos outros. O uso da psicologia no processo de aprendizagem é fundamental para que o conhecimento do ser humano como sujeito seja alcançado, uma vez que busca desenvolver o processo de conhecimento da *psique* humana.

Sua realidade permite ter variados processos de estudos, alguns voltados para a saúde e o social, assim como para o conhecimento e desenvolvimento da pessoa. Este último é

essencial para os processos educacionais. Nesse ponto torna-se primordial observar como a psicologia se aproxima de outros conhecimentos, incluindo a pedagogia.

O conhecimento pedagógico como processo de desenvolvimento da aprendizagem é parte de sua essência e bem mais antigo do que a psicologia, remontando o período helenístico. Com o passar do tempo foi se adaptando às características locais como elemento crucial no processo de democratização do ensino. As várias escolas e tendências pedagógicas revelam o quanto é importante acompanhar o processo de desenvolvimento da aprendizagem no ensino fundamental.

Em sua execução a pedagogia se apresenta como uma oportunidade de mostrar ao ser humano a importância de compreender o processo de sua própria aprendizagem e como construir junto ao sujeito seu reconhecimento em uma realidade em que a construção da aprendizagem possa partir da vivência, assim cada criança, precisa compreender por meio do desenvolvimento de suas competências e habilidades necessárias à construção de seu mundo, tendo em vista que a escola educa para a vida.

A pedagogia está voltada para o ensino dos processos iniciais da aprendizagem. O conhecimento educacional em sua fase inicial é proposto e construído pelo pedagogo, sendo o profissional capacitado para esse desafio inicial. Trabalhar o processo inicial de formação, construção e desenvolvimento da criança em seus aspectos sociais, religiosos, culturais e familiares mostra que a realidade aprendida em casa se manifesta também na escola e em especial em sala de aula. O pedagogo pode trabalhar fora de sala auxiliando o processo de aprendizagem, como o planejamento e estratégias de aprendizagem. Porém é na escola que há os maiores desafios.

A psicologia como processo de compreensão da realidade é de extrema importância como auxiliar no processo de alfabetização das crianças em sua fase inicial de aprendizagem, pois caminhar juntos com pedagogia ajuda a diminuir os espaços da ineficácia da aprendizagem. A pedagogia não possuindo esse acompanhamento na proporção que deveria na aprendizagem torna-se ineficiente em sua plenitude.

Quando não há o auxílio da psicologia, o próprio pedagogo precisa realizar essa tarefa diante da realidade apresentada. Para tanto é preciso ter conhecimento necessário. Na escola o processo de investigar, de analisar e diagnosticar criando estratégias diante das dificuldades da criança na praticidade é feito pelo pedagogo com ajuda da equipe gestora; coordenação, sala de recurso e direção, levando em consideração o adequado processo de aprendizagem do aluno. Nesse sentido, o conhecimento da psicologia aplicado pelo pedagogo é fundamental, não significando que haverá uma substituição do psicólogo como profissional, mas a prática do conhecimento psicológico à pedagogia e suas ações podem melhorar a aprendizagem dos alunos. Nesse sentido é de suma importância buscar compreender a importância da psicologia nos processos de ensino aprendizagem, uma vez que havendo esse profissional no sistema de ensino a qualidade da educação pode melhorar significativamente.

IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA PARA OS PROCESSOS PEDAGÓGICOS

A tentativa de conhecer o comportamento humano é um processo antigo que através dos tempos se manifesta naturalmente no sujeito, praticada informalmente no cotidiano das pessoas, nas situações mais curiosas e com vários sentidos, assim se apresenta a psicologia do senso comum.

A Psicologia como ciência

Como meio de conhecimento a Psicologia é "a ciência que estuda o comportamento e os processos mentais do ser humano" (ARAÚJO, p. 07, 2016), assim como suas interações com um ambiente físico e social. Como é uma ciência que investiga as causas do comportamento, pode consequentemente usar procedimentos sistemáticos por meio da observação, medição e análise, apoiando-se em generalizações, interpretações teóricas, explicações e previsões.

Investiga as variedades de fenômenos como: sociedade, inteligência, personalidade e comportamento, sensação e percepção, motivação e emoção, pensamento e linguagem, aprendizagem e memória, doença mental e desenvolvimento infantil,

a Psicologia deve refletir os valores cognitivos, sociais, políticos e econômicos que subjazem à produção do conhecimento psicológico. Trata-se, pois, de dar visibilidade aos aspectos responsáveis pelos contornos do campo psicológico – aspectos que incluem não apenas reflexões teóricas, metodológicas e tecnológicas, mas também interesses em luta pela busca de autoridade científica, isto é, pelo poder dizer o que é e o que não é científico no âmbito psicológico. (LAURENTI, p 24, 2014).

O processo de compressão do conhecimento psicológico é também voltado para o processo das terapias. A Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) se caracteriza por meio de abordagem que combina conceitos do Behaviorismo com teorias cognitivas trabalhando pontos comportamentais como: ambiente ou situação onde ocorre o problema, pensamentos e sentimentos envolvidos no problema, estado de humor e emoção resultantes e reações físicas. Esses pontos geralmente são expressos por meio de situações negativas de nervosismo, suadeira, gagueira e passar vergonha por ter falado algo errado. Nesses casos, o sujeito pode interpretar acontecimentos que lhe afetam, e não os acontecimentos em si, significando que é a forma como cada pessoa se vê pensa e pode sentir-se em relação à uma situação desconfortável, como: tristeza, dor, incômodo, assim como outras sensações negativas. O comportamento observável se refere às atividades desenvolvidas diariamente, como praticar esportes, estudar e a forma como nos relacionamos com outras pessoas.

Tipologia e praticidade na educação

Na contemporaneidade um aspecto que chama atenção quando falamos em psicologia é sobre seu campo de atuação e exercício, compreendendo e explorando como ciência o conhecimento educacional. Segundo Dejours, psiquiatra, e psicanalista francês (1986, p. 11). "A saúde para cada homem, mulher ou criança é ter meios de traçar um caminho pessoal e original, em direção ao bem estar físico, psíquico e social." Nesse sentido, saúde não é apenas

a ausência de doença, mas a capacidade que o ser humano tem de se parte de um ambiente, porém esse ambiente seja ele social ou não, precisa proporcionar uma capacidade do sujeito de se bem.

Então, saúde pode significar a liberdade do corpo naquilo que ele necessita cuidar quando está doente, comer quando tem fome, repousar quando está cansado ou com sono, ou parar de trabalhar quando está gripado e depois poder voltar ao serviço quando estiver sentindo-se bem mentalmente. “A saúde mental não é certamente o bem-estar psíquico. A saúde é quando, ter esperança é permitido.” (DEJOURS, p. 9, 1986), é uma riqueza ou um bem maior.

O bem estar psíquico pode simplesmente ser a liberdade que deixada ao desejo de cada ser pode participar da organização de sua vida.

A saúde é uma coisa que se ganha, que se enfrenta e de que se depende. É algo onde o papel de cada indivíduo, de cada pessoa é fundamental. Isso não aparece nessa definição, e é necessário que este papel motor de cada homem na sua saúde apareça em alguma parte. (DEJOUR, 1989, p. 11).

O papel da psicologia como conhecimento que pode elucidar situações de saúde mental e social, pode proporcionar ao desenvolvimento humano uma capacidade de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de uma sociedade mentalmente saudável, onde os aspectos pessoais e sociais sejam trabalhados em conjunto. Esse processo pode passar principalmente pela educação de uma sociedade com hábitos saudáveis, podendo levá-la a uma lucidez coletiva.

Lutar por melhorias na saúde implica também lutar para transformar a sociedade como geradora de processos altamente excludentes socialmente, para uma sociedade que inclua, podendo utilizar a educação para esse fim. É o que podemos chamar de função social do psicólogo na educação.

A atuação do psicólogo nesse campo pode também ter por objetivo primordial a promoção da saúde social em seus vários aspectos presentes na vida do ser humano como trabalho, moradia, lazer e educação, criando um equilíbrio na vida do sujeito e nas instituições, onde se faz presente humanizando seu ambiente de convivência social.

O surgimento da psicologia junto aos cursos pedagógicos

A psicologia se apresenta como um estudo científico da mente e do comportamento. Este estudo é multifacetado incluindo sub-campos, como áreas de comportamento clínico, esportes, desenvolvimento humano, saúde, social e processos cognitivos. O que nos cabe aqui é compreender o processo da psicologia como campo integrado com a Educação.

As abordagens investigativas psicológicas podem ser potencialmente úteis para a educação. A Psicologia da Educação é delineada e caracterizada como área que converge aos interesses e questionamentos a respeito da aprendizagem educativa e escolar, direta ou indiretamente. Podemos dizer que a Psicologia estuda as diferenças individuais, mudanças de comportamento do sujeito, participação em situações educativas, onde se analisa os processos de aprendizagem de desenvolvimento infantil e a socialização.

As correntes ou posicionamentos da psicologia podem ser entendidas como mera etiqueta de explicações e princípios psicológicos relevantes à educação e ao ensino, não tendo autonomia didática, como uma disciplina com autonomia científica e didática, porém contribui

significativamente com a educação, indo além de aplicações e também como objeto de estudo utilizando seus métodos, marcos teóricos e conceitos próprios, aplicados na aprendizagem. A psicologia estuda o processo numa tríplice dimensão:

dimensão Teórica ou Explicativa – estudam-se os processos educativos com o objetivo de contribuir para a elaboração de uma teoria explicativa destes processos; dimensão Projetiva ou tecnológica – estudam-se os processos educativos com o objetivo de elaborar modelos e programas de intervenção voltados para a práxis educativa; dimensão Prática ou Aplicada – estudam-se os processos educativos com o objetivo de colaborar para a construção de uma práxis educativa coerente com as propostas teóricas formuladas. (ARAÚJO, p.18, 2016).

É importante compreender ainda os fatores que dizem respeito às situações intrapessoais ou internos ao aluno como: a maturidade física e psicomotora; os mecanismos de aprendizagem, o nível e a estrutura dos conhecimentos prévios; nível de desenvolvimento evolutivo e as características das aptidões afetivas (motivação e atitudes) e de personalidade (ansiedade, autoconceito e sistemas de valores). Assim também como os fatores ambientais como: as características do professor (capacidade intelectual, conhecimento da matéria, capacidade pedagógica, traços de personalidade, características afetivas); fatores de grupos sociais (relações interpessoais); condições materiais (recursos didáticos e meio de ensino em geral); natureza das intervenções pedagógicas (metodologia de ensino). (ARAÚJO, 2016).

A história da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil pode ser identificada desde os tempos coloniais, quando preocupações com a educação e de construção da pedagogia traziam em seu bojo elaborações sobre o fenômeno psicológico (MASSIMI, 1986). A Psicologia Educacional se refere à pesquisa teórica, sendo abrangente é considerada em suas diversas concepções, abordagens e sistemas teóricos constituindo as várias produções de conhecimento humano, social, educacional e psicológico. “Assim, a psicologia da educação pode ser entendida como subárea de conhecimento, que tem como vocação a produção de saberes relativos ao fenômeno psicológico constituinte do processo educativo” (ANTUNES, p. 470, 2008).

Diferentemente, a Psicologia Escolar, se "define pelo âmbito profissional especialmente quando se refere ao campo de ação determinado como processo de escolarização" (ANTUNES, p. 470, 2008), podendo realizar intervenções no espaço escolar ou a situações relacionadas, focando no fenômeno psicológico, assim como a psicopedagogia são subdisciplinas aplicadas.

A psicologia educacional e a psicologia escolar são relacionadas entre si, mas não idênticas tão pouco, podem ser reduzidas uma à outra, cada uma apresenta autonomia em suas atribuições. Ao segmento de estudos e pesquisas que descrevem os processos psicológicos presentes na educação é dado o nome de Psicologia da Educação.

A pedagogia pode ser entendida como fundamentação, sistematização e organização da prática educativa relacionando seu estudo e prática com o desenvolvimento e função da família, motivação, comportamento, formação da personalidade, o papel dos jogos de aprendizagem, controle, educação dos indígenas e da mulher, e outros que se relacionam direta ou indiretamente com a educação tornando-se objetos de estudo ou campos de ação também da psicologia. Esse processo se deu no Brasil a partir 1930 no seio das escolas normais, onde toda a problemática que envolve o processo educacional era pensada e discutida. Foi “a

Reforma Benjamin Constant, de 1890, que transformou a disciplina filosofia em psicologia e lógica, que, por desdobramento, gerou mais tarde a disciplina pedagogia e psicologia para ensino normal" (ANTUNES p. 470, 2008), sendo fundamento científico para a escola nova. Aos poucos a psicologia foi conquistando autonomia como ciência, sendo regulamentada pela Lei nº 4.119/62.

Ao ganhar autonomia científica a psicologia passou a desenvolver variadas tipologias ou tendências de estudos como: a psicologia cognitiva que investiga processos mentais internos, à linguagem, memória, resolução de problemas e aprendizado, analisando ainda como as pessoas se comunicam, pensam, percebem, lembram e aprendem, ajudando na aplicação práticas dessas ações.

A psicologia do desenvolvimento humano busca se concentrar no desenvolvimento do ser humano como um todo, na infância, juventude, na fase adulta e idosa, incluindo as habilidades motoras, resolução de problemas, aquisição de linguagem autoconceitos, personalidade, emoções, problemas, compreensão moral e formação de identidade. Na psicologia da saúde é observada a pessoa como um todo em seus status socioeconômico, educação e histórico comportamental e biológico no contexto social que influenciam a doença e a saúde. Já na psicologia social é examinado o comportamento grupal, verbal e não verbal, estado de agressão, preconceito, percepção social, conformidade, comportamento e a liderança, podendo ainda examinar a transculturalidade, o ambiente, o consumo e os processos educacionais, como podemos ver.

A Psicologia tem oferecido importante contribuição à Educação por meio de parte do conhecimento produzido de teorias psicológicas a respeito do desenvolvimento humano, da aprendizagem humana, teorias de grupos, etc. (ALMEIDA, p. 01, 2002).

Assim também o psicólogo parte da investigação, realiza diagnóstico, trata distúrbios comportamentais e de personalidade. Essas ações são baseadas em histórico engajando seu paciente na busca por respostas, relatos e abordagens familiares, levando o indivíduo a conhecer a origem do problema que o aflige. Na maioria das vezes o objetivo é fazer as pessoas vencedoras de seus próprios desafios ou empecilhos que as impedem de viver de forma plena.

O psicólogo é chamado a contribuir para auxiliar, justificar e explicar os problemas comportamentais dos alunos, assim como os relacionados à aprendizagem e ao fracasso escolar. Na ausência dos psicólogos, essas ações são executadas em sala pelo professor regente ou pelo professor com atribuições de educação especial, acompanhamento do corpo gestor na busca pelo progresso do aluno. Assim o professor acaba incorporando a prática do psicólogo pela ausência deste na educação, uma vez que o processo de aprendizagem não pode esperar, sendo urgente e necessário em seu aspecto formal.

A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA COMO MEIO DE APRENDIZAGEM

A formação do homem se dá por meio da sociedade, sendo um ser ativo no decorrer da sua trajetória, por isso a grande importância do conhecimento docente sobre a responsabilidade do pedagogo que busca o saber. Segundo o método de Paulo Freire o professor deve desenvolver características solidárias, isto é: fazer acontecer, instigar e ajudar mutuamente, aflorar o interesse e ter o amor como uma proposta de transmitir o conhecimento,

para que seja possível fazer a diferença na aprendizagem.

Ao profissional, é exigido responsabilidades escolares, adequações para a formação do pedagogo, para que possa atuar de forma mais compromissada, ciente da competência e responsabilidade em diferentes contextos sociais.

Todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente. Um professor é um pedagogo, mas nem todo pedagogo precisa ser professor.

É pedagoga toda pessoa que lida com algum tipo de prática educativa relacionada com o mundo dos saberes e modos de ação, não restritos à escola. A formação de educadores extrapola, pois o âmbito escolar formal, abrangendo também esferas mais amplas da educação não-formal. Assim, a formação profissional do pedagogo pode desdobrar-se em múltiplas especializações profissionais, sendo a docência uma entre elas. (BOT, p 01 2016).

O papel de ensinar remonta aos tempos antigos, sendo valorizado entre as grandes civilizações. *PaidAgogia* tinha como designação na Grécia antiga, o ato de acompanhar e a vigilância do jovem. Então o *paidagogo*, era uma espécie de "condutor da criança", o escravo que tinha como atividade específica guiar as crianças à escola (GHIRALDELLI, p.08, 1987), formalmente ou não.

O grande desafio do ensino levou a buscas por uma perspectiva, onde a educação humana deveria iniciar com as crianças, uma vez que o consenso que a criança não é somente um sujeito pequeno ou uma fonte de alimentar os próprios sentimentos dos pais e adultos, mas conforme o suíço Jean Piaget (1896-1983) "já não se trata mais de sabermos se a inteligência da criança provém da ação". Devendo tratar também sobre a possibilidade de investigar como são as relações espontâneas entre ação e o pensamento. Passando do conhecimento psicológico ao pedagogo, conclui-se que há uma necessidade de colocar as crianças em ação na busca por suas habilidades e competências, manipulando materiais e objetos necessários para o seu desenvolvimento, levando-os a ter consciência de sua ação. Nesse contexto a escola precisa implicar em uma instituição que não somente escuta, mas expressa ação, pois o sujeito se caracteriza como um ser curioso, que trabalha com o mundo em um processo contínuo de desenvolvimento.

Na concepção de Durkheim entre o final do século XIX e o início do XX, a educação pode ser definida como o fato social pelo qual uma sociedade transmite o seu patrimônio cultural e suas experiências de uma geração mais velha para uma mais nova, garantindo sua continuidade histórica.

Nesse sentido a pedagogia, é vista como literatura de contestação da educação vigente, cabendo à psicologia o trabalho de fornecer os meios e instrumentos para a didática.

A pedagogia pode ser entendida como fundamentação, sistematização e organização da prática educativa. A preocupação pedagógica atravessa a história, sustentando-se em diferentes concepções filosóficas, constituindo-se sob diversas bases teóricas e estabelecendo várias proposições para a ação educativa. Com o desenvolvimento das ciências a partir da modernidade, o conhecimento científico tornou-se sua principal base de sustentação. (ANTUNES p. 470, 2008).

O referencial teórico defendido implica a busca de outros saberes, sendo necessária a prática tradicional do psicólogo escolar pautada numa perspectiva de ação clínico-terapêutica. Seu envolvimento com as questões relacionadas à educação e sua prática pedagógica pode

superar o preconceito escolar. Não que o psicólogo seja pedagogo ou vice versa, cada um com o seu o conhecimento, contribuindo para a formação de uma educação de qualidade. Nesse sentido, a psicologia trabalha de maneira particular com o aluno enquanto a pedagogia, especialmente na ausência do primeiro realiza intervenções na escola como as avaliações.

Praticidade da pedagogia junto à psicologia escolar

Diante do processo de formação e desenvolvimento a modernidade conseguiu repensar o ser humano em sua fase infantil, como sujeito de aprendizagem, parte de um processo de formação, por isso a pedagogia ganha importância como conhecimento científico que buscar compreender como é possível ensinar e aprender, fazendo da educação um espaço necessário para a pedagogia realizar-se.

A educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática. Assim o conhecimento pedagógico levado à prática conduz aos resultados, onde a aprendizagem é formulada na concepção do saber fazer e aprender (FREIRE, p.40, 2003).

Nesse sentido, a existência da educação se faz presente nessa relação de ensino aprendizagem, por meio da apropriação dos conhecimentos existentes nos indivíduos mais experientes e não sistematizados. Nesse caso, há vários tipos de aprendizagem como: sentar-se, andar, falar, identificar e pegar objetos, comer sozinha etc. Outras acontecem de forma sistemática em instituições próprias, como a escola (NUNES; SILVEIRA, 2015, p. 10).

Assim, o papel da Psicologia da Educação em conjunto com a Pedagogia é a busca pela construção de investigações que permitam a aprendizagem de todos, conforme suas necessidades, respeitando as experiências individuais. (GUZZO et al.,2010).

A escola pode ser considerada como uma instituição gerada pelas necessidades que a sociedade produz por sua complexidade crescente podendo demandar formação específica de seus membros. Conduzindo sistematicamente a educação, podemos qualificar o desenvolvimento com a ajuda da psicologia, ponto fundamental para a educação no âmbito pedagógico.

O processo educacional ocorre no âmbito do sujeito, nesse caso a dimensão psicológica deve ser reafirmada, sendo incorporada na inerência do fenômeno total. Essa é uma situação fundamental na produção de conhecimento qualitativo criando um fator de fundamental importância para a psicologia educacional compreendendo o fenômeno educativo como base para estabelecer os processos efetivos de intervenção na constituição da atuação do psicólogo escolar.

A psicologia deve assumir seu lugar como um dos fundamentos da educação e da prática pedagógica, contribuindo para a compreensão dos fatores presentes no processo educativo a partir de mediações teóricas “fortes”, com garantia de estabelecimento de relação indissolúvel entre teoria e prática pedagógica cotidiana. (ANTUNES p. 474, 2008).

Neste aspecto a ação do psicólogo escolar deve está voltada para o domínio do referencial teórico da psicologia como de extrema importância à educação, mediado por conhecimentos próprios do campo educativo e correlatos. Nesse caso o referencial teórico implica no trânsito por saberes interdisciplinares surgindo necessidade de superação das

práticas tradicionais do psicólogo escolar quando pautado, apenas numa perspectiva como ação clínico-terapêutica.

Por sua vez, a ação do psicólogo escolar deve pautar-se no domínio do referencial teórico da psicologia necessário à educação, mediatizado necessariamente por conhecimentos que são próprios do campo educativo e das áreas de conhecimento correlatas. (ANTUNES p. 474, 2008).

Uma psicologia escolar comprometida com a educação que envolve classes populares deve superar o modelo clínico-terapêutico presente na representação que o psicólogo tem de sua própria ação, entendendo representação como superação da própria prática do psicólogo escolar.

Relação entre psicologia e pedagogia

Partindo do envolvimento do psicólogo com as questões próprias da educação e da prática pedagógica deve-se buscar uma superação e uma distinção de seus papéis. O psicólogo não é pedagogo, porém querendo trabalhar com educação terá que mergulhar nessa realidade como parte dela, reconhecendo seu papel como portador de um conhecimento e socialização, tanto na formação de educadores, como no próprio trabalho interdisciplinar. Dessa maneira pode contribuir efetivamente com os processos sócio institucionais da escola. Nesse caso precisa adquirir conhecimento específico reconhecidamente próprio da profissão.

Um dos pontos essenciais de compartilhamento são ações recorrentes à inclusão, tanto em sala regulares, quanto em salas para alunos fisicamente e mentalmente especiais, através dos atendimento especiais (AEE) em orientação educacional e sala de recursos multifuncionais.

No decorrer da elaboração e desenvolvimento dos planos de atendimento para cada aluno, o professor de AEE se apropria de novos conteúdos e recursos que ampliam seu conhecimento para a atuação na Sala de Recursos Multifuncional (SCHULZ, p. 220, 2019).

Cada sistema educacional deve encontrar uma maneira de realizar a inclusão para suas escolas em seus aspectos regulares e especiais, assim como cada escola deve através de sua realidade, trabalhar sua organização em parcerias com os profissionais envolvidos na inclusão escolar como: professor de sala regular, sala de recurso, monitores e gestão para que o trabalho não seja fragmentado, mas compartilhando, podendo gerar um processo de inclusão não apenas o incentivo à presença do aluno especial nas unidades escolares.

Nesse sentido, a psicologia é um ponto de apoio tanto para o sistema educacional, quanto para as unidades escolares, por isso a necessidade da psicologia na educação. Havendo psicólogo suficiente que possa atender demandas escolares conforme suas necessidades, poderá também auxiliar todos o corpo docente e ainda colaborar no atendimento à comunidade escolar de forma sistêmica.

Entre psicologia e educação percebe-se uma interdisciplinaridade sobretudo pela via da pedagogia, partindo da articulação entre saberes teóricos e práticos. O processo onde a psicologia conquistou sua autonomia como área de saber no debate educacional e pedagógico nas primeiras décadas do século XX se relaciona com o ambiente das escolas normalistas.

Nesse caso é possível afirmar que psicologia e educação são, no Brasil, historicamente e mutuamente constituintes uma da outra. A partir desse fato é responsável pela consolidação da articulação entre psicologia e educação diante das bases da penetração e consolidação daquilo que já se desenvolvia sob a denominação de psicologia educacional nos Estados Unidos e Europa. Diante dessa perspectiva, pode-se dizer que a Educação continuou sendo a base para o desenvolvimento da psicologia, da mesma maneira como esta permanece como principal fundamento para a educação.

A Pedagogia e a psicologia no processo de adequação escolar

A educação como processo é constituída por múltiplos determinantes com fatores de ordem psicológica. Sendo assim, a psicologia pode e deve contribuir para a Educação. Ela propicia a compreensão do aluno partindo da perspectiva de classe, e em suas condições reais de vida, sendo fundamentos do processo formativo do educador, quando pode envolver o reconhecimento do educador/professor. Nesse caso, a ação do psicólogo escolar deve pautar-se no domínio do referencial teórico da psicologia necessário à educação.

A psicologia junto da educação é uma colaboração fértil no campo da pesquisa, gerando estudos sobre o processo de ensino e aprendizagem, no que compreende tanto o desenvolvimento de estratégias de ensino como de formação e capacitação de professores educadores (SALES, p. 26, 2020).

A Psicologia da Educação não desenvolve pontos das atribuições do educador, mas influencia diretamente o desenvolvimento e aprendizagem dos indivíduos. O professor em sua atuação não pensa a prática uniforme, mas cada espaço e sujeito possui suas necessidades, assim que percebe a psicologia como aliada da educação, pode elaborar estratégias mais seguras com práticas permitindo desenvolver e fortalecer as características individuais de forma positiva, buscando mecanismos que auxiliem a superação de possíveis dificuldades, assim como a articulação de estímulos que podem facilitar a aprendizagem. Assim sendo, a psicologia como aliada da educação pode concentrar-se no entendimento de que as dificuldades devem ser sempre vistas em um conjunto, nos espaços físicos, individuais e sociais

No ano de 2019 foi promulgada a Lei nº 13.935, implementando ações de psicologia educacional com data para ser concluída em 12 de dezembro de 2020, estabelecendo a obrigatoriedade dos serviços de psicologia e serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação. Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino (BRASIL, p.07, 2019).

O que se busca é a presença de psicólogos e assistentes sociais no processo de construção de uma educação inclusiva. As escolas deverão por meio dos seus projetos pedagógicos priorizar a participação na comunidade escolar, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos educandos em seus cursos, promovendo a inclusão social e minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais, sendo este um dos principais focos da atuação dos profissionais da área. O atendimento pode ser oferecido no Serviço de Orientação Educacional ou nos mecanismos existentes em cada rede de ensino, onde psicólogos, pedagogos, coordenadores e professores podem desenvolver atividades de

acolhimento, orientação e acompanhamento do processo de aprendizagem. (PEDROZA, p. 01, 2020).

O que se tem visto no momento são ações que visam à educação e a psicologia como conhecimento e ações diferenciadas, distantes, separadas cada uma com suas atribuições e funções, prejudicando todo um âmbito social e educacional nas escolas e locais, onde são reconhecidas como necessárias. Ações como capacitação de equipes multifuncionais, contratação de psicólogos são poucas divulgadas e até mesmo ignoradas. Dessa maneira, dificilmente a educação conseguirá atingir seus objetivos que é a aprendizagem qualificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu processo de construção como ciência a psicologia se torna cada dia mais importante para a educação a exemplo dos grandes autores que contribuíram para seu processo como conhecimento científico. Nesse sentido ela também se faz presente como elemento necessário para os processos pedagógicos utilizando como meios a psicologia educacional e escolar.

Como a ciência investiga os múltiplos fenômenos sociais e comportamentais, como a linguagem e o desenvolvimento. Nesse sentido reflete os valores cognitivos essenciais para o progresso da mente humana por meio de estudos e práticas junto às escolas. Por meio dos processos educacionais encontram elementos para averiguar a mente em seu estágio embrionário contribuindo com os elementos do desenvolvimento humano. Nesse contexto torna-se essencial os vários aspectos das dimensões psicológicas e pedagógicas para atingir a aprendizagem do aluno no ensino fundamental. Elementos que podem fortalecê-la como ciência empírica.

Pode ser apresentada ainda como uma oportunidade e suporte, tornando-se cada vez mais importante para a educação, motivando o desenvolvimento humano por meio do processo de compressão dos fatos. Assim os psicólogos podem fazer parte como os profissionais da área de educação que buscam um processo que envolva toda a sociedade.

Surgindo no Brasil junto aos cursos normais por meio das reflexões de como buscaram atingir a aprendizagem de forma eficaz, nunca separou-se por completo, apresentando elementos que a colocam junto à pedagogia, construindo as vivências do cotidiano escolar. A escola por meio de um estudo mais elaborado pode construir um processo educacional para enfrentar o problema como inclusão e evasão.

Por meio do auxílio ao pedagogo, pode contribuir também com uma visão mais clara dos processos de aprendizagem, estimulando-o na busca por uma educação qualitativa. Esse processo passa pela realidade escolar do aluno e da comunidade escolar. O professor em seu ambiente escolar experimenta todos os tipos de sensações e estímulos, encontrando dificuldade em

18

desenvolver o processo de aprendizagem de forma autônoma e plena. A pedagogia, assim como outras ciências, necessita da colaboração de outros conhecimentos.

O trabalho educacional pode envolver a psicologia, por isso sua importância se torna vital através de medidas de auxílio, incentivo, motivação e formação. Quando se busca uma educação que ascenda a uma qualidade eficaz a pedagogia e psicologia tornam-se eficientes. Sem a psicologia o pedagogo precisa exercer essa tarefa tornando-se oneroso atingir a aprendizagem desejada.

Por isso, torna-se necessário estreitar a relação existente entre a psicologia e a pedagogia dentro do processo de formação e desenvolvimento do ser humano para que haja tempo suficiente de atingir índices desejados de aprendizagem, podendo haver uma adequação

necessária, cada uma agindo dentro de seu campo de conhecimento, encontrando soluções para que a educação seja qualitativa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.S.R. Consultora Ed. Inclusive, Psicóloga Clínica e Escolar Neuropsicóloga, Psicopedagoga e Pedagoga Especialista Revista Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília, nº. 2, 2002. <https://institutoinclusaobrasil.com.br/psicologia-escolar-ou-educacional/><Acesso em 23.02.2022>. 2002.
- ANTUNES, M.A.M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Volume 12 Número 2 Julho/Dezembro de 2008. <https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?lang=pt&format=pdf> .<Acesso em 19.05.2022>2008.
- _____. A psicologia no Brasil: leitura histórica de sua constituição São Paulo, EDUC e Ed. Unimarco, 2003.
- _____. EDUC e Ed. Unimarco, Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas 2018<Acesso em 11.06.2021>2018.
- ARAÚJO, Rodrigo. Psicologia da educação, Sociedade Mantenedora de Educação Superior da Bahia S/C Ltda. https://docplayer.com.br/126542-Psicologia-da-educacao.html#show_full_text. <Acesso em 05.08.20228.
- BROTTO, Thaiana, Psicólogo e Terapia, O que é psicologia? 2021 <https://www.psicologoeterapia.com.br/clinica-de-psicologia/o-que-e-psicologia/>
- DEJOURS, Christophe, Por um novo conceito de saúde. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, Nº 54 Vol. 14 de Abril/Maio/Junho de 1986. (DEJOUR, 1989, p. 11).
- FAVORETO, et al. Herbart e sua concepção pedagógica: uma análise histórica, Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 21, n.1, p. 129-141, Janeiro/Abril 2018<Acesso em 11.06.2021>2018.
- GHIRALDELLI JR, Paulo O que é pedagogia /. São Paulo. 2009.
- FRANCO, A.M.S.L & SCHUTZ, G.E. Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado. (UFRJ), (Iesc) – SAÚDE DEBATE. RIO DE JANEIRO, V. 43, N. ESPECIAL 4, P. 244-255, DEZ 2019), Brasil, 2019. <<https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2019.v43nspe4/244-255/pt>>2018.
- GUIMARÃES SALES, I.E. Psicologia e educação: novas perspectivas para a educação brasileira Doxa: Rev. Brasil. Psico. e Educ., Araraquara, v. 22, n. 1, p. 21-30, jan./jun., 2020. e-ISSN: 2594-8385. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v22i1.13227> file:///C:/Users/Diretor/Downloads/2-13227-39783-1-sm-ft-revisado.pdf.pdf. 2020. <Acesso em 11.06.2021>2020.
- 20
- GUZZO et al.,(2010). Psicologia e Educação no Brasil: Uma Visão da História e Possibilidades nessa Relação, Psicologia: Teoria e Pesquisa 2010, Vol. 26 n. especial, pp. 131-141 <https://www.scielo.br/j/ptp/a/fV7MZsGSyvth4V8RkvMYGtb/?formato=pdf&lang=PT> <Acesso em 11.06.2021>2010.
- _____, R.S.L., Psicologia Escolar: LDB e Educação Hoje 4a edição Revisada Junho/2012.
- _____. Psicologia na Escola: Construção de um horizonte libertador para o desenvolvimento de crianças e jovens Pontifícia Universidade Católica de Campinas – 2019.
- _____, MOREIRA, A.P.G. Revista Interinstitucional de Psicologia, 7 (1), jan - jun, 2014, 42-52 <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v7n1/v7n1a05.pdf>. <Acesso em 11.06.2021>2010.
- LAURENTI, Carolina. Psicologia e análise do comportamento : conceituações e aplicações à educação, organizações, saúde e clínica (pp.13-27) Editora UEL 1ª ed 2014.
- MASSIMI, M. As origens da psicologia brasileira em obras do período colonial, in: História da Psicologia. São Paulo, EDUC, Série Cadernos PUC-SP, n. 23, 1987, pp. 95-117.
- MUNARI, Alberto. Jean Piaget / Alberto Munari; tradução e organização: Daniele Saheb. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 156 p.: il. – (Coleção Educadores). Munari, Alberto. Jean Piaget / Alberto Munari; tradução e organização: Daniele Saheb. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- NUNES, A.; SILVEIRA, R. A Psicologia da Aprendizagem. Fortaleza, Ceará: Ed UEC, 2015.
- PEDROZA, Regina Psicologia da educação: onde atuar, principais atividades e como se capacitar, <https://psicologia-da-educacao-atuacao/2020>.
- WuO, Moacir, A LDB E A PSICOLOGIA ESCOLAR <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v17n1/08.pdf> 2000. <Acesso em 02.06.2021>2000.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA-GERAL Subchefia para Assuntos Jurídicos LEI Nº 13.935, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019 Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. 2019.



Publicação Mensal da INTEGRALIZE

Aceitam-se permutas com outros periódicos.

Para obter exemplares da Revista impressa, entre em contato com a Editora Integralize pelo (48) 99175-3510

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande,
CEP 88032-005.

Telefone: (48) 99175-3510

<https://www.integralize.onlin>